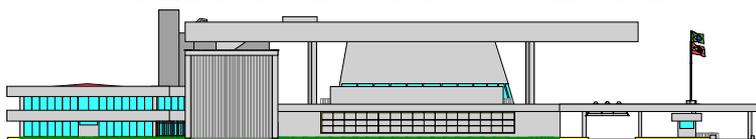


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 8 DE DEZEMBRO DE 2011

NÚMERO 6.367

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherm

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Dado Cherm - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Adilor Guglielmi
Elizeu Mattos

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente
Sílvio Dreveck - Vice-Presidente
Angela Albino
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Daniel Tozzo

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

Dado Cherm
José Milton Scheffer
Luciane Carminatti
José Nei Alberton Ascari
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Marcos Vieira - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-
Presidente
Gilmar Knaesel
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Cherm
Angela Albino
Sílvio Dreveck
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente
Pe. Pedro Baldissera - Vice-Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Dado Cherm

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
José Nei Alberton Ascari - Vice-
Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Angela Albino
Dado Cherm

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2367 EDIÇÃO DE HOJE: 44 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 111ª Sessão Ordinária realizada em 06/12/2011 2 Ata da 040ª Sessão Extraordinária realizada em 06/12/2011 11 Ata da 024ª Sessão Especial realizada em 06/12/2011 12</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa 16</p> <p>Publicações Diversas Audiência Pública 21 Atas de Comissões 29 Permanentes 29 Portarias 30 Projetos de Lei 30 Projetos de Lei Complementar 34 Redações Finais 36</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 111ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chioldini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascarí - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Professora Odete de Jesus - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Registra a posse da nova diretoria da BPW.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Manifesta-se a respeito de ato em Chapecó relacionado à morte do vereador Marcelino Chiarello.

DEPUTADO NEODI SARETTA (pela ordem) - Registra sentimento de revolta com relação ao assassinato de Marcelino Chiarello.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Tece comentários a respeito das prioridades estabelecidas pela bancada feminina para o Orçamento estadual.

Partidos Políticos

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Lamenta a morte do vereador Marcelino Chiarello, de Chapecó.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Lamenta a morte do vereador Marcelino Chiarello, de Chapecó.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (pela ordem) - Registra a presença dos servidores do TCE de SC.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Lamenta a morte do vereador Marcelino Chiarello, de Chapecó; reporta-se às más condições das instalações da EEM João Gonçalves Pinheiro, no Rio Tavares.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Tece considerações a respeito do município de Santa Rosa de Lima.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Congratula-se com o deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Registra a presença do prefeito de Anitápolis, do presidente da Câmara de Vereadores de Planalto Alegre e de outras personalidades.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Reporta-se a PL de sua autoria referente à qualidade da educação.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Parabeniza Concórdia por ser o campeão estadual de futsal.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Registra a liberação de recursos para municípios do planalto norte.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Acrescenta mais notícias positivas à fala do deputado Antônio Aguiar.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Cumprimenta os atletas catarinenses que disputaram as últimas Olimpíadas Panamericanas.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Solidariza-se com o deputado Gilmar Knaesel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores. (São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Professora Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, demais deputados integrantes da mesa, sras. deputadas, srs. deputados, queridas taquígrafas, funcionários desta Casa,

telespectador que nos acompanha, imprensa falada, escrita e televisada, estivemos representando, na quarta-feira à noite, por solicitação do presidente Gelson Merisio, ao qual quero agradecer por ter lembrado de mim, este Poder na posse dos dez novos procuradores do estado, dez jovens com grandes desafios. Ocasão em que pudemos contar também com a presença do sr. governador Raimundo Colombo e demais autoridades.

Também estivemos nas bases, onde conquistamos inúmeros votos; fomos agradecer àqueles amigos que acreditaram nesta deputada e estamos, na medida do possível, fazendo os nossos agradecimentos.

Ontem à noite, estivemos também participando, aqui na capital, às 19h, da posse da nova diretoria da BPW, uma Associação de Mulheres de Negócios de Profissionais da Grande Florianópolis.

Naquela ocasião, estiveram presentes, aproximadamente, 100 mulheres. É claro que essa associação conta com alguns colaboradores, como o sr. Tito Antônio Schmitt, presidente da Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis - Aemflo; o sr. Anibal Dib Mussi, superintendente do Centro Integrado Empresa Escola/CIEE Florianópolis; a sra. Fátima Caponi, coordenadora da Câmara da Mulher Empresária; a sra. Selma Elias Westphal, coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher - CEM/SC; a sra. Mirtes Piovesan, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher/Cedim; sra. Nadir Terezinha Koerich, do Escritório de Contabilidade; sr. Jaime J. Ziliotto, do Comércio de Móveis para Escritório; a sra. Cleusa Koerich Laureano, presidente da BPW de Florianópolis; a sra. Maria Terezinha de Medeiros, presidente da Associação de Recursos Humanos; a sra. Maria Dolores Oenning Andrade, presidente da Academia Catarinense do Livro; a sra. Linda Koerich, que tem trabalhado muito para as ações voltadas para a humanização do hospital; a dra. Ruth Souza, que veio com a delegação de Joinville.

Pudemos contar também com a presença da presidente Cássia Busanelo e de outras autoridades.

(Passa a ler.)

"A BPW é filiada à BPW Brasil que, por sua vez, é filiada à BPW internacional, presente em mais de 100 países com *status* consultivo em organismos internacionais como ONU, OIT e Unesco.

Com a missão de inserir as mulheres nas decisões de poder, estimulando seu desenvolvimento profissional e pessoal, sua autonomia, empreendedorismo e liderança, possibilitando, assim, o desenvolvimento sustentável de toda a comunidade.

Com o compromisso de promover a integração, cooperação e o entendimento entre as mulheres em nível local, regional, nacional e internacional e criar espaços de prosperidade e convívio para a mulher se integrar, participar e fomentar a cultura associativa e de voluntariado, a BPW Florianópolis vem desenvolvendo um excelente trabalho através de suas representantes."

Nós participamos da posse da nova diretoria, com as seguintes comissões: Comissão de Comunicação; Comissão da Condição da Mulher; Comissão de Negócios e Eventos; Comissão de Saúde e Qualidade de Vida; Comissão de Educação e Cultura; Comissão do Meio Ambiente; Comissão das Associadas; Comissão de Tecnologia Trabalho e Renda e Comissão Jovem Mulher de Carreira.

Essas são as comissões. Claro que cada uma delas tem uma comissão responsável para desenvolver esse trabalho junto com a sociedade e comunidade.

Quero aqui destacar, também, a composição da nova diretoria:

Presidente: Iara Regina Miotti;
Primeira-vice: Marina Leal Freitas Williams;
Segunda-vice: Maria Anrain Trentini;
Primeira-secretária: Ana Paula Braga Pires;
Segunda-secretária: Norma Camisão Schwinden;
Primeira-tesoureira: Inez Zeiser Ziliotto;
Segunda-tesoureira: Aparecida Ferreira Mussi (Cida);
Past Presidente: Cleusa Carolina Koerich Laureano.

Eu fui também convidada para integrar uma das diretorias da BPW. Por isso quero agradecer o convite e dizer que farei o impossível para corresponder as expectativas de quem nos escolheu.

Composição do Conselho Fiscal: Sandra Leila Martins; Maria Terezinha Medeiros e Cássia Maria Miotti Ritter Von Jelita.

Composição do Conselho Diretor: Arlete Carminatti Zago, que é presidente da PAST Presidente BPW Fpolis e Past Presidente BPW Brasil; Maria Helena Balthazar; Eloha Westphalen Nasceweng; Nadir Terezinha Koerich; Zuleika Degani; Dulce Magalhães, que foi a nossa palestrante e que, diga-se de passagem, foi uma excelente palestrante; Cleusa Carolina Koerich Laureano; Neusa Freire Dias; Selma Elias Westphal e esta deputada.

Quero parabenizar a BPW e dizer que queremos contribuir.

Um abraço a todos e até outra oportunidade.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, quero, mais uma vez, trazer à tribuna, depois desse grande ato que ocorreu, ontem, em Chapecó, a nossa indignação, a nossa insatisfação por tudo isso que está vivendo hoje não somente a família de Marcelino Chiarello como todas as lideranças da região, a sociedade chapecoense e regional, não se fala em outra coisa, que foi a morte do vereador do PT Marcelino Chiarello.

Um ato que repercutiu muito na cidade e na região, trazendo um sentimento de muita revolta e também de muito pesar, de muita tristeza. E a cada depoimento mais se trazia presente o que de fato era o vereador Marcelino Chiarello para aquela cidade, por tudo que fez, por tudo que atuou, por tudo que lutou junto aos movimentos sociais. Em tudo ele estava presente.

Por isso esse sentimento muito forte e a grande participação de entidades representativas, sejam de agricultores, de atingidos por barragem, de mulheres da educação, de professores, de universitários, de estudantes, como de lideranças políticas, de prefeitos e vereadores. Então, esse ato de ontem marcou muito e esteve muito presente, além da forma como ocorreu o velório, o enterro do vereador, o que já foi aqui destacado.

O vereador Marcelino Chiarello não era um vereador que simplesmente atuava de forma comum, ele atuava de forma extraordinária na Câmara de Vereadores de

Chapecó, com uma voz muito firme de Oposição. E ele não foi simplesmente morto por qualquer coisa, ele foi, como outras pessoas, morto, não temos dúvida disso, vinculado à sua atuação na Câmara de Vereadores.

Por todas as circunstâncias, por todas as situações da pressão, de perseguição nesses últimos dias de vida, ele demonstrava muita preocupação, inclusive de renunciar ao mandato.

Então, as grandes ações, as grandes lutas, as grandes atividades, as articulações que ele fazia eram em cima da perspectiva de denunciar tudo que ocorria naquela cidade, lamentavelmente. E não foram quaisquer denúncias, tanto é que várias que ele fez repercutiram muito no próprio Judiciário, como a ação que afastou o subprefeito de Chapecó, Dalmir Pelicoli, da sua atividade, do seu cargo.

E reafirmamos desta tribuna que não vamos calar, como todas as pessoas que estiveram presentes ontem, no enterro, e outras tantas, antes que esse episódio seja de fato apurado e esclarecido, ou seja, saber quem fez esse desserviço para Santa Catarina, para o Brasil e, principalmente, para a sociedade de Chapecó. A própria cidade, a própria população quer que esse fato seja esclarecido, porque não é possível, numa cidade, numa região de gente que luta tanto, gente tão séria, tão honesta, algumas pessoas que não merecem estar ali naquele meio.

Esse é o sentimento porque o nome de Chapecó foi para os noticiários do Brasil e do mundo, e isso precisa ser esclarecido.

Por isso sempre falamos que, certamente, não foi alguém que simplesmente foi na casa do vereador matá-lo. Provavelmente alguém também está por trás disso, alguém mandou, alguém orquestrou. Essa é, de fato, a avaliação que se faz: que o vereador foi morto a partir de uma atuação firme, uma atuação de luta contra as injustiças no seu mandato.

Então, é nessa perspectiva, srs. deputados, sras. deputadas e público que nos acompanha, que as nossas vozes não se calam, e não se vão calar. Porque não é possível que em Santa Catarina, um estado tão importante para o Brasil, um estado que tem um povo que luta e trabalha, aconteça esse tipo de coisa.

Público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, a sociedade catarinense é convocada a nos ajudar nessa luta. Quero dizer às pessoas de bem, às pessoas sérias, às pessoas que querem justiça que chegou a hora de fazermos esse clamor juntos. Confiamos, sim, nas autoridades policiais e nas investigações, mas é importante que a sociedade, que as pessoas, que as lideranças e que as entidades façam, e continuem fazendo, o que foi feito, ontem, no ato de Chapecó: milhares e milhares de pessoas caminhando, reclamando, cobrando e exigindo justiça. Porque os pensamentos, os ideais, os sonhos, os princípios e os valores do vereador Marcelino têm que continuar sendo levados em frente. E a nossa perspectiva, no nosso mandato, é a de atuarmos junto à sociedade catarinense organizada para de fato darmos essa resposta à nossa população do estado e, principalmente à população de Chapecó e região.

Então, é isto que esperamos: que, mais uma vez, aquelas fitas pretas, ontem, usadas em sinal de luta, em sinal de revolta e em sinal de sentimento possam tomar os nossos corações e de fato termos uma resposta e lutarmos juntos até que se esclareça o último fato que levou a essa triste

e lamentável morte de uma liderança nova, com 43 anos de idade. Ele tinha toda uma vida pela frente. Era um pai de família e um professor, e foi muito lamentado também pelas crianças das escolas onde o professor Marcelino passou a sua mensagem e deu aulas.

Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados assistentes e telespectadores da TV Assembleia, o deputado Dirceu Dresch, que nos antecedeu, transmitiu aqui um sentimento, e que realmente é compartilhado pela grande maioria da sociedade catarinense, de indignação ao lamentável episódio da morte do vereador ocorrida na cidade de Chapecó, e já amplamente referido inclusive aqui nesta Casa na semana passada. E, principalmente, da expectativa de que se possa, efetivamente, encontrar os responsáveis e puni-los na forma da lei, porque esse ato é bárbaro e entristece toda a comunidade catarinense, e não somente a comunidade chapecoense.

Nós entendemos, deputado Moacir Sopelsa, que todos os mecanismos de investigação devem ser acionados para esclarecer o quanto antes possível esse lamentável episódio. E ficaremos também nessa cobrança permanente.

Mas, srs. presidente e srs. deputados, gostaríamos de enaltecer, nesta tribuna, uma grande conquista da comunidade concordiense, no último domingo, em mais uma festa esportiva de Santa Catarina: a final do Campeonato Estadual de Futsal, a nossa Divisão Especial, a nossa principal divisão de Santa Catarina, em que tivemos um belíssimo espetáculo, deputado Moacir Sopelsa - e nós estávamos lá presente -, reunindo o time do Jaraguá, já com ampla tradição no futsal brasileiro e catarinense, e a equipe da Associação Concordeense de Futsal na disputa da finalíssima estadual vencida pelo Concórdia, de forma meritória. Mas não deixa de ter sido meritória também a participação do Jaraguá, que soube se portar em quadra, valorizou e foi levando sempre na dianteira o placar até o último minuto, quando, então, a equipe de Concórdia fez uma virada espetacular e por 6 a 5 sagrou-se campeão estadual do futsal.

Queria destacar, nesta tribuna, essa conquista e também uma questão importante, que é a origem desse título estadual. Ele nasceu exatamente de um projeto que valoriza o esporte nas escolinhas esportivas, nas comunidades, com a valorização dos valores locais.

Já tivemos, em Concórdia, diversos títulos nacionais importantes, inclusive no futsal. Mas isso ocorreu numa época em que uma das principais empresas do Brasil, que nasceu em Concórdia, patrocinava times de futebol. Ela pegava um time em São Paulo e trazia para Concórdia, assim como trazia alguns para Chapecó e outras cidades. E eles disputavam modalidades, levavam muitos títulos e também levavam o nome da cidade. Isso é meritório e está registrado na história.

Mas quando essa empresa resolveu parar de apoiar o esporte foi embora a modalidade, pois lá não havia escolinhas esportivas. Posteriormente, iniciou-se um

projeto diferente em Concórdia de valorização das escolinhas esportivas. E nesse caso específico do futsal nasceu, em 2006, uma disputa que, inclusive, não foi nem da Divisão Especial nem da Primeira Divisão, foi a disputa do Sub-20.

A meninada que disputou o Sub-20 sagrou-se campeã estadual. Depois foi para a Primeira Divisão - e, na verdade, chama-se Primeira Divisão, mas é a Segunda Divisão, porque tem a Primeira Divisão e a Especial - e sagrou-se campeã. Foi para a Divisão Especial e, já no ano passado, ficou entre os quatro finalistas. Este ano disputou a Liga Nacional e agora restou campeã catarinense da Divisão Especial do Futsal. Inclusive, com diversos jovens formados lá na comunidade concordiense, de atuação local.

Portanto, com a participação e o desenvolvimento do jovem, com o incentivo das comunidades, esse esporte também se vai transformando, muitas vezes, em esporte de rendimento, em esporte de competição. Começou numa escolinha esportiva e ganhou a sua grande consagração com esse título do último domingo.

Por isso, além de parabenizar publicamente a equipe de Concórdia; os seus dirigentes; os seus patrocinadores; aqueles que investiram; o público, que lotou o centro de eventos no domingo - cerca de três mil pessoas lá estavam participando daquela belíssima jornada esportiva -, queremos parabenizar todos que acreditam no esporte como um fator de desenvolvimento da pessoa, que acreditam no esporte que ajuda a divulgar as comunidades e a fazer a alegria das pessoas também.

Nós, em Santa Catarina, lamentamos ter perdido um clube na primeira divisão, deputada Angela Albino, o seu querido Avaí. Mas, ao mesmo tempo, fomos campeões da Série C com o Joinville, e estamos na Série A com o Figueirense, que conquistou uma vaga no Sul Brasileiro.

Então, temos muito que comemorar, e eu quero trazer também para a comemoração esse título importante de Concórdia, no último domingo, principalmente por ser um projeto que valorizou a comunidade e os atletas locais e tem a participação de empresas do setor privado que o apóiam. E, é claro, tem a participação pública da prefeitura e do governo do estado, mas, acima de tudo, é um projeto comunitário.

Inclusive, com a eleição do novo presidente da Associação Concordeense de Futsal, vai assumir um líder comunitário, Jaime Bernardi, substituindo Serginho Primam, que estava na presidência, fez um belíssimo trabalho e merece também as nossas homenagens. E assim como merece a homenagem o jogador Gabriel, que está encerrando a sua carreira. Ele, que fez o seu último jogo no domingo, foi um atleta brilhante. Ele é um concordiense que tem a sua residência fixa em Concórdia, mas já morou na Itália e disputou jogos lá. Está, hoje, encerrando a sua carreira, jogando pela Associação Concordeense de Futsal, e irá se tornar, a partir do próximo ano, um dirigente.

Então, queria fazer o registro, em nome do esporte de Santa Catarina, mas, principalmente, em nome da comunidade regional de Concórdia, desse título e também da importância de que os municípios e o estado invistam no esporte de base e nas escolinhas esportivas. Temos feito o debate em Santa Catarina, através do Fórum Parlamentar do Esporte, de como é importante ter o esporte como inclusão social, como desenvolvimento,

como formação do jovem. Por isso que, quando sai uma grande conquista de uma equipe que veio a partir dessa ideia de formação de escolinha, e acaba conquistando um grande título, mais do que nunca merece ser elogiado.

Parabéns à Associação Concordeense de Futsal pelo título de Campeã Estadual da Divisão Especial de Santa Catarina. E parabéns também ao Jaraguá, que fez uma belíssima partida e dignificou muito mais ainda esse título catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta!

Esta Presidência registra a presença do diretor-geral da SDR de Seara, Ademar Petry; do nosso ex-prefeito de Ararutã; de Adir Somariva, presidente do Corpo de Bombeiros Voluntários do município de Concórdia; do Rudimar Vitto, comandante do Corpo de Bombeiros; e da Maria Elisa Galvão, supervisora administrativa. Eles estão aqui, deputado Neodi Saretta, com o intuito de amanhã ir ao Tribunal de Justiça para que consigam colocar de volta o trabalho eficiente que o Corpo de Bombeiros fazia em Concórdia na questão da vistoria das habitações.

O Corpo de Bombeiros tem uma história e tanto v.exa. como nós está empenhado - e já conversamos, inclusive, com o governador. Nada contra os bombeiros militares, mas entendemos que temos um trabalho que não precisa ser mexido, e há um espaço muito grande no estado de Santa Catarina para que os bombeiros militares possam atuar.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sobre esse assunto, sr. presidente, quero dizer que v.exa. estava junto na visita do governador a Concórdia, e nós lá estivemos também. E o governador, instado principalmente pelo presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários de Concórdia, Adir Somariva, declarou publicamente apoio ao Corpo de Bombeiros.

E mais: declarou apoio, inclusive, dizendo que ia verificar com a sua base - e a base do governo está bem representada aqui - a agilização da votação da PEC que trata desse assunto.

Então, queremos até fazer um apelo ao deputado relator para que possamos apreciar essa PEC ainda dentro deste ano legislativo, já que essa é uma questão que urge e que a sociedade catarinense, especialmente quem apoia os bombeiros voluntários, solicita.

Então, queira fazer esse registro também, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, aproveito este momento para, primeiro, mencionar que, ontem, estive em Chapecó, juntamente com a deputada Luciane Carminatti, o deputado Dirceu Dresch, José Fritsch, Elói Pietá, secretário nacional do Partido dos Trabalhadores, o deputado Pedro Uczai, e vários prefeitos da região - do meu partido, o PCdoB, estavam: César Valduga, Paulinho da Silva, Erivelton Santana e outros

camaradas -, para prestar essa última homenagem a Marcelino Chiarello.

Quero dizer que fiquei, deputado Dirceu Dresch, muitíssimo emocionada com o carinho da população e com a forma muito própria do povo de Chapecó de tratar essas questões. Ouvi em alguns noticiários dizerem que foi um grande ato político. Eu não vi um grande ato político; eu vi um grande ato de amor da cidade por um herói seu.

Eu acompanhei parte da caminhada, porque o meu camarada César Valduga está-se recuperando de uma cirurgia na perna. E nessa caminhada fui falando com as pessoas e percebendo que elas estão muito consternadas e emocionadas com o que aconteceu lá. De fato, não é um assunto de Chapecó, não é um assunto do Sinte, não é um assunto apenas do Partido dos Trabalhadores, embora o povo de Chapecó, o PT e o Sinte certamente, assim como a família, devem sentir com mais cruzeza o que aconteceu. Mas é um assunto que precisa envolver toda a sociedade, e tenho dito sempre para torçermos para que o que parece ter acontecido não tenha acontecido da forma que parece, porque de fato desejamos garantir o princípio da democracia, o princípio da convivência harmoniosa.

Dizia, hoje, ao me referir sobre um tema da cidade de Florianópolis, que político não pode ter inimigos, mas apenas adversários. E a política recente do Brasil mostrou que esses adversários ora são e ora não são adversários, e é preciso sempre agir com muita cautela.

Portanto, o que melhor pode acontecer, hoje, para Chapecó, para toda Santa Catarina e para todo esse episódio envolvendo Marcelino Chiarello é uma resolução célere, uma investigação profunda do que aconteceu e que finalmente se possa ter o nome e o CPF de quem praticou aquela barbaridade.

É claro que se associa com muita facilidade a um crime político, pelas circunstâncias do crime, uma vez que foi um brutal assassinato que se tentou passar por suicídio. Marcelino era conhecido pela contundência das suas posições, mas seria também leviano fazer acusações sem provas.

Portanto, para o bem de todos e de todas, é preciso que a polícia aja o mais rápido possível para, em breve, identificar o criminoso e puni-lo na forma da lei.

Ontem, vi, se me permite um tom pessoal, deputada Luciane Carminatti, a sua emoção na convivência com Marcelino e fiquei muito tocada. À noite participei de um debate e percebi a angústia da vereadora Angela Domingues, que agora terá a tarefa de carregar essa imensa responsabilidade de dar continuidade à ação de Marcelino Chiarello.

Desejo que o Elizeu Maggioni, vereador que foi empossado no lugar do vereador Marcelino Chiarello, possa ter um grande mandato também. E, se me permitam opinar sobre um assunto que não me cabe, considero corretíssima a postura do Partido dos Trabalhadores, mesmo em meio a essa tragédia, em ocupar aquela vaga porque ela pertence ao PT, e o povo precisa dessa representação da Câmara de Vereadores de Chapecó. Tenho certeza de que o vereador Elizeu dará conta dessa tarefa imensa com a mesma dignidade que o vereador Marcelino.

E repito que, e essa foi a tônica, inclusive, da reunião do Pcdob do último final de semana, esse não é o problema de uma região ou de um partido, mas é uma questão que merece o atento cuidado de todos que zelamos pela democracia, que zelamos pela plena vivência dos direitos de cidadania.

Mas aproveito também os últimos minutos que me restam para dizer que hoje às 17h a bancada feminina se reunirá com o relator do Orçamento, deputado Gilmar Knaesel, para discutir alguns pontos que as mulheres historicamente têm debatido.

Gostaria de dizer, ainda, que encampamos, a deputada Professora Odete de Jesus, a deputada Luciane Carminatti, a deputada Dirce Heiderscheidt, a deputada Ana Paula Lima e esta deputada, algumas prioridades que o setor de Assistência Social nos trouxe, discuti aqui conosco, e que a bancada feminina julgou, de fato, necessárias.

As mulheres estão pedindo mais delegacias, mais centros de referências, e temos uma pauta sobre esse assunto que foi construída coletivamente entre os mandatos femininos da Assembleia Legislativa, agora com o reforço também da deputada Professora Odete de Jesus.

É claro que os temas afetos às mulheres não são afetos apenas às mulheres. Historicamente, as mulheres tiveram essa tarefa, dentro da nossa cultura, de estarem mais próximas às questões ligadas ao ambiente privado, ao ambiente doméstico, e são as mulheres que sentem com maior cruzeza a ausência de políticas públicas dando conta desses setores mais empobrecidos da nossa sociedade e dos setores mais fragilizados de cidadania da nossa sociedade.

Portanto, quando pedimos uma atenção especial, por exemplo, para creches integrais, não estamos dizendo que esse é um problema nosso, mas um problema da sociedade, que é visto com mais rigor, com mais carinho e cotidianamente pelas mulheres.

Por fim, quero mencionar que também um dos nossos temas é a implementação da Lei Maria da Penha, que em Santa Catarina tem a imensa dificuldade de não contar com a Defensoria Pública. E é preciso sempre dizer que a Defensoria Dativa sempre fez um grande trabalho. Claro que fez. Mas também é preciso reconhecer que, e mais do que em qualquer ramo, especificamente no Direito, a forma como a Defensoria Pública se expressa em Santa Catarina é absolutamente inconstitucional. Tanto é que vemos na Lei Maria da Penha seis artigos diferentes prevendo a Defensoria Pública como instrumento de prevenção à violência contra as mulheres.

Queremos punir o agente de violência contra as mulheres? Claro. Mas nos interessa muito mais prevenir a violência. Por isso, as ferramentas relativas à delegacia de mulheres e principalmente à Defensoria Pública são ferramentas imprescindíveis à defesa das mulheres.

Tenho ressaltado sempre que a discussão que afeta as mulheres, que a violência contra as mulheres precisa ser vivida, trabalhada e discutida com toda sociedade. Estou absolutamente convencida de que a violência contra as mulheres é a violência mãe de todas as outras violências. Uma criança que vive no ambiente violento, num ambiente onde a violência é banalizada, onde ela vê todos os dias a sua mãe sendo vítima de violência, certamente, em grande média, em grande chance, será uma criança também que tende a traduzir esse ambiente de violência por sua vida afora. Não por coincidência, os agressores costumam ser crianças que vivenciaram uma forma de violência também na sua infância.

E, por último, gostaria de dizer que vi com alegria, ontem, esta Assembleia Legislativa fazer uma audiência pública para discutir a redução da maioridade penal. E ficou

estabelecido, pelo menos, naquela audiência, que temos que implantar o Estatuto da Criança e do Adolescente de forma integral. O Estatuto foi feito dentro de um contexto inteiro e somente uma parte foi aplicada. E é claro que aí não teria como dar conta.

Segundo a experiência do padre Wilson Groh, desenvolvida no Maciço do Morro da Cruz, é possível combater a violência gerando oportunidades, e não queremos encarcerar as nossas crianças; queremos tratar a violência gerando oportunidades: oportunidade de emprego, de renda, de educação, de viver, de ser cidadão e fraterno.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Antes do horário destinado ao Horário dos Partidos Políticos, temos dois requerimentos sobre a mesa.

O primeiro requerimento é de autoria do deputado Gilmar Knaesel, assinado por todos os líderes, que solicita a suspensão da sessão por até 20 minutos, a fim de homenagear os atletas catarinenses medalhistas e os que participaram dos Jogos Parapan-Americanos, em Guadalajara de 2011.

O segundo requerimento é de autoria do deputado Dirceu Dresch, assinado por todos os líderes, solicitando a suspensão da sessão por até dez minutos, para destacar o Dia do Extensionista, os princípios da política do desenvolvimento rural e da assistência técnica, da extensão rural e da pesquisa agropecuária.

Após a Ordem do Dia suspendermos a sessão por 30 minutos para atender aos dois requerimentos.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Gostaria de cumprimentar o sr. presidente, as sras. deputadas e os srs. deputados, o público que nos acompanha nesta sessão.

Sr. presidente, na semana passada não estive neste plenário devido ao assassinato do nosso companheiro, do meu ex-colega vereador por dois anos. Ainda estamos recuperando dessa dor imensa.

Não tem justificativa roubar a vida de um cidadão, de uma autoridade, que foi eleita pelo povo. Ele foi assassinado na sua própria casa. Deixou um filho de 11 anos e uma esposa sem entender por que homens e mulheres lutam por justiça e correm o risco de perder a sua própria vida.

O Marcelino era pai de família, professor, vereador em Chapecó por dois mandatos, líder comunitário, foi presidente da associação de moradores do seu bairro e tinha uma forte atuação nas pastorais da Igreja Católica.

O assassinato do vereador Marcelino abalou não somente a cidade de Chapecó, mas o estado, e hoje se fala no país todo sobre a morte dessa liderança política.

Dia 28 de novembro não sairá das nossas memórias. Há um clima, hoje, de muito medo instalado em nossa cidade, pois num conjunto de 12 vereadores na nossa cidade um deles perde a vida desse jeito. Hoje, são apenas 11 vereadores, pois foi tirada a vida de um líder que representava o povo de Chapecó.

O Marcelino não está mais entre nós fisicamente, mas a memória da sua atuação parlamentar e a continuidade das suas lutas por muitos de nós fará com que ele esteja sempre presente. A luta do Marcelino era por

transparência, por democracia, pelo bom uso do dinheiro público. Ele combatia a corrupção e organizava as comunidades.

(Procede-se à apresentação de slides.)

As imagens que os senhores estão vendo são as do ato que ocorreu no dia de ontem e que contou com a presença da deputada Angela Albino e do deputado Dirceu Dresch.

Tenho certeza de que esse crime não ficará impune, porque não deixaremos.

Vocês podem acompanhar nas imagens que estavam presentes nesse ato os representantes da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil -, da Associação Comercial e Industrial de Chapecó, do Sindicato dos Trabalhadores de Chapecó, prefeitos, vereadores, do bispo Dom Manuel Francisco e, de forma muito maciça e emocionante, dos nossos colegas professores de Filosofia. Havia também muitos estudantes, porque o Marcelino Chiarello ajudou a fazer a luta da Udesc, da universidade federal e das universidades comunitárias.

Vamos continuar a luta do vereador Marcelino, mas queremos deixar bem claro que não vamos sossegar enquanto esse crime brutal ocorrido na cidade de Chapecó não for esclarecido.

Surpreende-nos que nove dias após o assassinato não tenhamos nenhuma manifestação das autoridades no sentido do esclarecimento, o que nos leva a pensar que não é um crime comum, mas planejado e executado por profissionais. A própria Polícia que está atuando de forma séria e brilhante no caso tem dificuldades de entender os passos do nosso vereador, sem que ninguém perceba provas concretas de pessoas que pudessem tê-lo executado.

Mas queremos saber quem planejou aquele crime, quem executou o nosso líder vereador e a mando de quem ele foi executado, porque um crime comum não conta com tantos requintes de crueldade e não tem a sabedoria de querer caracterizar um suicídio. A Polícia investiga para buscar a comprovação da asfixia mecânica, de traumatismo craniano e vestígios de tortura no corpo do vereador, mas aparentemente ele resolveu tirar a sua vida.

Ora! Quem cometeu essa crueldade não imaginava que se pudesse identificar que foi uma execução.

O vereador Marcelino não tinha problemas pessoais, não tinha dívidas, como alguns até quiseram insinuar, porque se dívidas no banco for motivo para suicídio, então, metade da população brasileira tem que ser executada. Nós todos aqui. Dever para banco ou para a família é comum. Mas insinuaram outros crimes que não vou nem citar em respeito à memória do Marcelino.

Não temos dúvida de que pela sua atuação combativa, de efetuar denúncias todos os dias, sempre cobrando justiça, tem tudo para ser um crime político.

Precisamos de respostas para essas questões. Sabemos que elas não vão diminuir a nossa dor, que é muito grande, mas a sociedade precisa de repostas. E mais do que isso, precisa de justiça.

Por isso, no dia de ontem realizamos um ato em Chapecó pela paz, pela justiça e democracia. E quero agradecer o apoio de muitas entidades, de muitas lideranças, que se sensibilizaram e que estão conosco na luta por justiça, democracia e paz. Não queremos cometer crime com quem fez esse crime; queremos que os órgãos definidos pela nossa Constituição sejam os responsáveis pela apuração dos fatos e pela justiça.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

A Sra. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputada Luciane Carminatti, na semana passada v.exa. não compareceu à sessão por motivo óbvio. Mas tive a oportunidade em dois momentos de fazer a minha manifestação de solidariedade. E quero dizer a v.exa., que foi colega dele não apenas de partido, mas também na Câmara, que espero, como toda a sociedade catarinense, que esse crime, para o bem de todos, seja esclarecido e que sejam punidos os responsáveis, no rigor da lei e no menor espaço de tempo possível.

É o que Santa Catarina espera! Não tenha dúvida v.exa. disso. E até para tranquilizar não apenas a sociedade de Chapecó e do extremo oeste, mas de todo o estado, que é extremamente necessário que se chegue aos mandantes rapidamente, aos executores, e com o rigor da lei que sejam todos punidos.

Eu também fico impressionado. Ora, em plena luz do dia não é possível que ninguém tenha visto alguém entrando na casa do vereador. Nós aqui distantes não conseguimos compreender o porquê dessa lentidão. Mas rogo a Deus que brevemente possamos esclarecer esse crime e reitero a minha solidariedade a v.exa. e aos seus companheiros.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Muito obrigada, deputado Joares Ponticelli.

Quero agradecer mais uma vez, muito obrigada.

Marcelino está presente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Apenas gostaria, sr. presidente, de registrar a presença neste Parlamento dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que estão na peregrinação em busca da melhoria salarial.

É meritória a luta deles, e está feito o registro de suas presenças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Mauro de Nadal.

Feito o registro da presença dos servidores do Tribunal de Contas, agora, sim, com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Srs. deputados, sras. deputadas, demais pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital na tarde desta terça-feira, gostaria, agora, na presença da deputada Luciane Carminatti, deputados Dirceu Dresch e Padre Pedro Baldissera, que é lá da região de Chapecó, de prestar a minha solidariedade aos colegas, ao PT e ao povo de Chapecó, pela morte bárbara do companheiro Marcelino Chiarello. Com certeza ele era uma pessoa imensa em termos de capacidade, de mobilização, de indignação com todas as injustiças que se comete neste mundo. E

cometeu-se uma grande injustiça, talvez a maior de todas, contra ele.

Gostaria de prestar a nossa solidariedade e ficar à disposição para tudo o que pudermos ajudar, inclusive cobrando das autoridades uma solução para esse caso. Quem quer que esteja envolvido naquele crime precisa pagar. Foi um homicídio triplamente qualificado; talvez, muitas pessoas precisem pagar por esse crime.

O velório e os atos estão sendo realizados em Chapecó. E os praças de lá, na medida das suas possibilidades, têm acompanhado tudo porque reconhecem que o Marcelino foi um companheiro de todas as horas das vigílias na praça Coronel Bertaso, juntamente com o Valduco e outros companheiros, lutadores do povo do oeste catarinense, acompanhando a luta dos praças.

Gostaria ainda, srs. deputados, de fazer o registro de uma escola nesta capital, na ilha de Santa Catarina. Pediria à assessoria que passasse um pequeno *slide* mostrando a escola de Ensino Médio João Gonçalves Pinheiro, no Rio Tavares. Por coincidência, um dia depois que o secretário da Educação Marco Tebaldi esteve aqui falando de educação, fui visitar essa escola. E fiquei espantado, pois ao lado da quadra de esportes há uma fossa abandonada, colocando em risco as crianças e os adolescentes, que podem não só quebrar a perna, mas o próprio pescoço. A situação é de penúria.

Fala-se de educação em tempo integral, o que aplaudimos porque, além da qualificação da educação, a educação em tempo integral tem um efeito social imenso. Inclusive como prevenção na área de segurança pública, a educação é a melhor forma. E nesta ilha de Santa Catarina, a escola João Gonçalves Pinheiro, no Rio Tavares, está num estado lamentável. Quem quer que chegue lá, num sábado ou num domingo, que não seja dia de aula, poderia apostar que se trata de uma escola abandonada há pelo menos dois anos. Mas está em vigor. E na tarde em que estive lá, os alunos tinham sido dispensados da aula porque não havia água. Era uma quinta-feira à tarde, não havia água, e as crianças não puderam permanecer na escola. Curiosamente esse colégio foi reformado há dois anos.

Eu, como ser humano, como pai, não aceitaria que meu filho se matriculasse numa escola onde é preciso levar uma foice ou um facão para não ser picado por cobra. Então, é uma situação dramática que precisa ser resolvida. Se foi realizada uma reforma ou se consta uma reforma em 2009 nesse colégio, temos que saber o que de fato foi feito, porque é desesperadora essa situação. É um desrespeito aos adolescentes que lá estudam.

Fico imaginando o que pensam esses adolescentes dos deputados, dos Poderes constituídos, quando têm que estudar num colégio naquelas condições. Simplesmente não tem como se aceitar que seja uma situação sequer razoável. É inaceitável essa situação e precisa-se tomar uma providência.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital.

Quero cumprimentar o nosso prefeito Celso Heidemann, do município de Santa Rosa de Lima, pela importante conquista daquele município na noite de ontem de mais um prêmio, o prêmio Finep de Inovação 2011, que coroa, deputada Angela Albino, todos os esforços que estão sendo empreendidos com uma participação efetiva da universidade federal, especialmente através do professor Wilson.

Nesses sete anos de administração do prefeito Celso Heidemann houve um engajamento por parte da prefeitura municipal, que teve a participação desta Assembleia Legislativa, uma vez que eu e o deputado Pedro Baldissera fomos autores do projeto de lei que transformou Santa Rosa de Lima na Capital Catarinense da Agroecologia.

Aparentemente, deputado Dirceu Dresch e deputada Angela Albino, quem nos assiste pode não entender o significado desse projeto, às vezes até acharem que se trata de um projeto banal. Mas para o município de Santa Rosa de Lima, que já tinha toda uma cultura iniciada nesta atividade, acabou-se constituindo numa importante porta de entrada para diversos outros projetos, inclusive de ONGs, que trouxeram inúmeros benefícios para o município.

Quero, então, trazer a informação da assessoria de imprensa do município de Santa Rosa e registrar nos anais desta Casa:

(Passa a ler.)

“Santa Rosa de Lima ganha prêmio de R\$ 500 mil por projeto inovador

Mais uma vez Santa Rosa de Lima ganha destaque pelo resultado e pela eficiência de projetos implantados no município. Ontem à noite novamente Santa Rosa conquistou um prêmio significativo: o primeiro lugar na etapa regional (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) do Prêmio Finep de Inovação 2011, categoria Tecnologia Social. O título deu direito a um prêmio de R\$ 500 mil, troféu e vaga garantida para disputar o mesmo título em nível nacional, cujo prêmio é também de R\$ 500 mil. Esse dinheiro será aplicado obrigatoriamente em projeto de inovação.

O projeto vencedor foi do Centro de Formação em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (CFA), que tem sede em Santa Rosa e desenvolve trabalho nas Encostas da Serra Geral. ‘Tão importante quanto a conquista é o reconhecimento da importância do projeto por parte da Finep’, disse o coordenador, Wilson Schmidt, o Feijão. ‘Trata-se de uma reafirmação de que agricultores e agriculturas de Santa Rosa e das Encostas foram ousados, adotaram práticas inovadoras de produção, beneficiamento, transformação, comercialização, agroturismo, organização e construção de redes’ disse Wilson.

O centro de formação envolve todo o sistema de produção agroecológica, seus associados e suas entidades: a Agreco, a Cooperagreco, Acolhida na Colônia e Aliar (Cooperativa de Profissionais). ‘Esse não é um prêmio por um trabalho feito agora. É um trabalho desenvolvido há mais de uma década por um grupo muito grande de pessoas e entidades, e o prêmio é um reconhecimento por tudo isso’, diz o secretário da Agricultura, Sebastião Vanderlinde. ‘É importante destacar que os dois outros projetos finalistas também são muito importantes, mas, por reconhecimento de toda uma equipe de avaliadores, o nosso projeto tem uma importância ainda maior pela maneira como envolve diretamente os produtores’, lembra o prefeito de Santa Rosa de Lima, meu querido companheiro e amigo Celso Heidemann, que esteve presente na

cerimônia da entrega do prêmio, junto com o vice-prefeito Valdir Antunes, o secretário da Agricultura, Sebastião Vanderlinde, o coordenador da Agreco, o presidente da Colhida na Colônia e outros componentes das entidades envolvidas e agricultores.

Santa Catarina foi o estado do sul do país com mais esforços inovadores reconhecidos pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) em 2011.”[sic]

Portanto, trata-se de uma grande conquista, deputado Ismael dos Santos e deputado Dirceu Dresch, até porque sabemos dos esforços que estão sendo empreendidos cada vez mais para fixar, para manter a família do agricultor na sua atividade.

Falar de êxodo sem políticas públicas que efetivamente estimulem o filho do agricultor a continuar na atividade é pura falácia, deputado Dirceu Dresch. O filho do agricultor não vai ficar na sua cidade, se não chegar à sua região a felicidade plena, com tudo que ensina e gera felicidade, as tecnologias, a internet, o conforto, o prazer de viver na sua região, de poder acessar tudo que o mundo oferece e que a cidade oferece. É evidente que, se esse conjunto de coisas não estiver acontecendo, a família do agricultor irá embora para a cidade, e é claro que não vai se fixar no centro da cidade, vai para a periferia onde falta abastecimento, saneamento, educação, saúde, segurança e onde sobra criminalidade, falta oportunidade e onde tem sofrimento.

Então, quero cumprimentar o prefeito Celso Heidemann, o professor Wilson e todos aqueles que fazem de Santa Rosa de Lima uma referência para o Brasil.

Deputado Dirceu Dresch, há pouco mais de dez anos, Santa Rosa de Lima tinha o maior índice de suicídio na terceira idade do Brasil. E sabe qual era a principal causa? Além do excesso do uso de agrotóxicos, a saudade da família. As pessoas se suicidavam na terceira idade, por saudade, carência e depressão, geradas porque os filhos haviam ido embora.

Então, deputado Padre Pedro Baldissera, agora esse projeto continua estimulando e produzindo benefícios também para Santa Rosa de Lima e sua gente.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado Joares Ponticelli, quero parabenizá-lo pelo tema que traz e por essa homenagem feita ao município de Santa Rosa.

Tenho acompanhado a luta, o trabalho, a dedicação da Agreco, do município, da prefeitura, da secretaria da Agricultura, durante muitos anos. E de fato o município merece, porque tem levantado essa bandeira, mesmo às vezes sem apoio do estado e de políticas nesse sentido. Os agricultores, a Agreco, as entidades aceitaram o desafio de construir uma nova política de produção de produtos agroecológicos. O título é merecido e também a homenagem. E os agricultores da região certamente agradecem.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Por fim, quero dizer, deputado Silvio Dreveck, que hoje me estou sentindo muito feliz nesta Casa. Hoje, é dia de São Nicolau, que era um homem justo, um homem bom, inspirador do atual Papai Noel, deputado José Nei Ascari, e pudemos votar na comissão de Constituição e Justiça dois importantes projetos de lei que o

governador encaminhou, concedendo a tão esperada, a tão solicitada anistia aos policiais militares e aos professores que participaram de movimentos grevistas do ano 2008 em diante, deputada Luciane Carminatti.

Portanto, honrando o compromisso feito, votamos e tivemos o parecer aprovado hoje na comissão de Constituição e Justiça. Então, amanhã, teremos a votação dessas duas importantes anistias.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, quero registrar a presença nesta Casa do nosso amigo e prefeito de Anitápolis, Saulo Weiss, do sr. Waldimiro, grande colaborador na administração, do presidente da Câmara de Vereadores de Planalto Alegre, do sr. Lenoir Correa e também do Jucimar De Mello, diretor da Câmara de Planalto Alegre.

Sejam todos bem-vindos! É uma satisfação recebê-los nesta Casa!

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, eu gostaria, como membro da comissão de Educação, de trazer mais uma proposta a esta Casa.

Estamos dando entrada nesta tarde a um projeto de lei que busca definir normas para a ampliação da publicidade dos dados referentes à qualidade da educação ofertada nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental e médio do estado de Santa Catarina.

Entendemos que os pais dos alunos da rede pública têm o direito de ter plena ciência da qualidade da educação que o seu filho está recebendo. E falo isso porque tenho a satisfação de dizer que meus filhos estudam em escola pública. Inclusive, tenho uma filha terminando agora o ensino fundamental e recebendo ensino de qualidade na cidade de Blumenau. Isso nos orgulha.

Entendemos que de fato as famílias têm o direito de uma participação maior no que diz respeito à transparência da qualidade de ensino nas nossas escolas públicas. O estado, sim, tem o dever de dar publicidade a todos os índices que são aferidos nas escolas públicas, e falo aqui das nossas escolas da rede estadual. Entendemos que os pais têm o direito de saber qual é a qualificação de cada professor que leciona para o seu filho, assim como acontece na rede privada, onde as escolas fazem questão de apresentar os méritos do grupo docente.

A família, sabendo que uma escola está com o índice baixo, pode cobrar sim o desempenho e a melhoria no ensino oferecido. E é com o envolvimento da família, pais e alunos que vamos ter um avanço na construção de um sistema educacional que possa atender às demandas da sociedade.

Por isso, estamos protocolando, hoje, nesta Casa esse novo projeto de lei, como disse, que visa normas de ampliação da publicidade dos dados referentes à qualidade da educação oferecida nos estabelecimentos públicos do ensino fundamental e médio no estado de Santa Catarina.

Sr. presidente e srs. deputados, imagino que v.exas. também tenham recebido, assim como esse deputado, a diligência do Ministério Público do estado de Santa Catarina no que diz respeito ao Protocolo 0107.865/2, endereçado a esta Casa Legislativa sobre a questão específica de orientações e manifestações do Ministério Público do estado de Santa Catarina, sobre a proposta de emenda constitucional com o fito de diminuir a maioria de 18 anos para 16 anos.

Esse é um assunto que tem retornado a esta Casa, e também em todos os Parliamentos, especialmente no Congresso Nacional, porque também bate à nossa porta essa discussão da diminuição da maioria de 18 anos para os 16 anos. Eu lembro, quando secretário municipal da Criança e do Adolescente nos anos 1998 e 1999, na cidade de Blumenau, que naquele tempo já discutíamos de forma bastante intensa e acentuada essa questão.

O Ministério Público do estado de Santa Catarina faz um pronunciamento oficial, inclusive, de questionamentos nesta Casa sobre as temáticas aqui debatidas, em especial sobre a proposta da emenda constitucional 83/2011, do senador Clésio de Andrade, que visa exatamente essa redução de 18 anos para 16 anos. E o Ministério Público do estado de Santa Catarina levanta algumas considerações sobre tudo que diz respeito à ideia de que o adolescente não é responsabilizado pelos seus atos.

Diz o Ministério Público que o adolescente muito embora não responda pelas regras do direito penal é responsabilizado por suas condutas seguindo um procedimento próprio delineado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. E, mais uma vez, entra na pauta dos debates o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, que completou 21 anos de existência.

Eu tive a oportunidade de participar dos primeiros debates quando da implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Várias vezes estivemos em Brasília como vereador e, posteriormente, como secretário municipal da Criança e do Adolescente, e entendo que o Estatuto da Criança é uma lei bem trabalhada, muito bem pautada, burilada, mas o Brasil ainda está distante no que diz respeito à estrutura para conseguir cumprir de fato o Estatuto da Criança e do Adolescente, sobretudo no que diz respeito aos adolescentes infratores.

Temos acompanhado a questão dos CIPs, Centros de Internação Provisória, deputado Maurício Eskudlark, que é da área da Polícia Civil e que sabe muito bem o quanto é polêmica essa temática hoje, sobretudo por parte daqueles que operam a lei, não somente os advogados como também os delegados. Mesmo a Polícia Militar, que costuma dizer que faz o Boletim de Ocorrência, chega a prender o menor, mas uma semana depois ele está livre para cometer atos ilícitos.

Enfim, há todo um debate em torno dessa temática, mas entendemos que antes de qualquer discussão com relação à diminuição da maioria penal de 18 anos para 16 anos, é preciso que haja de fato condições para isso em nosso país e, em especial, no estado de Santa Catarina. Segundo as estatísticas que temos acompanhado, deputado José Nei Ascari - v.exa. que também é operador da lei, advogado, sabe muito bem disso -, o nosso estado está hoje em quarto lugar, infelizmente, no *ranking* das piores condições para o atendimento do adolescente infrator.

Então, é todo um processo histórico que precisamos restabelecer, recuperar, a esse respeito, inclusive o governador do estado, Raimundo Colombo, tomou a primeira iniciativa ao fechar o Centro Educacional São Lucas, no sentido de termos em Santa Catarina um atendimento à altura do que exige o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Estaremos certamente intensificando esse debate nesta Casa, porque a sociedade nos cobra uma ação rápida, enérgica, uniforme, consonante e em sintonia com o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente.

Era isso, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopesla, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, deputado Antônio Aguiar, que está presidindo a sessão, eu gostaria de dizer que vamos dividir os 12 minutos destinado ao meu partido, sendo seis minutos para cada deputado.

Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, senhoras e senhores da imprensa, assomo à tribuna, nesta tarde, no horário do meu partido, para registrar, primeiramente, com alegria, que vivemos, no município de Concórdia, no último domingo, mais uma vez, uma história que fazia 18 anos que não vivíamos mais. O nosso time de futsal se consagrou campeão do estado de Santa Catarina. Duas alegrias: uma é ganhar do Grêmio e a outra é ver o meu time, em Concórdia, ser o campeão estadual.

Deputado Padre Pedro Baldissera, v.exa. deve estar imaginando que os dois deputados devem estar juntos. Nessas horas estamos! Nessas horas, quando é para defender Concórdia, nós nos unimos. Eu, que o conheço, imaginei o que estaria conversando com o deputado Antônio Aguiar.

Quero cumprimentar a equipe de Concórdia e as empresas que a patrocinam. A IACC, uma empresa de construção civil, que muito nos orgulha, a mesma coisa a empresa Águia Seguros, a Unimed, nas pessoas dos seus dirigentes: o Vilmar e o Sérgio Radin, da IACC, e o Nauro Jasper, da Águia Seguros, três particulares amigos, principalmente o Nauro Jasper, que vivem esse time de futebol de salão e almoçam, jantam e tomam café pensando no time.

Há de se registrar e de cumprimentar todos os patrocinadores que nos permitiram, como disse, depois de 18 anos, voltarmos e levantar essa taça de campeões de futsal do estado de Santa Catarina. Mas não dá para deixar de parabenizar o jovem Serginho Primam, que é o presidente do time, um jornalista em Concórdia que se dedicou muito, neste último ano, para fazer com que o seu time tivesse os recursos e pudesse ir até o final do campeonato.

Quero cumprimentar, também, o técnico Serginho Schiochetti, que fez valer muito a sua experiência na última partida, e, da mesma forma, os atletas que participaram do jogo. Durante todo o jogo eles sempre estiveram na frente. No entanto, quando faltava um pouco mais de 30 segundos, o jogo estava 5X4, conseguimos empatar para 5X5. E quando faltavam 15 segundos para terminar o jogo, veio o sexto gol que consagrou o time de futsal de Concórdia como campeão estadual.

Sr. deputado Romildo Titon, foi realmente uma conquista sofrida, mas foi no final muito divertida, porque mais de 3 mil pessoas estavam no ginásio mostrando que gostam de lazer e de futebol.

Da mesma forma, quero cumprimentar todos que de uma forma ou de outra contribuíram para que pudéssemos ter mais uma vez de volta esse importante título. Temos que respeitar também o time de Jaraguá do Sul, que fez uma bela partida.

Deputado Antônio Aguiar, para finalizar, quero levantar aqui uma manchete do jornal *Diário Catarinense*, que traz hoje um texto que diz que dívida põe em risco o programa de sanidade animal de Santa Catarina. Não quero defender aqui que não se pague a conta do telefone, mas quero dizer que a falta de GTA não aconteceu. Nós deixamos de ter os GTAs emitidos via internet, mas consegue-se emitir, deputado Silvio Dreveck, os GTAs manuais. E a Cidasc não deixou de fazer o controle sanitário para que isso não fosse visto como um desabono à sanidade animal do estado de Santa Catarina. Ela não deixou de prestar o serviço.

Nós pedimos à Oi os telefones de Irani a Porto União, deputado Antônio Aguiar, e disseram que irão ver o planejamento para poder atender, no ano de vem, à nossa região, onde há um assalto por semana, pois é uma região escura, sem comunicação. Para cobrar a conta ela é rápida, ágil, cobra em 30 dias. Mas teria que ser também eficiente na hora de atender à nossa população.

Passo o restante do tempo ao deputado Antônio Aguiar.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero referir-me hoje ao planalto norte. Em primeiro lugar, ao município de São Bento do Sul, onde estivemos com o deputado Silvio Dreveck e com o eminente deputado Darci de Matos para tratar da liberação de R\$ 6 milhões para a construção do Cedup.

Gostaríamos de parabenizar o secretário Marco Tebaldi que esteve lá fazendo justiça a São Bento do Sul. Temos certeza de que o deputado Silvio Dreveck e o deputado Darci de Matos ficaram felizes em levar para São Bento do Sul um centro de educação tão importante.

Mas quero fazer o registro aqui que o senador Paulo Bauer tem culpa no cartório também, porque juntamente com ele, com o deputado federal Mauro Mariani e com este deputado estivemos em Brasília, no ano passado, quando foram destinados recursos ao Cedup para Santa Catarina, beneficiando, inclusive, Campos Novos, região do deputado Romildo Titon, e outros municípios.

Então, gostaríamos de parabenizar a área da Educação pelo grande investimento no planalto norte. Mas foram feitos investimentos também na área da saúde significativos em Mafra, que recebeu o equipamento de ressonância magnética e o tomógrafo computadorizado.

Estivemos, hoje, juntamente com o secretário regional Wellington Bielecki e com o presidente Dario Clair Stackzuk, assinando os convênios para a liberação do dinheiro que estará à disposição em dez dias.

Também estivemos juntos com o secretário da Saúde, Dalmo de Oliveira, que liberou o tomógrafo para Canoinhas no valor de US\$ 490 mil, fazendo com que a saúde naquele município esteja agora quase que completa, com UTI, com o banco de sangue, com ressonância magnética, com tomógrafo

computadorizado, com arco cirúrgico, com equipamento de endoscopia e mamografia, enfim, todos os equipamentos necessários para que os médicos realizem medicina de ponta. Temos especialistas atuando em cada área para melhorar a qualidade de vida da população do planalto norte, pois nos preocupamos com o ser humano, ou seja, com as pessoas, e o programa do governador Raimundo Colombo proporcionará esse bem-estar.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Concedo um aparte ao eminente deputado Darci de Matos.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Obrigado, deputado Antônio Aguiar, e parabéns pelo seu pronunciamento.

Estive acompanhando também o governador em Mafra. E v.exa. falava há pouco sobre a ressonância magnética, que foi conquistada por aquela cidade, por aquela região. E agora mais R\$ 2,5 milhões foram destinados ao hospital daquele município. Informo isso a v.exa., pois sei que é o grande portador desse pleito para a cidade de Mafra e para o planalto norte de Santa Catarina.

Também participamos da ordem de serviço do Cedup de São Bento do Sul, no valor de R\$ 6 milhões, uma escola de fundamental importância para a qualificação de mão de obra em São Bento do Sul e região. E daqui a alguns dias, deputado Antônio Aguiar, vamos acompanhar o governador na construção da UPA que vai atender a Campo Alegre, São Bento do Sul e Rio Negrinho.

Portanto, através do seu pleito, do pleito do deputado Silvio Dreveck e da nossa ajuda, o governador tem sido generoso com todo o estado, mas tem dado uma atenção especial, adicional, ao planalto norte.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Obrigado, deputado Darci de Matos.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, catarinenses presentes na Assembleia Legislativa, todos que assistem à nossa sessão através da TVAL e ouvem-nos por meio da Rádio Aleesc Digital, em nome da nossa bancada, em nome do nosso partido, o PSDB, quero, inicialmente, agradecer a todos os deputados estaduais que aprovaram por unanimidade o nosso requerimento solicitando uma justa homenagem a todos os atletas catarinenses que disputaram as últimas Olimpíadas Pan-Americanas.

Os atletas catarinenses defenderam o nosso país e, de forma primeira, foram campeões gerais os Parapan, mostrando com isso, mais uma vez, a força do esforço catarinense, especialmente dos nossos atletas catarinenses. Claro que junto com eles os nossos clubes, as nossas associações, os nossos técnicos, as nossas federações esportivas, especialmente a Fesporte, que coordena, no âmbito do governo do estado, todos os eventos do calendário esportivo catarinense.

E essa demonstração da Assembleia Legislativa, ao distinguir os nossos atletas, os medalhistas e também os não medalhistas, é, acima de tudo, um gesto de reconhecimento

desta Casa, deste Poder, a esses catarinenses.

E volto a falar da importância da participação da delegação catarinense tanto no Parapan quanto no Pan. Não tenho aqui exatamente, neste momento, o percentual, mas com certeza é muito acima do que representamos em termos de população catarinense em nível de Brasil.

Em Santa Catarina, 3% da população brasileira são de atletas olímpicos. Numa Olimpíada fomos responsáveis por 14% dos atletas olímpicos brasileiros. Isso mostra a força do esporte catarinense.

Sr. presidente, logo após a Ordem do Dia, vamos fazer a entrega do certificado e também do Troféu que a Assembleia concede.

Quero agradecer, mais uma vez, essa disposição das lideranças e também dos partidos em abrir esses espaços. Com certeza, o melhor momento seria uma sessão solene ou especial, mas em função do calendário da Casa, em função do final de ano, temos uma agenda muito grande e não foi possível realizarmos uma sessão solene. Mas esse espaço durante a sessão também já é uma deferência muito especial.

Quero, mais uma vez, agradecer ao líder e a todos os deputados e falar desse histórico da Fesporte, que não pode ficar esquecida nesse processo. Está aqui o nosso presidente, o Adalir Pecos Borsatti, mas quero também estender a todos os ex-presidentes, aos que coordenam as atividades administrativas e também a todos os diretores, especialmente os funcionários da Fesporte, um grupo pequeno de apenas 40 servidores, 50 servidores que se dedicam diuturnamente, deputado Joares Ponticelli, para que a Fesporte cumpra com o seu calendário que tem mais de 200 eventos anuais. Claro que os Jogos Abertos são o maior evento, a marca maior, desde a Oleesc, da Olimpíada da melhor idade, dos inúmeros eventos que a Fesporte coordena durante o ano. E os servidores da Fesporte estão sempre presentes com o seu trabalho técnico, dando todo o apoio para que o evento realmente aconteça.

Deputado Joares Ponticelli, antes de conceder um aparte a v.exa., quero parabenizar os nossos atletas paraolímpicos. Esses, sim, estão numa fase maravilhosa em Santa Catarina.

Depois de termos criado o Parajasc, que está na sua 4ª edição... E já foi dito aqui nesta Casa que esse é o melhor evento esportivo do Brasil para os atletas especiais, e que congregou, na última olimpíada estadual, mais de mil atletas. E esses, sim, reencontraram novamente, através do esporte, a alegria de viver, a alegria de confraternizar e a alegria de se integrar na sociedade.

Eu quero parabenizar os pais que dão todo apoio a esses seus filhos, muitas vezes com grandes dificuldades. Mas eles sabem que isso é importante e que talvez seja uma vitrine para os seus filhos.

Por isso, parabenizo os pais e também os atletas guias, os preparadores físicos, enfim toda a cadeia que faz com que um atleta possa se preparar e competir.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Gilmar Knaesel, quero apenas me associar ao pronunciamento de v.exa. e cumprimentar, em nome de Adalir Pecos Borsatti e do querido amigo Osvaldo Juncklaus, que é um servidor exemplar da Fesporte, toda a

equipe da Fesporte porque eu sei que ela é pequena, é abnegada e doa-se muito para que esse grande calendário seja cumprido com a competência que a Fesporte faz.

A última grande demonstração disso foi a realização dos Jogos Abertos na cidade de Criciúma. E aí vale, mesmo que tardiamente porque não estava aqui, cumprimentar, mais uma vez, não apenas a prefeitura de Criciúma, na pessoa do nosso querido amigo e colega deputado Clésio Salvaro, mas também toda a equipe da Fesporte que fez, mais uma vez, a melhor edição dos Jogos Abertos de Santa Catarina.

Portanto, eu me associo à sua manifestação reiterando o nosso compromisso com essa importante instituição para o esporte catarinense.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Também, é claro, dentro dessa cadeia esportiva, eu não posso esquecer-me de salientar os clubes, as associações e as federações esportivas.

E somente para citar um dado estatístico, mas importante e numérico, quero dizer que temos, hoje, no nosso estado, mais de 50 federações esportivas organizadas; a Associação das Federações Desportivas do Estado de Santa Catarina, que congrega todas elas - e o sr. Samuel Linhares é o presidente; o Conselho Estadual de Desporto, presidido pelo grande desportista catarinense que foi também um esportista olímpico - e ele não pôde estar aqui porque está presidindo, neste momento, a reunião do Conselho Estadual do Desporto e decidindo os Jogos Abertos futuros de Santa Catarina.

E quero também, através do Galdino, cumprimentar todos os conselheiros do Conselho Estadual do Desporto, um órgão também importante junto com o Tribunal de Justiça Desportiva.

Sr. presidente, era esta a nossa manifestação no horário do partido. Logo em seguida prestaremos essa homenagem e queremos pedir a paciência de todos mais um pouco e agradecer pelo comparecimento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Srs. deputados, nós temos na pauta alguns projetos que demandam quórum qualificado. Por isso, solicitamos que todos os deputados que estão nos seus gabinetes venham a plenário para que possamos fazer a votação das matérias que exigem quórum qualificado.

A Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0673/2011, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0674/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0675/2011, do deputado Reno Caramori; 0676/2011, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0677/2011, do deputado Neodi Saretta; e 0678/2011, 0679/2011, 0680/2011, 0681/2011, 0682/2011 e 0683/2011, de autoria do deputado Edison Andrino, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s.: 1.665/2011, 1.666/2011, 1.667/2011, 1.668/2011 e 1.669/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 1.670/2011, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 1.671/2011 e 1.672/2011, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 1.673/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann;

1.674/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 1.675/2011, de autoria do deputado Jorge Teixeira; 1.676/2011, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus; 1.677/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 1.678/2011, de autoria do deputado Dóia Guglielmi; 1.679/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider; 1.680/2011, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 1.681/2011, de autoria do deputado Darci de Matos; 1.682/2011 e 1.691/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 1.683/2011 e 1.684/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.685/2011, 1.686/2011, 1.689/2011 e 1.692/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta; 1.687/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 1.688/2011, de autoria do deputado Edison Andrino; 1.690/2011, de autoria do deputado Marcos Vieira; e 1.693/2011, de autoria do deputado Joares Ponticelli.

Moção n. 0157/2011, de autoria do deputado José Milton Scheffer, a ser enviada aos deputados federais catarinenses, solicitando apoio ao manifesto da Fecam por uma distribuição justa dos royalties e aprovação do PLS 448/11.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0158, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao presidente do Senado federal, ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense e aos senadores de Santa Catarina, manifestando apoio ao PL 98/2011.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Srs. deputados, temos três projetos que foram aprovados nas comissões que constarão, obrigatoriamente, da pauta da Ordem do Dia de amanhã. No entanto, se houver acordo dos srs. líderes, o quanto antes votarmos os projetos iremos reduzir a pauta para as duas últimas sessões plenárias da 1ª Sessão Legislativa que esperamos seja concluída na próxima semana. Temos para aprovar o Projeto de Lei n. 0229/2009; o Projeto de Lei n. 0478, que altera a Lei n. 5.035, de 1974, que declara de utilidade Pública a Sociedade Assistencial e Hospitalar de Palmitos, de Palmitos; e também o Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2011, que autoriza os representantes do estado no Conselho Administrativo das Centrais Elétricas de Santa Catarina a votarem a proposta de alteração do estatuto social.

Estas são as três matérias que passaram nas comissões. Consultamos os srs. líderes para saber se podemos deliberar hoje ou amanhã.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Um projeto é o das Centrais Elétricas de Santa Catarina...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O outro é de utilidade pública, e o terceiro é de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que torna obrigatória a disponibilidade de fio ou fita dental nos banheiros dos estabelecimentos comerciais onde haja consumo de alimentos.

Esses são os três projetos. Há concordância dos srs. líderes?

(Os líderes aquiescem.)

Apenas para efeito de verificação de quórum, uma vez que vamos votar um PLC, vamos votar nominalmente o PL n. 0299/2009.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0299/2009, de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que torna obrigatória a disponibilidade de fio ou fita dental nos banheiros dos estabelecimentos comerciais onde haja consumo de alimentos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI sim	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Votarem 25 srs. deputados.

Temos 25 votos "sim" e nenhum voto "não"

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2011, de procedência da comissão de Constituição e Justiça, que autoriza os representantes do estado no Conselho Administrativo das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc -, a votarem a proposta de alteração do Estatuto Social, contida no Ofício n. 0635.4/2011 da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI sim	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Votaram 26 srs. deputados.

Temos 26 votos "sim".

Está aprovada a matéria.

Consulto os srs. líderes para saber se podemos fazer a votação da redação final dos projetos.

(Os líderes aquiescem.)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje às 16h11.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 040ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h11, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Professora Odete de Jesus - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Esclarece pedido de suspensão da sessão.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL (pela ordem) - Solicita que a sessão seja suspensa para a entrega de homenagens a atletas.

Explicação Pessoal

DEPUTADO MANOEL MOTA - Registra agradecimento à Câmara de Vereadores de Tubarão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Amanhã teremos uma reunião da comissão de Finanças e no período da tarde, como foi acordado pelos srs. líderes, vamos votar todos os projetos de origem legislativa que tramitam nas comissões. Na próxima semana somente votaremos os projetos de origem governamental. Isso é fruto de um acordo com os srs. líderes. Assim, mesmo que sejam aprovados nas comissões na semana que vem, são matérias que ficarão para o próximo ano, de forma que não haja acúmulo de matérias na última semana de votação neste Parlamento.

Sobre a mesa, requerimento pedindo a suspensão da presente sessão por um período de dez minutos para ouvirmos o presidente da Frente Parlamentar de Agricultura Familiar.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, acho que são dois requerimentos, um pedindo que a sessão seja suspensa por dez minutos e outro pedindo que seja suspensa por 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Por 20 minutos não há possibilidade, não é regimental!

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - É um requerimento de autoria do deputado Gilmar Knaesel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado, a suspensão pode dar-se por até dez minutos, a menos que haja um acordo dos srs. líderes que altere isso. Eu não tenho nenhuma objeção, mas...

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, houve uma solicitação por escrito e foi deliberado que para não fazermos uma sessão especial seria suspensa a sessão ordinária para que pudéssemos entregar aos atletas catarinenses um certificado de participação e um troféu aos medalhistas.

Todos estão aqui e contamos com a compreensão dos partidos e dos líderes. Também pedimos a compreensão da Presidência para que a sessão seja suspensa por 15 ou 20 minutos para fazermos a entrega das homenagens.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Gilmar Knaesel, tudo o que é fruto de acordo é sempre respeitado na Casa. Se foi acordo dos srs. líderes, não há nenhuma dificuldade. Não é a praxe, a praxe é que seja suspensa por dez minutos, mas se houve um entendimento, vamos suspendê-la pelo tempo que foi acordado.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, a minha consulta é para saber se v.e.a. pode suspender a sessão por 20 ou 30 minutos para que se preste as duas homenagens.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Exatamente, vamos fazer isso.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, nós temos um pedido dos extensionistas também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Exatamente. Esse foi o primeiro requerimento que a Presidência leu.

Vamos suspender por dez minutos para ouvir os extensionistas e, logo em seguida, por mais 20 minutos, conforme acordo de líderes. Eu vou respeitar o acordo de líderes, muito embora não seja usual.

Está suspensa a sessão por 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Queremos cumprimentar os atletas que defenderam as cores tão bem, com tanta dignidade, mostrando que realmente o esporte é uma coisa sadia, é educação, é cultura, além de lazer.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Antônio Aguiar.

(Pausa)

Na ausência do deputado Antônio Aguiar, com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Sargento Amauri Soares e não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, venho à tribuna para agradecer à Câmara de Vereadores de Tubarão porque, num ato muito importante para mim, fui, na noite de ontem, homenageado por aquela cidade, recebendo o título de Cidadão Tubaronense.

Então, quero agradecer a toda bancada de vereadores do meu partido, que me homenageou com essa comenda que, para mim, foi muito importante. Tubarão é uma cidade com 100 mil habitantes e tive a honra, meu caro presidente, de ser convidado pelo diretório municipal e pelos vereadores para ser um deputado também de Tubarão. Eu me senti muito honrado.

Ontem fui homenageado com a entrega do título de Cidadão Tubaronense e fiquei honrado e orgulhoso. O meu compromisso não duplicou, ele triplicou em defesa da região sul, mas em defesa também de Tubarão e daquela região.

Quero agradecer também ao vereador Geraldo Pereira, o Jarrão, líder da bancada, e, em seu nome, agradeço a todos os vereadores, porque não é todos os dias que se recebe uma homenagem de uma cidade daquele tamanho, uma Cidade Azul que realmente orgulha muito o sul do estado pela sua forma de ser, pelo seu dinamismo e pelo seu crescimento.

Então é preciso, sim, muitos investimentos, e um deles é a Interpraia. Depois de muita luta, meu caro presidente, conseguimos, com o ex-governador Luiz Henrique da Silveira, a execução das obras de Laguna ao Camacho, que são 20km. Esperamos, agora, que o deputado Edinho Bez, que é o coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, consiga R\$ 20 milhões com o ministério do Turismo para começarmos de lá para cá. E temos, ainda, uma emenda coletiva também do Fórum, no valor de R\$ 20 milhões. E se o governo colocar a contrapartida de tocar

a obra, independentemente de ter dinheiro ou não, a nossa parceria toca a obra.

Então, é preciso, sim, muita ação, muita luta, muito trabalho. É com esse espírito que estou trabalhando durante esses meus 29 anos de vida pública, com dedicação, responsabilidade e lealdade pelo povo e pela minha região. Nós somos responsáveis por toda Santa Catarina, mas o sul está mais no meu coração, porque é a minha região.

Por isso, preciso levar mais resultados, que é aquilo que a população espera. A população elege um político para isso, e estou trabalhando em prol da minha região.

Então, caro presidente, quero agradecer e deixar registrado que a nossa luta vai continuar por muito tempo, porque

precisamos de todas essas obras concluídas para poder dizer que a região sul do estado se desenvolveu, que é uma região que ocupou espaço no cenário estadual, no cenário nacional, que é uma região que ajuda este país a crescer. E essa é a luta de todos nós parlamentares do sul do estado.

Por isso, quero deixar registradas essas boas-novas na tarde de hoje, neste fim de ano, em que estamos quase encerrando a nossa missão no Parlamento. Com certeza, deveremos cumprir a nossa missão com o trabalho e a luta que sempre norteiam a nossa vida neste Parlamento.

Por isso, quero deixar registrado neste momento, sr. presidente, a nossa luta, que vai continuar permanentemente com o apoio da sociedade e deste Parlamento, que

nunca faltou com o apoio ao sul do meu estado.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Não há mais oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 024ª SESSÃO ESPECIAL

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

HOMENAGEM À ORDEM DEMOLAY PARA O BRASIL PELA PASSAGEM DOS SEUS 25 ANOS DE ATIVIDADES EM SANTA CATARINA

PROPOSIÇÃO DEPUTADO GILMAR KNAESEL

SUMÁRIO

DEPUTADO GELSON MERISIO - Declara que o objetivo da homenagem é incentivar mais jovens a participarem do DeMolay e destaca os integrantes da Ordem que prestaram serviços voluntários em 2011.

GILMAR KNAESEL - Ressalta os ideais que norteiam as ações dos jovens DeMolay.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Afirma que a Ordem DeMolay é uma instituição que prega a fraternidade e o companheirismo, as liberdades religiosas, civil e intelectual.

RICARDO SOARES SCHWINGEL - Registra que o objetivo da Ordem DeMolay é formar líderes e homens de caráter.

RAFAEL MAYER - Agradece a iniciativa do Legislativo de trazer para dentro da Casa do Povo jovens que têm o puro sentimento de transformação social.

SECRETÁRIO GEAN LOUREIRO - Discorre sobre sua trajetória na Ordem DeMolay e ressalta o valores sociais e humanos que a instituição apregoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido os deputados Maurício Eskudlark e Kennedy Nunes para que acompanhem as autoridades que constituirão a mesa dos trabalhos.

Convido para compor a mesa o deputado Gilmar Knaesel, autor do requerimento que ensejou a presente sessão especial;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Gean Marques Loureiro, secretário municipal de Governo, neste ato representando o prefeito da capital, Dário Berger;

(Palmas)

Excelentíssimo sr. Rafael Mayer, presidente estadual da Ordem Demolay;

(Palmas)

Prezado amigo José Carlos Pacheco, soberano grande comendador do rito escocês

antigo e aceito para o estado de Santa Catarina, ex-presidente do Tribunal de Contas, neste ato representando o Conselho Estadual de Educação;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Ricardo Soares Schwingel, mestre conselheiro estadual da Ordem Demolay;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Toni Luiz Haag, primeiro grande mestre estadual adjunto da Ordem Demolay;

(Palmas)

Sr. Dario Labandera, segundo grande mestre do estado;

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, público que abrilhanta esta grande sessão.

A presente sessão foi convocada por solicitação do deputado Gilmar Knaesel e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares em homenagem à Ordem de Demolay, na passagem dos seus 25 anos de atividade em Santa Catarina.

Neste momento teremos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

É praxe nesta Casa que o deputado proponente presida a sessão que solicitou. Mas antes de passar a condução dos trabalhos ao deputado Gilmar Knaesel, quero ratificar a alegria que tenho - e até fiz questão de abrir esta sessão - de homenagear nesta Casa a Ordem Demolay que tanto orgulha Santa Catarina e o Brasil.

Gostaria de agradecer, neste final de ano, a todos os que prestaram, ao longo deste ano, trabalho comunitário e serviços à sociedade de forma organizada, pacífica e com o grande Arquétipo do Universo como guia.

Sejam todos muito felizes durante estes dias finais de 2011 e que 2012 seja um ano ainda melhor para todos os brasileiros!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - O presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio, já fez a saudação de boas-vindas e quero aqui, inicialmente, reiterar os meus agradecimentos ao nosso presidente, que nos deu toda a sua atenção para que pudéssemos realizar esta sessão especial.

Da mesma forma, quero agradecer a presença dos deputados Maurício Eskudlark e Kennedy Nunes, representando os demais deputados estaduais que, de forma unânime, aprovaram o nosso requerimento que ensejou a presente sessão especial.

Gostaria de dizer que a Assembleia Legislativa, ao longo dos tempos, mais especificamente nos últimos anos, tem realizado sessões solenes, sessões especiais para homenagear pessoas e entidades que trabalharam em prol do nosso estado. Nesta oportunidade, quero dizer muito obrigado, parabéns e prestar o nosso reconhecimento em nome do Poder Legislativo de Santa Catarina.

Inspirei-me para solicitar a realização desta sessão especial num servidor efetivo da Casa, Nivaldo César Senes Santos, que trabalha no Orçamento Regionalizado, e que um dia me procurou para falar um pouco da passagem dos 25 desse movimento.

Assim, apresentei um requerimento para a realização desta sessão especial, até para fazer justiça ao servidor da Casa que me inspirou esta propositura.

Neste momento, convido o eminente deputado Maurício Eskudlark, que também foi parceiro e proponente desta sessão especial, para fazer uso da palavra em nome de todos os deputados desta legislatura.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Gostaria de saudar o deputado Gilmar Knaesel, proponente desta sessão. Quero agradecer até pela deferência, porque no dia em que ele estava com a proposição em mãos, quando vi que era uma homenagem à Ordem DeMolay, que acompanho desde o Capítulo de São Miguel d'Oeste, fiz questão de assinar também.

Quero saudar o João Rodrigues, nosso amigo e irmão, deputado federal, secretário. É difícil definir todas as suas atribuições. Hoje, lendo um material da Ordem DeMolay, vi os ilustres que já participaram da Ordem. E v.exa., como não poderia deixar de ser, consta como uma das autoridades que passaram, que fizeram história na Ordem DeMolay.

Quero saudar todos os componentes da mesa, o coronel Fernando Rodrigues de Menezes; secretário-adjunto da secretaria de Segurança; bem como todos que estão participando desta bela sessão.

Hoje, ao ler sobre a Ordem DeMolay, achei algumas coisas importantes. Já participei muito em São Miguel d'Oeste da atividade desde a sua criação, através da Loja Maçônica União da Fronteira, que me deu todo o apoio. A minha filha foi rainha do Bethel. Então, nós acompanhamos e vivemos o Bethel e a Ordem Demolay.

(Passa a ler.)

"A Ordem DeMolay é uma sociedade discreta de princípios filosóficos fraternais, iniciáticos e filantrópicos, patrocinada pela Maçonaria, para jovens do sexo masculino com idade compreendida entre 12 e 21 anos. Fundada nos Estados Unidos, no dia 18 de março de 1919, em Kansas City, Missouri, pelo maçom Frank Sherman Land, é patrocinada e apoiada pela Maçonaria oficialmente desde 1921, que, na maioria dos casos, cede espaço para as reuniões dos Capítulos DeMolay e Priorados da Ordem da Cavalaria - denominações das células da organização.

A Ordem é inspirada na vida e morte do nobre francês Jacques De Molay, 23º e último grão-mestre da Ordem dos Templários, morto em 18 de março de 1314 junto a outros membros da Ordem por contestar as falsas acusações de prática de diversos crimes, entre eles heresias e infidelidade à Igreja, arquitetados pelo rei Filipe IV, de França,

A Ordem DeMolay possui cerca de quatro milhões de membros em todo o mundo e mais de 200 mil no Brasil. O DeMolay, que completa 21 anos de idade, é denominado Sênior DeMolay e passa a acompanhar os trabalhos do Capítulo através da Associação DeMolay Alumni. No Brasil, distribuídos em mais de 700 Capítulos, os milhares de DeMolay regulares de todos os estados da federação se reúnem frequentemente.

No dia 8 de abril de 2008, o estado de São Paulo estabeleceu o Dia do DeMolay, através da Lei estadual n. 12.905, a ser comemorado anualmente no dia 18 de março.

Em 19 de janeiro de 2010 foi promulgada a Lei Federal n. 12.208, que instituiu o dia 18 de março como o Dia Nacional do DeMolay, seguindo o exemplo paulista, sendo que a escolha da data marca o falecimento de Jacques DeMolay, herói, mártir da Ordem.

Os princípios da ordem são baseados em virtudes como fraternidade e companheirismo, incentivando cada membro a trilhar o seu caminho, seguindo preceitos que são considerados pela ordem diferenciais na vida de um líder e determinantes para o seu destino.

Os baluartes da ordem são: a defesa da liberdade religiosa, representada pelo livro sagrado; civil, representada pela bandeira nacional; intelectual, representada pelos livros escolares.

As sete virtudes cardeais de um DeMolay são: amor filial, referência pelas coisas sagradas, cortesia, companheirismo, fidelidade, pureza e patriotismo.

Alguns DeMolay famosos: Bill Clinton, político e presidente dos Estados Unidos; Frank Borman, que foi tripulante da Apollo 8, primeira missão espacial orbital à Lua em 1968, tendo recebido a primeira medalha de honra espacial do Congresso; Neil Armstrong, astronauta, comandante da missão Apollo 11, famoso por ser o primeiro homem a pisar na Lua; Walt Disney, cartunista, cineasta, diretor.

Brasileiros DeMolay ilustres: Júlio Cesar Espíndola, jogador de futebol que atuou como goleiro na seleção brasileira; Pedro Cardoso, ator conhecido como o Agostinho de a *Grande Família*; Giba, jogador de voleibol; Gean Loureiro, vereador de Florianópolis, deputado federal, DeMolay sênior do Capítulo Florianópolis n. 76 e Tiago Tavares lutador peso leve da UFC.

Quero, neste momento e neste dia especial, numa homenagem tão sublime e pelos princípios que a Ordem representa, pelo bem que faz neste momento tão difícil em que a população vê tantos casos de corrupção, de desvios de conduta, de falta de respeito na administração pública, a Ordem DeMolay e a Maçonaria, que têm capitaneado um trabalho em defesa da nossa sociedade, merecem o nosso respeito para que o nosso país, através do esforço de cada um, resgate o direito à liberdade, ao respeito, à fraternidade e à união."

Quero, então, parabenizar todos e também o deputado Gilmar Knaesel pela proposição. Que o Grande Arquiteto do Universo nos abençoe e que todos sirvam de exemplo para este país que tanto precisa.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Dando sequência a esta sessão, neste momento convido a mestre de cerimônias, Soraia Boabaid, para proceder à nominata dos homenageados especiais na noite de hoje.

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Neste momento, o Poder Legislativo presta homenagem à Ordem DeMolay na passagem dos seus 25 anos de atividades em Santa Catarina, pelos serviços prestados à sociedade, pautados na filantropia e na edificação do caráter e liderança do jovem.

Convido o sr. deputado Gilmar Knaesel para fazer a entrega da placa ao sr. Rafael Mayer, presidente, neste ato representando a Ordem DeMolay.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Na sequência, serão homenageadas as personalidades que contribuíram para o fortalecimento da Ordem DeMolay no estado de Santa Catarina.

Convido o sr. deputado Kennedy Nunes para, juntamente com o deputado Gilmar Knaesel, fazer a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o sr. Fernando Markut Filho, neste ato representando o sr. Álvaro Dippold Júnior, *in memoriam*.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. José Carlos Pacheco.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Agradecemos a presença do deputado Kennedy Nunes e convidamos o deputado Maurício Eskudlark para fazer a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o sr. Gean Loureiro, secretário municipal de Governo de Florianópolis.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Alberto Mansur, presidente DeMolay de 1984 a 2004, neste ato representado pelo sr. Max Hager.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Evilásio Ramos Schmitz, neste ato representado pelo sr. Gustavo Giacomelli.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Receberiam a homenagem os srs. Lúcio Nelson Martins e Sidney Pacheco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Agradecemos à mestre de cerimônias, sra. Soraia Boabaid.

Neste momento, dando sequência a nossa sessão, convidamos para fazer uso da palavra, em nome de todos os homenageados, o sr. Ricardo Soares Schwingel, mestre conselheiro estadual da Ordem DeMolay.

(Palmas)

O SR. RICARDO SOARES SCHWINGEL - Boa-noite a todos!

Primeiramente, agradeço por todo o esforço que a Assembleia Legislativa fez para que nós pudéssemos ter essa homenagem.

Falar dos 25 anos da Ordem DeMolay é realmente difícil, mais muito gratificante, principalmente por saber que em 25 anos formamos líderes, cidadãos de bem e de caráter limpo.

Realmente é um prazer contar com todos vocês que no dia de hoje atenderam ao nosso pedido com suas presenças aqui.

Peço encarecidamente para continuarem assim, sempre na luta pelos nossos ensinamentos.

Muito obrigado a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Agradeço ao Ricardo por suas palavras, em nome de todos os homenageados.

Convido para fazer uso da palavra o sr. Rafael Mayer, presidente do DeMolay e grande mestre estadual.

O SR. RAFAEL MAYER - Sr. presidente, quero cumprimentá-lo muito efusivamente e todas as autoridades que estão presentes na mesa.

Esta data, dia 6 dezembro de 2011, ficará marcada nas mentes de cada DeMolay do estado de Santa Catarina.

No dia de hoje, por meio do sr. deputado Gilmar Knaesel, proponente desta sessão magna, materializamos o reconhecimento da sociedade catarinense das atividades da Ordem DeMolay em território barriga-verde.

Quero, desta tribuna, registrar meus agradecimentos ao deputado proponente. Saiba, deputado, que seu ato ficará perpétuo para a história da ordem DeMolay catarinense. Estamos trazendo para dentro da Casa do Povo, a Assembleia Legislativa, jovens que em seu âmago detêm o mais puro sentimento de transformação social, jovens líderes que comporão o futuro da nossa nação.

Frank Shermolen, nosso fundador, assentou: o princípio é o que importa. Um acidente aconteceu numa caçada em 1919, em Kansas, Missouri, nos Estados Unidos da América, deixando sem pai uma família, na qual Luiz Lauer era um menino. Após o falecimento do pai, Luiz Lauer transferiu a sua figura ao amigo da família, o maçom Frank Sherman Land, com o qual buscava constantemente conselhos e orientações. Após conversas com o Lauer, Land reconheceu que o desejo do rapaz era de atenção paternal. E essa não era limitada somente a ele, estendia-se a inúmeros outros jovens que tivessem pais ou não.

Surgiu então a ideia de formar uma organização juvenil que proporcionasse o devido treinamento e guia para uma melhor cidadania, uma orientação de jovens que proporcionasse elevados valores patrióticos.

Assim, Land contou a Lauer o seu pensamento, solicitando a sua ajuda para formar um clube de rapazes, e pediu que ele convidasse alguns amigos da escola secundária para uma reunião. Eles iriam organizar o clube. E foi em fevereiro de 1919 que Lauer e oito de seus amigos reuniram-se num templo maçônico com Frank Sherman Land, com a finalidade de formar uma organização de jovens. Nunca eles poderiam sonhar, menos ainda Frank Sherman Land, que no espaço de 40 anos o movimento estaria ativo em 14 países. Assim, o princípio da Ordem DeMolay teve o seu curso.

No Brasil, um homem - e aqui registro um verdadeiro visionário, empreendedor, criativo e, sobretudo, um altruísta - resolveu trazer para a nação brasileira a Ordem DeMolay. Conheceu a Ordem nos Estados Unidos da América por meio de informativo comemorativo que tratava da passagem do aniversário da Ordem americana. Esse conhecimento despertou no sr. Alberto Mansur o sonho de trazer para o Brasil a organização que viria preencher uma lacuna que existia na tradicional Maçonaria brasileira, que se traduzia na absoluta ausência de jovens dentro dela.

(Passa a ler.)

“Após conhecer o grande mestre da Ordem DeMolay americana, Mansur iniciou os trabalhos para a instalação da Ordem no Brasil. As primeiras medidas para tornar realidade o sonho desse visionário começaram a se delinear. Mansur ousou, começou um grande trabalho de divulgação da Ordem DeMolay, que era totalmente desconhecida da maioria dos maçons em todo o território nacional. Para isso ele fez palestras, cartas, publicou notícias nos jornais, em boletins, o que acabou por despertar atenção e interesse, conseguindo bons colaboradores para essa obra. Assim, a Ordem DeMolay principiou no Brasil.

Em Santa Catarina, maçons arrojados percorreram o mesmo caminho de sucesso por meio de vários contatos que foram promovidos por esses destacados maçons e o nome DeMolay tornou-se conhecido na Maçonaria catarinense. O primeiro capítulo da Ordem DeMolay em Santa Catarina foi fundado na cidade de Joinville e após, várias outras unidades foram instaladas em todo o território.

Quero destacar, sr. presidente, que foram peças fundamentais nesse processo os irmãos Lúcio e Nelson Martins, José Carlos Pacheco, que hoje nos brinda com sua presença, também Álvaro Dippold Júnior e Sidnei Pacheco, dentre outros valorosos maçons que contribuíram decisivamente para o estabelecimento da Ordem em território catarinense.

Ilustres deputados, sociedade catarinense que hoje nos acompanha, como disse, a Ordem DeMolay tem em seu bojo algo simples para ensinar e que hoje se encontra esquecida, como bem disse o nobre deputado Maurício Eskudlark. Para ilustrar, eu destaco a todos um trecho da cerimônia das luzes, cerimônia que é feita em reuniões públicas pelos DeMolays quando se apresentam para a sociedade. Diz a cerimônia:

‘Mas nós vivemos numa época turbulenta, quando o tumulto está em nossa pátria, quando os baluartes da Bíblia, da bandeira, dos livros escolares estão em perigo de afundar no turbilhão da dúvida e da incerteza, quando esses sete gloriosos preceitos não são os mais cobiçados modelos sobre os quais se baseia a vida, quando a confiança, a justiça e a fraternidade não são consideradas as qualidades mais virtuosas. E se nós, como DeMolays, não ficarmos inabaláveis em defesa desses ensinamentos da nossa Ordem, se não procurarmos perpetuá-los em nossas vidas diárias, talvez essas chamas se apaguem mortas nas sombras e a escuridão tomará conta do país.’

Nossos valores estão deturpados. A Ordem DeMolay é a maior organização de jovens do planeta, alcançando os mais distantes rincões deste mundo. Desde os gélidos países do norte, até os tropicais países do sul, congregam-se jovens de diferentes culturas, credos, cores, com olhos orientais ou com olhos europeus, mas todos com um único objetivo: lapidar na mente esses valores mais escorreitos e justos.

Vivemos hoje numa cultura na qual mecanismos sociais estão falhando, há inversão de valores, há desorientação social. Exalta-se o comportamento extraordinário em detrimento do comportamento ordinário, este que todos deveriam esperar.

Para ilustrar a minha assertiva, convido a todos à reflexão sobre os vários casos em que nos são apresentados de homens e mulheres que praticam feitos honestos e que são exaltados como heróis.

Ora, não seria isso o normal que se esperaria de cidadãos educados?

Senhoras e senhores, é necessário dar um basta nessa inversão de valores. A Ordem DeMolay insere-se nisso como uma ferramenta de transformação social. Esses jovens que hoje estão aqui, e falo representando cada um de vocês, DeMolays, serão a composição da nossa nação em um futuro muito próximo, verdadeiros multiplicadores da informação do bem, da causa patriótica, da fraternidade e da correição.

Convoco todos vocês, DeMolays, que hoje estão-me escutando, que estão diante da materialização do poder estatal, que é este plenário da Assembleia Legislativa, que levem consigo para a eternidade o que aprenderam e aprenderão nas fileiras da Ordem, pois os seus trabalhos não são fórmulas vazias.

(Palmas)

Jamais permitam o ultraje, jamais sejam partícipes da realidade estúpida que

muitas vezes os ronda. Sejam cidadãos probos, escorreitos, dignos de se chamarem pelo resto da vida DeMolays.

Façam deste país um país melhor para viver! De nossas fileiras, como já foi colocado aqui, grandes líderes já saíram internacional e nacionalmente e muitos outros ainda virão, marcados em seu coração pelas sete velas que durante anos de suas vidas presenciaram. É de vocês essa responsabilidade.

Sejam partícipes desse movimento pela mudança de nosso país, sejam partícipes da realidade dele, com liberdade de pensamento e, sobretudo, com responsabilidade.

Não esmoreçam jamais em nossa pregação pela construção de um país onde prevaleça o bem-estar do nosso povo.

Srs. deputados, a Ordem Demolay encontra-se à disposição desta honrada Casa. Ficam consignados aqui nossos votos de um futuro próspero ao estado, próspero ao nosso povo, que, como citado em nosso majestoso hino, é cada homem um bravo, cada bravo é um cidadão.”

Sr. presidente, gostaria ainda, desta tribuna, de homenageá-lo com a entrega de uma placa por esse grandioso ato, como já falei, e de ter a deferência de poder entregá-lo e com isso saudar todos os srs. deputados desta Casa.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Agradecemos as palavras do presidente do Demolay, grande mestre estadual Rafael Mayer.

Acredito que vocês talvez já estejam acostumados a ouvi-lo, mas para nós, que não tivemos essa possibilidade ainda, muito obrigado por suas palavras. Com certeza, ficará registrado nos anais da Assembleia Legislativa, acima de tudo, um histórico, mas também aquilo que representa a Ordem em nível mundial e estadual.

Dando seqüência à nossa sessão, convido para fazer uso da palavra o secretário de Governo municipal, deputado federal Gean Loureiro, representando neste ato o prefeito municipal Dário Berger.

O SR. SECRETÁRIO GEAN LOUREIRO - Boa-noite a todos os participantes desta brilhante solenidade comemorativa dos 25 anos da Ordem DeMolay de Santa Catarina.

Agradeço ao deputado Gilmar Knaesel, que está presidindo a sessão. A deferência me foi dada não pela representação do cargo que ocupo, mas, provavelmente, pelo meu histórico dentro da Ordem DeMolay.

Quero saudar todos os componentes da mesa. Poderia chamar o dr. José Carlos Pacheco, provedor do Hospital de Caridade, ex-presidente do Tribunal de Contas, de tio Pacheco, como todos costumamos chamar no Capítulo Florianópolis e em todos os Capítulos em que participamos.

Quero parabenizar também o Rafael Mayer. Eu falava que agora a nomenclatura mudou um pouco, na nossa época era oficial executivo, agora é presidente. E o mais importante é que ele soube, com maestria, neste momento, traduzir o sentimento verdadeiro da Ordem DeMolay no respeito às instituições públicas, especialmente, deputado

Gilmar Knaesel, a todos os deputados que aqui participam, às pessoas que estão no poder e à luta democrática que a nossa instituição tem de buscar, talvez mais a liberdade de expressão, a liberdade religiosa e a busca e a valorização do ensino público como alicerce da grandeza do nosso país.

Eu quero trazer um abraço a todos os meus irmãos. Durante muito tempo eu questionava os jovens DeMolays por que me chamavam de tio e eu estava muito mais acostumado a ser chamado, por mais de uma década, desde os anos 80, de irmão, quando fui iniciado na Ordem DeMolay, e por isso ainda não tinha me acostumado a ser chamado de tio. Então, podem chamar-me de irmão também.

Quero saudar todos os Capítulos que aqui estão, se me permitem, em nome do Capítulo Florianópolis, n. 076, no qual no último domingo Rodrigo Tissot tomou posse. Quero saudar todos os demais Capítulos que prestigiam os mestres conselheiros, os presidentes de conselhos consultivos.

Eu tive a oportunidade de, com certeza, afirmar que a característica de liderança, de participação política se deve, em grande parte, à minha vida na Ordem DeMolay.

Foi ali que aprendi, verdadeiramente, valores e princípios que regem a minha vida pública e pessoal até os dias de hoje. Foi ali que meio forçosamente, porque ocupamos diversas funções, tivemos que aprender um pouco de cada função, com a necessidade de apresentar, pelo menos, umas 50 vezes, a Cerimônia das Flores, a Cerimônia das Luzes, para que efetivamente aprendêssemos a falar um pouco em público.

E para tranquilizar os irmãos, porque muitos falaram que na minha época como DeMolay eu falava pelo menos uns 30 minutos, quero dizer que hoje serei muito breve, para não os perturbar nesta belíssima sessão.

Tenho certeza de que a Maçonaria brasileira e mundial acertou muito em dar oportunidade aos jovens, seja na Ordem DeMolay, seja na Ordem Internacional das Filhas de Jó, seja na Associação Paramaçônica Juvenil, oportunidade de oxigenar e dar um caminho de liderança e um rumo de postura ética a esses jovens que convivem na vida maçônica ou que não convivem, mas que têm oportunidade de lá ingressar, oportunidade essa que mudou padrões e valores na própria instituição maçônica.

Eu posso afirmar, sem preocupação - e o dr. José Carlos Pacheco, quando foi grão-mestre do Grande Oriente de Santa Catarina, foi um dos idealizadores na integração entre as três potências maçônicas em Santa Catarina -, que, felizmente, o nosso estado serve de exemplo para todo Brasil e o mundo até hoje. Mas lembro que para nós, DeMolays, não fazia diferença se éramos filhos de um pai que era da Grande Loja, do Grande Oriente do Estado de Santa Catarina ou do Grande Oriente de Santa Catarina. Nós éramos todos DeMolays e somos todos DeMolays.

Isso começou a mostrar que as diferenças devem ser apenas no campo administrativo das instituições. E a Maçonaria, recentemente, dá exemplo disso ao começar a participar da vida pública da sociedade respeitando, obviamente, os seus rituais, as suas formas de identificação, sem, contudo, deixar de ter as suas manifestações dentro os assuntos de interesse do coletivo da nossa sociedade.

Eu acho que as Sete Virtudes Cardeais fizeram com que eu aprendesse e me destacar muito, mantendo sempre a retidão dos princípios que carrego comigo quando me ajoelhei em frente ao Livro Sagrado e aos nossos Livros Escolares e fiz o juramento de respeitar todos os nossos princípios, juramento que ratifico a cada sessão que participo, e participo até hoje.

Quero agradecer, de maneira especial, a oportunidade de ser homenageado. Penso que esta homenagem reflete não apenas a figura de Gean Loureiro, do deputado federal, mas reflete a homenagem a todos os DeMolays que se dedicaram, que se destacaram em diversas áreas. Hoje temos muitos promotores, magistrados, profissionais liberais das mais diversas áreas, jornalistas e alguns políticos que tiveram origem e aprenderam a manter a sua postura retilínea.

A nossa instituição, para nossa felicidade, continua trabalhando e crescendo cada vez mais em Santa Catarina. E lembro como era difícil, no início, porque muitos da instituição maçônica não compreendiam o verdadeiro desafio e a missão da Ordem DeMolay. Durante muito tempo realizamos as nossas reuniões no Conselho Comunitário da Praia, porque não nos era permitido estar num templo para lá realizar a reunião. Lembro do tio Pacheco e de muitos outros que lutaram dentro da instituição para permitir o nosso retorno aos templos maçônicos.

(Palmas)

Joinville começou com uma característica muito conservadora, com muita preocupação, e foi crescendo com o tempo; vieram o Capítulo Lages, Florianópolis e Vale do Itajaí. Quando fui mestre conselheiro estadual, em 1992, tive a oportunidade de iniciar e desbravar caminhos; em 1993 instalamos o Capítulo Caçador, que foi o primeiro a chegar até o oeste catarinense.

No sul do estado, com a estrutura que tínhamos, foram fundados e instalados os Capítulos Tubarão e Criciúma; veio em seguida o Capítulo São José, o Capítulo Ilha de Santa Catarina, o Capítulo Álvaro Selva Gentil. A partir daí os Capítulos começaram a se multiplicar e a Maçonaria no estado começou a entender a sua importância. E hoje, para nossa felicidade, muitos que iniciaram nos bancos na Ordem DeMolay estão ajudando a transformar cada vez mais a instituição maçônica.

Nesse sentido, quero agradecer de maneira especial à Assembleia Legislativa, aos deputados, pela deferência em aprovar o requerimento de autoria do deputado Gilmar Knaesel; a todos os nossos dirigentes estaduais por buscar essa oportunidade de reconhecimento público da Casa do Povo. Mais do que isso, quero agradecer à Ordem DeMolay pela oportunidade e pelos ensinamentos que deu à minha vida e por isso sou eternamente grato. Eterna gratidão a cada jovem de 12, 13 anos que trilha um caminho de liderança, de valores que cada pai e cada mãe buscam para seus filhos, sendo que ali é um local seguro, com bons relacionamentos, um local que prepara os jovens para transformar positivamente a nossa sociedade.

Em Santa Catarina não vem sendo diferente; está-se dando cada vez mais oportunidade de destaque, de crescimento à Ordem DeMolay. Quem de nós iria pensar que os jovens estariam preocupados em fazer uma campanha de paz mundial no trânsito? De não ingerir bebida alcoólica quando dirigir? Quem sabe seria bom pensarmos nas diversas

campanhas filantrópicas que os vários Capítulos realizam apoiando diversas iniciativas que precisam de apoio dos nossos jovens e têm que se começar com os jovens para trazer os pais e os demais a participar.

Por isso a minha eterna gratidão e a certeza de que para ser um jovem útil à sociedade não precisa ser um DeMolay, mas para ser um DeMolay precisa ser um jovem útil à sociedade.

Parabéns a todos! Sucesso à Ordem DeMolay!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Cumprimento o dr. José Carlos Pacheco, soberano e grande comendador do rito escocês antigo e aceito para o estado de Santa Catarina, e também ex-presidente do Tribunal de Contas do nosso estado;

Cumprimento o sr. Gean Marques Loureiro, secretário municipal do Governo, neste ato representando o prefeito de Florianópolis, Dário Berger;

Prezado coronel Fernando Rodrigues de Menezes, secretário-adjunto, neste ato representando o secretário de Segurança Pública de Santa Catarina, César Augusto Grubba;

Caros Rafael Mayer, presidente estadual da Ordem DeMolay, e Ricardo Soares Schwingel, mestre conselheiro estadual da Ordem.

Cumprimento o sr. Toni Luiz Haag, primeiro grande mestre estadual adjunto da Ordem DeMolay e o sr. Dario Labandera, segundo grande mestre do estado de Santa Catarina e ao fazê-lo estendo os cumprimentos a todos os senhores e as senhoras presentes nesta sessão especial.

No início da sessão falava o que havia me inspirado a apresentar o requerimento que ensejou a presente sessão. Eu fui instado por um servidor desta Casa e naquele momento perguntei-lhe se ele era maçom. Ele respondeu que não, mas que os seus dois filhos faziam parte da Ordem DeMolay.

Ele está conosco neste momento e quero pedir uma salva de palmas a Nivaldo César Senes Santos, que talvez seja o grande responsável por estarmos aqui na noite de hoje.

(Palmas)

Na minha vida pública de seis mandatos nesta Casa, da qual fui presidente, e no período em que ocupei a pasta estadual da Cultura, Esporte e Turismo, em vários momentos recebi o honroso convite para participar da Maçonaria. Mas em função de uma vida complicada, por não ter uma definição clara principalmente da cidade onde nasci, moro e trabalho e por uma série de fatores, eu não aceitei até hoje o honroso convite.

Mas sempre estive muito próximo, especialmente à época em que fui secretário e pude acompanhar vários eventos e vários movimentos da Maçonaria de Santa Catarina e das três potências, tanto do Grande Oriente do Brasil, do Grande Oriente de Santa Catarina e também da Grande Loja de Santa Catarina.

E aqui foi bem lembrado o trabalho que José Carlos Pacheco sempre fez para tentar diminuir algumas diferenças que existiam. Ele está sempre liderando os movimentos, juntamente com várias pessoas. Mas nunca tive a oportunidade de avançar mais nessa questão. Acho que tudo na vida é

sempre uma aula e vejo que a cada dia que passa mais alguma coisa soma-se ao nosso aprendizado.

Hoje vários discursos foram proferidos aqui, a começar pelo deputado Maurício Eskudlark, que representou todos os demais deputados; o Rafael Mayer, como presidente; os nossos homenageados, através de Ricardo Soares Schwingel; e especialmente Gean Loureiro, que nos deu uma lição de vida com sua história e seu aprendizado.

Acho que por isso tudo valeu para mim a noite de hoje. Quero cumprimentá-los e dizer que espero que esses ideais nunca fujam, pois aqui foram lembrados os problemas, principalmente da nossa juventude. A educação formal atual está com problemas, com deficiências, e todos temos que reconhecer isso. Está muito distante das necessidades e da realidade. Se olharmos os países desenvolvidos e os que se estão

desenvolvendo mais rápido do que o Brasil, veremos que grande parte disso se deve à educação. E no Brasil, infelizmente, ainda está havendo greve de profissionais para reivindicar um justo salário e para mudanças estruturais.

Mas isso se deve também à estrutura familiar, que vocês colocam muito bem nos seus ideais. Saibam que - e aqui está o nosso coronel que acompanha a questão de segurança pública -, talvez, os grandes desvios dos jovens, hoje, estejam dentro da célula familiar, na qual os pais não conseguem mais conversar com os filhos, pois não falam a mesma linguagem. E, sem dúvida, isso reflete nos filhos.

Outra questão também levantada é a do patriotismo. Onde está o nosso patriotismo? Só na hora do jogo do Brasil, na hora do futebol?

Parabéns à Ordem DeMolay por seguir esses ideais e esses ensinamentos e

por repassar isso à sociedade. E quiçá um dia possamos ter todos os nossos jovens dentro desse movimento para poderem ter essa aula de cidadania, de família, de igreja, de religião, enfim, de tudo isso que faz parte da boa educação, mas, acima de tudo, da cidadania.

Neste momento, convidamos todos para, de pé, ouvirem a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

A Presidência agradece a presença de todas as autoridades com assento à mesa e de todos que nos honraram com o seu comparecimento e antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 406, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **ROSANE MARIA KRÜGER**, matrícula nº 1961, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assistência Técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de dezembro de 2011 (DL/CC - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 407, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR a servidora **IVETE TEREZINHA ROMANI CARNEIRO TAVARES**, matrícula nº 1354, da função de Assessoria Técnica Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de dezembro de 2011 (Deputado Gelson Merisio).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 408, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR a servidora **IVONE DE FÁTIMA BONOMINI DE LUNA**, matrícula nº 1705, da função de Chefe de Seção - Secretária Acadêmica, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de dezembro de 2011 (CGP - Escola do Legislativo).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 409, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **IVONE DE FÁTIMA BONOMINI DE LUNA**, matrícula nº 1705, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assistência Técnica - Secretária Executiva de Relações Institucionais, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de dezembro de 2011 (CGP - Secretária Executiva de Relações Institucionais).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 410, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR o servidor **LUCIANO DE CARVALHO OLIVEIRA**, matrícula nº 1149, da função de Chefe da Seção - Centro de Documentação Jornalística, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de janeiro de 2012 (DCS - Diretoria de Comunicação Social).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 411, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **LUCIANO DE CARVALHO OLIVEIRA**, matrícula nº 1149, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefe de Seção - Secretária Acadêmica, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de janeiro de 2012 (CGP - Escola do Legislativo).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 412, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **ROSSANA MARIA BORGES ESPEZIN**, matrícula nº 5280, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefe da Seção - Centro de Documentação Jornalística, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de janeiro de 2012 (DCS - Diretoria de Comunicação Social).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 413, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do ofício nº TC/GAP-23.124/2011

RESOLVE: com fundamento no art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com o 2º Aditivo do Termo de Cooperação CL Nº 005/2008, celebrado entre a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e o Tribunal de Contas do Estado, visando a cooperação recíproca,

PRORROGAR até 31 de dezembro de 2013, os efeitos da Resolução nº 0055, de 07 de janeiro de 2003, que colocou à disposição do Tribunal de Contas do Estado, o servidor EDSON BIAZUSSI, matrícula nº 1908.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 414, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do ofício nº TC/GAP-23.124/2011

RESOLVE: com fundamento no art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com o 2º Aditivo ao Termo de Cooperação CL Nº 005/2008, celebrado entre a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e o Tribunal de Contas do Estado, visando a cooperação recíproca,

PRORROGAR até 31 de dezembro de 2013, os efeitos da Resolução nº 0054, de 07 de janeiro de 2003, que colocou à disposição do Tribunal de Contas do Estado, o servidor OTAVIO KOLLING, matrícula nº 0902.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 415, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

PRORROGAR pelo prazo de dois anos, o resultado final do Concurso Público da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, homologado pelo Ato da Mesa Nº 087, de 05 de fevereiro de 2010.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 416, de 08 de dezembro de 2011

Altera o Quadro de Detalhamento de Despesa do Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo nos incisos XVIII e XIX e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica anulado parcialmente na importância de R\$6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais), na atividade abaixo discriminada, os seguintes elementos de despesa:

01000		ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO	
01001		ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO	
Atividade	01.031.0920.0416.1144	R\$	4.000.000,00
Elemento	449052 - 662	R\$	2.500.000,00
Elemento	339039 - 300	R\$	6.500.000,00
Total			

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementado na atividade abaixo discriminada, os seguintes elementos de despesa:

01000		ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO	
01001		ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO	
Atividade	01.031.0920.0416.1144		
Elemento	339046 - 662	R\$	4.000.000,00
Elemento	339046 - 300	R\$	2.500.000,00
Total			6.500.000,00

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 417, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2133/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

ATRIBUIR a servidora **FABIOLA FERREIRA DE MACEDO**, matrícula nº 6325, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com efeitos a contar de 07 de novembro de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 418, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1937/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

ATRIBUIR ao servidor **JOÃO FULVIO FURTADO VIEIRA**, matrícula nº 2157, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com efeitos a contar de 18 de outubro de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 419, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1890/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005 c/c o § 19 do art. 40 da Constituição Federal.

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária ao servidor **HENRIQUE RAMOS FILHO**, matrícula n.º 0550, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-65, a contar de 03 de outubro de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 420, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1962/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005 c/c o § 19 do art. 40 da Constituição Federal.

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária a servidora **ANITA MARIA CARDOSO VIEIRA**, matrícula n.º 1889, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-45, a contar de 14 de outubro de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 421, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2303/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005, com proventos integrais, observando-se a paridade, conforme estabelece o artigo 7º da EC nº 41/3003 c/c parágrafo único do art. 3º da EC nº 47/2005.

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, a servidora **VANDA XAVIER DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 0709, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-48, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 422, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2103/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 77 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, com redação dada pelo art. 190, da Lei Complementar nº 381, de 2007

CONCEDER ao servidor **GUILHERME LIMA BARRETO**, matrícula nº 2136, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, código PL/ASI-56, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE INTERESSES PARTICULARES, por 06 (seis) anos, a partir de 01 de dezembro de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 423, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,

NOMEAR MARIA AMÁLIA FIABANE, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Operacional de Comunicação, código PL/AOC-1, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 424, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **RODRIGO HERMES LUZ**, matrícula nº 5112, do cargo de Coordenador de Transportes, código PL/DAS-6, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de dezembro de 2011 (DA - Coordenadoria de Transportes).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 425, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,

NOMEAR RODRIGO HERMES LUZ, matrícula nº 5112, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Planejamento e Avaliação de Pessoal, código PL/DAS-6, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 6 de dezembro de 2011 (DRH - Coordenadoria de Planejamento e Avaliação de Pessoal).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 426, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **CARLOS AUGUSTO DE CARVALHO BEZERRA**, matrícula nº 6717, do cargo de Coordenador de Planejamento e Avaliação de Pessoal, código PL/DAS-6, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de dezembro de 2011 (DRH - Coordenadoria de Planejamento e Avaliação de Pessoal).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 427, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,

NOMEAR CARLOS AUGUSTO DE CARVALHO BEZERRA, matrícula nº 6717, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Transportes, código PL/DAS-6, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 6 de dezembro de 2011 (DA - Coordenadoria de Transportes).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 428, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR a servidora **IVELISE SELL**, matrícula nº 1460, da função de Chefe da Secretaria de Comissão Permanente, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de dezembro de 2011 (DL - CC - Comissão de Educação, Cultura e Desporto).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 429, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **DENISE DA SILVA**, matrícula nº 2124, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefe da Secretaria de Comissão Permanente, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de dezembro de 2011 (DL - CC - Comissão de Educação, Cultura e Desporto).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 430, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **SILVIO NESTOR DE SOUZA**, matrícula nº 1411, da função de Chefe da Secretaria da Comissão de Finanças e Tributação, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 26 de dezembro de 2011 (DL - CC - Comissão de Finanças e Tributação).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 431, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **VILSON ELIAS VIEIRA**, matrícula nº 1111, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefe da Secretaria da Comissão de Finanças e Tributação, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 26 de dezembro de 2011 (DL - CC - Comissão de Finanças e Tributação).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 432, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Ofício nº 5270/2011/GABS/SEA.

RESOLVE: com fundamento no art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e nas condições previstas no Termo de Convênio nº 0047/2011-2 celebrado entre os Poderes Legislativo e Executivo, visando a cooperação técnico-profissional recíproca,

COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Secretaria de Estado da Administração, o servidor **MARCOS GRAFF CESAR** matrícula nº 1729, ocupante do cargo de Consultor Legislativo I, código PL/ASI-58, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 01 de dezembro de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 433, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Ofício nº 5269/2011/GABS/SEA.

RESOLVE: com fundamento no art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e nas condições previstas no Termo de Convênio nº 0047/2011-2 celebrado entre os Poderes Legislativo e Executivo, visando a cooperação técnico-profissional recíproca,

COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Secretaria de Estado da Administração, o servidor **JOSÉ PAULO REBELO** matrícula nº 1161, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-48, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 01 de dezembro de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 434, de 08 de dezembro de 2011

Homologa nominata dos homenageados com a Comenda do Legislativo Catarinense.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC e na Resolução nº 002, de 4 de setembro de 2008, que instituiu a Comenda do Legislativo Catarinense,

RESOLVE:

Art. 1º Fica homologada a nominata dos homenageados com a Comenda do Legislativo Catarinense relativa ao ano de 2011, constante do Anexo Único deste Ato, nos termos da Resolução nº 002, de 4 de setembro de 2008.

Parágrafo único. A homenagem referida no caput dar-se-á na Sessão Solene da Comenda do Poder Legislativo, a ser realizada no Plenário Deputado Osni Régis, no dia 12 de dezembro de 2011, às 19h.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Nº	DEPUTADO	HOMENAGEADO	PROFISSÃO / CARGO
1	<u>Aldo Schneider</u>	Rogério Mendonça - Peninha	Deputado Federal
2	<u>Altair Guidi</u>	Aristides Bolan (<i>in memoriam</i>)	Ex-Deputado Estadual
3	<u>Ana Paula Lima</u>	Associação Blumenauense pró-Ciclovias	Sociedade Civil incentiva uso de bicicletas
4	<u>Angela Albino</u>	Maria de Lourde da Costa Gonzaga	Pedagoga, envolvida em trabalhos voluntários
5	<u>Antônio Aguiar</u>	AHESC-FEHOESC (Associação/Federação dos Hospitais de SC)	Entidades representantes dos serviços de saúde privado de SC, com e sem fins lucrativos
6	<u>Carlos Chiodini</u>	Rodolfo Francisco Hufenüssler	Empresário - Empresa Duas Rodas (Jaraguá)
7	<u>Ciro Roza*</u>	NÃO IRÁ HOMENAGEAR	xx
8	<u>Dado Cherem</u>	Egídio Martorano Filho	Médico Cirurgião Plástico
9	<u>Darci de Matos</u>	Nereu Antonio Martinelli	Advogado e Contador - Dirigente do JEC futebol
10	<u>Dirce Heiderscheidt*</u>	Alete Alves (Irmã Neves)	Orientadora Educacional / Gerencia Geral da Associação João Paulo II
11	<u>Dirceu Dresch</u>	Rede Ecovida de Agroecologia	Entidade voltada para a agroecologia
12	<u>Dóia Guglielmi</u>	Léo Santiago	Empresário, área de reaproveitamento do carvão
13	<u>Edison Andrino*</u>	Marco Aurelio Raimundo (morongo)	Médico e Empresário (MORMAI)
14	<u>Elizeu Mattos</u>	Marco Aurelio Zaror Cordeiro	Enxadrista, projeto social na área do esporte
15	<u>Gelson Merisio</u>	Claudio Monteiro	Delegado da Polícia Civil
16	<u>Gilmar Knaesel</u>	Florisvaldo Diniz	Advogado
17	<u>Ismael dos Santos</u>	João Ceno Ohweiler	Pastor Evangélico
18	<u>Jailson Lima</u>	Claudio Vignatti	Ex-Deputado Federal
19	<u>Jean Kuhlmann</u>	Nirton dos Santos	Pasto Evangélico

20	Joares Ponticelli	João Carlos Di Domênico	Produtor Rural, incentivador do Cooperativismo
21	Jorge Teixeira	Milton Hobus	Empresário e atual Prefeito de Rio do Sul
22	José Milton Scheffer	Aroldo Duarte Schmitz	Médico, único cirurgião geral de Turvo/SC
23	José Nei Ascari	Lourenço Müller	Professor e Maestro
24	Kennedy Nunes	Jose Trindade dos Santos	Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça
25	Luciane Carminatti	Iraci Lopes Dalla Rosa	Pedagoga
26	Manoel Mota	Lucia Stefanovich	Delegada da Polícia Civil
27	Marcos Vieira	Hospital São José de Maravilha	Entidade Hospitalar
28	Maurício Eskudlark*	Padre Hélio da Cunha	Padre da paróquia de Campinas - São José
29	Mauro de Nadal*	Laine Maria de Nadal	Magistério, dedicada a causas sociais
30	Moacir Sopelsa	Jeronimo Antonio Fávoro	Engenheiro Agrônomo da EMBRAPA
31	Narcizo Parisotto	Milton Sander	Advogado
32	Neodi Saretta	José Chiuchetta	Advogado
33	Nilson Gonçalves	Renato Almeida Couto de Castro	Médico anestesiológista
34	Padre Pedro Baldissera	Pastoral da Saúde - representada por: Jaci Helena Perottoni Padre José Avelino Zanella	Coordenadora da Pastoral da Saúde Padre e psicólogo
35	Reno Caramori	Radio Caçanjurê	Rádio de Caçador
36	Romildo Titon	Gilberto Mesquita	Técnico Eletrônico
37	Sgto Amauri Soares	James Rides da Silva	Cabo Bombeiro Militar; formado em Pedagogia
38	Silvio Dreveck	Joel Ferreira do Nascimento	Jornalista Esportivo
39	Valmir Comin	Almir Fernandes de Souza	Agente de Polícia Civil / IML
40	Volnei Morastoni	Leoni Margarida Simm	Socióloga
41	Cesar Souza Jr**	Luiz Felipe Siegfert Schuch	Juiz de Direito
42	Professora Odete Jesus*	Edson Luis do Amaral	Apresentador, Ativista Social, locutor
43	Valdir Cobalchini**	Defesa Civil de SC	Órgão Público
44	Ada de Lucca**	Alexandre Karazawa Takaschima	Juiz de Direito
45	Serafim Venzon**	Claudio Siegfried Schefer	Teologia, Letras e Pastor Evangélico
46	Renato Hinning**	Manoel Inacio Pereira	Empresário (Rede Comper de Supermercados)

*Suplentes

** Licenciados para Secretaria Estadual

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 435, de 08 de dezembro de 2011

Altera os Atos da Mesa ns. 159 e 160, de 15 de agosto de 2007, e dá outras providências.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º O Anexo Único do Ato da Mesa nº 159, de 15 de agosto de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"ANEXO ÚNICO

COORDENADORIA DE EVENTOS

2-A. Seção de Registro de Autoridades

a) cadastramento de autoridades nos eventos internos e externos da Assembleia Legislativa, especialmente nas Audiências Públicas, Sessões Especiais, Sessões Solenes, Atos Parlamentares Solenes, Eventos da Escola do Legislativo, Fóruns, Simpósios e Reuniões; e

b) executar as atribuições referidas no item "a" com a observância, no que couber, do Decreto 70.274, de 9 de março de 1972, que "Aprova as normas do cerimonial público e a ordem geral de precedência"; e

c) confeccionar os cartões relativos às autoridades que confirmarem antecipadamente a presença nos eventos internos e externos da Assembleia Legislativa.

COORDENADORIA DE ATOS E REGISTROS

FUNCIONAIS

1. Seção de Processamento da Informação

a) processar os registros funcionais, mantendo e atualizando os dados dos servidores;

b) elaborar relatório abrangendo todas as situações funcionais;

c) providenciar a escala de férias dos servidores;

d) coordenar a microfilmagem dos documentos dos servidores;

e) coordenar a emissão de identificação funcional;

f) providenciar as atualizações de programas tecnológicos;

g) assessorar o Coordenador e o Gerente de Controle de Frequência; e

h) executar outras atividades correlatas. (NR)

Art. 2º Fica remanejada uma função de confiança de Chefia de Seção, PL/FC-3, da Coordenadoria de Apoio ao Plenário para

a Coordenadoria de Eventos, alterando-se os respectivos quantitativos constantes do Anexo Único do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007.

Art. 3º A função de confiança de Assessoria Técnica-Administrativa - Assessoria da Secretaria da Junta Médica, PL/FC-2, a que se refere o Anexo Único do Ato da Mesa nº 038, de 18 de março de 2008, fica transformada em função de confiança de Assessoria Técnica-Administrativa - Recebimento de Atestados, Processos e Licenças, PL/FC-2, a qual compete:

I - a responsabilidade, sigilo e guarda quanto aos prontuários médicos dos servidores da Assembleia Legislativa;

II - receber e encaminhar processos de aposentadoria, disciplinares, isenção de Imposto de Renda e acidente de trabalho;

III - elaborar a relação mensal de licenças médicas; e

IV - elaborar relatório anual de atividades.

Art. 4º A função de confiança de Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio das Relações Institucionais, código PL/FC-2, a que se refere o Anexo Único do Ato da Mesa nº 159, de 15 de agosto de 2007, fica vinculada à Secretaria Executiva de Relações Institucionais.

Art. 5º Ficam suprimidos do Anexo Único do Ato da Mesa nº 159, de 15 de agosto de 2007, a Gerência de Relações Institucionais (Coordenadoria de Eventos) e a Seção de Coordenação de Sessões Solenes e Especiais (Coordenadoria de Apoio ao Plenário).

Art. 6º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 436, de 08 de dezembro de 2011

Altera o art. 1º do Ato da Mesa nº 204, de 2 de março de 2006, que regulamenta o pagamento dos serviços extraordinários.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º do Ato da Mesa nº 204, de 2 de março de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º São considerados serviços extraordinários os prestados mediante convocação, na forma do inciso I do art. 2º."

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de dezembro de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 437, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1921/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011.

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **LAERCIO BRAZ GHISI**, matrícula nº 0422, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 16,67 (dezesseis vírgula sessenta e sete por cento) da diferença do valor do código de seu cargo efetivo e do código do cargo em comissão, PL/DAS-6, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior, substituindo idêntico percentual já agregado, e observando efeitos da Resolução nº 002/2004, com eficácia financeira a contar de 06 de dezembro de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 438, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2033/2011,

RESOLVE: com fundamento no § 7º do art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011.

ADICIONAR aos vencimentos do servidor **LAERCIO BRAZ GUIZI**, matrícula nº 0422, lotado na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **20% (vinte por cento)** da execução de atividade insalubre de grau médio, totalizando 100% (cem por cento) do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 439, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2153/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 85, inciso VII, da Lei nº 6.745, de 1985, c/c a Resolução nº 012, de 22 de dezembro de 2009 c/c o Ato da Mesa nº 315, de 19 de maio de 2010, deste Poder,

CONCEDER a **ZENAIDE MEYER**, matrícula nº 1588, lotado na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de

Técnico Legislativo, código PL/TEL-43, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** correspondente à execução de atividade insalubre de grau médio - 30% (trinta por cento) do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, com eficácia financeira a contar de 09 de novembro de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 440, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2067/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

ATRIBUIR a servidora **ROSEVALDA CORREIA**, matrícula nº 1580, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com efeitos a contar de 31 de outubro de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 441, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1984/2011,

RESOLVE: com fundamento no Art 1º, § 19 da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária ao servidor **VALTER CLEMENTINO PEREIRA**, matrícula n.º 1084, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-44, a contar de 19 de setembro de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 442, de 08 de dezembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2312/2011,

RESOLVE: de acordo com o Art. 1º, § 19 da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária a servidora **WALBIA SALETE BITTENCOURT CORREA**, matrícula n.º 1022, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-68, a contar de 01 de novembro de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA PARA DISCUTIR A SEGURANÇA PÚBLICA NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS, REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 18H, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA

Aos 27 dias do mês de setembro de 2011, às 18h, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), realizou-se no Plenarinho Paulo Stuart Wright audiência pública promovida pela Comissão de Legislação Participativa da Alesc para discutir a segurança pública na região metropolitana da Grande Florianópolis. A **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, antes de abrir

formalmente os trabalhos, propôs, visando à resolutividade da reunião, que a mesa fosse composta pela mais alta patente da Polícia Militar e da Polícia Civil ali presente e por um representante dos Consegs, do sindicato dos frentistas, do sindicato dos donos de postos de combustíveis e da CDL, sugerindo que as falas fossem intercaladas com as da plenária e que todos tivessem o mesmo tempo para se manifestar. Recebendo a sua proposta a aquiescência de todos, aguardou o cerimonial repassar o nome das autoridades presentes. Em seguida, nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, deu início à audiência pública, convocada por requerimento de sua autoria, convidando para compor a mesa dos trabalhos o senhor Deputado Estadual Maurício Eskudlark; o senhor Deputado Estadual Jorge Teixeira; o senhor Coronel Fred Harry Schaufert, representando o Coronel Nazareno Marcineiro, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina; o senhor Nivaldo Claudino, diretor de Polícia

da Grande Florianópolis; o senhor Hélio Leite, gestor de Negócios, representando a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Florianópolis; o senhor Carlos Thadeu Lima Pires, presidente da Associação Metropolitana de Conselhos Comunitários de Segurança da Grande Florianópolis (Amecon) e principal articulador para que a audiência se realizasse; o senhor Luiz Ângelo Sombrio, presidente do Sindicato de Revendedores Varejistas de Combustíveis de São José e Região (Sindicomb), representando o Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis Minerais de Florianópolis; e o senhor João Maria Agostinho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Postos e Serviços e Venda de Combustíveis e no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo da Grande Florianópolis (Sinfren). Ato contínuo, registrou a presença das seguintes pessoas: senhor Tenente-Coronel Sílvio Gomes Ribeiro, Comandante do 21º Batalhão da Polícia Militar; senhor Marcos Pinar, diretor da Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina (Famesc); senhor Antônio Carlos Martins, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Coletivo Urbano da Grande Florianópolis (Sintraturb); senhor Ivânio Alves da Luz, diretor da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (Ufeco); senhor Vereador Marcos Henrique da Silva, de Governador Celso Ramos; senhor Vereador Anderson Ajair Santos, Presidente da Câmara de Vereadores de Governador Celso Ramos; senhor Manoel João da Costa, vice-presidente da Associação de Praças do Estado de Santa Catarina (Aprasc); senhor Tenente-Coronel Luiz Ricardo Duarte, coordenador estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança e diretor de Segurança Cidadã da Secretaria de Estado da Segurança Pública; senhor André Luiz de Oliveira, representando o Sindicato do Comércio Varejista de Florianópolis e Região; senhor Pedro Jayme dos Santos, presidente do Conseg de Alfredo Wagner; senhor Clênio José Braganholo, presidente do Conseg da Planície do Campeche; senhor Major Gilberto Espíndola, Subcomandante da Cavalaria da Polícia Militar do Município de Florianópolis; senhor Tenente-Coronel Marcelo Cardoso, Comandante do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina; senhor Bernardus Hendricus Krajnbrink, vice-presidente do Conseg Sol Poente, de Santo Antônio de Lisboa; senhor Edson Amaral (Ed Soul), coordenador-geral da Central Única das Favelas (Cufa) em Santa Catarina; senhor Carlos Umberto Pereira, presidente do Conseg do Carianos; senhor Paulo Vitorino Silva, presidente da Associação dos Moradores e Amigos do Kobrasol (Amakobrasol); senhora Teresinha Zanella, presidente do Conseg de Campinas, Kobrasol e parte da Praia Comprida, do Município de São José; senhor Flávio Souza, presidente da Associação Comunitária Amigos do Continente; senhor Nicolau Manuel De Almeida Netto, secretário de Organização e Mobilização da União Geral dos Trabalhadores de Santa Catarina (UGT/SC); senhor Júlio Pereira Machado, Secretário Municipal da Segurança e Defesa do Cidadão de Florianópolis; e senhor Ivan da Silva Couto Junior, diretor-geral da Guarda Municipal de Florianópolis. Feito esse registro, traçou rápido panorama da situação da segurança pública em Florianópolis, através de apresentação em PowerPoint, iniciando por mostrar um mapa das ocorrências policiais por Município, onde se evidencia o destaque para Florianópolis, e citou alguns indicadores de criminalidade, quais sejam, aumento de 14,35% da taxa de criminalidade entre janeiro e agosto de 2011, numa média de 40 assaltos por dia; 939 roubos registrados em Florianópolis; e 429 presos fugiram do cárcere, sendo que 150 não foram encontrados. De forma muito sintética, também apresentou alguns dados que retratavam a situação da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado, dizendo que em 1999 o efetivo da Polícia Militar de Santa Catarina era de 13 mil servidores e que em 2011 esse número caiu para 11 mil; que Florianópolis, em 2010, contava com cerca de um PM para cada mil habitantes, quando o adequado, conforme a ONU, seria de um PM para cada 250 habitantes; que da baixa remuneração dos servidores e do reduzido efetivo acabam emergindo os números que foram até o momento citados; que cerca de 410 policiais militares estão lotados em órgãos públicos, número de servidores maior que o do 4º Batalhão, em Florianópolis, que é responsável pela vigilância das porções sul, leste e centro da Ilha; e que servidores responsáveis pelo patrulhamento intensivo não recebem gratificações e vantagens que os servidores lotados em órgãos públicos recebem. Em relação à Polícia Civil, registrou que 3.201 agentes compõem o quadro funcional estadual, mesmo número de vinte anos atrás, ao passo que a criminalidade aumentou cerca de 180% desde 1984; que o piso salarial é reduzido, de R\$ 781,00; e que as infraestruturas estão defasadas, incluindo comunicação de rádio e monitoramento por câmera, cujo debate esperava fosse travado na audiência. Sobre a região norte e oeste de Florianópolis, afirmou que há somente 112 servidores da Polícia Militar no norte da Ilha, com previsão de aumento de 12 homens no efetivo, sendo que Canasvieiras não possui efetivo de Batalhão (que seria de 200 servidores). A respeito do sul e do leste da Ilha, registrou

que essas regiões possuem apenas 60 homens para ações internas e de rua, trabalhando com 3 viaturas, sendo que 2 estão danificadas, ressaltando que o Rio Tavares fechou a sua base de operações por falta de efetivo, que a base do Ribeirão da Ilha foi reformada e continua fechada, que Carianos não possui base instalada, que a Armação conta com apenas um policial, sem viatura apropriada, e que no Morro das Pedras havia a cessão de um imóvel, mas que foi revertido para o patrimônio da família que fez a doação em função da falta de efetivo que pudesse ocupar o posto policial. Encerrou sua apresentação citando que as operações emergenciais são utilizadas para solucionar problemas, gerando desequilíbrios regionais; que as escolas públicas estaduais são fechadas e as comunidades são prejudicadas; que os concursos públicos existentes são insuficientes; e que os salários baixos prejudicam os servidores da área da segurança pública. Na sequência, sugeriu que as manifestações tivessem um tempo de três a cinco minutos, a fim de que todos pudessem se pronunciar, alternando entre mesa e plenário, e de imediato passou a palavra ao primeiro inscrito, o **senhor André Lodygensky, diretor de Assuntos Comunitários do Conseg de Jurerê, Forte, Daniela e Ratonos e diretor do Conselho Comunitário da Daniela**, que cumprimentou os presentes e agradeceu pela oportunidade de poder, finalmente, se expressar às autoridades. Disse que na noite anterior, em um evento realizado na Daniela, tinha tido a rara oportunidade de agradecer ao Comandante do 21º Batalhão e ao Delegado da 7ª DP pelo trabalho realizado nos últimos trinta dias, e explicou que a comunidade da Daniela havia optado por uma mudança de atitude, deixando de somente criticar os únicos órgãos que têm a capacidade de fazer algo e fazendo algo que pudesse auxiliá-los. A seguir, afirmou que já se manifestou várias vezes a respeito da necessidade de aumentar o efetivo, questionou onde estava o dinheiro do setor da segurança, esclarecendo que se as autoridades não sabiam se organizar, a comunidade poderia ajudá-los, e relatou que os moradores da Daniela decidiram agir e passaram a fazer monitoramento de tudo o que acontecia lá, de quem entra no bairro, com levantamento de carros e cães para saber quem mora no bairro, por meio do lançamento do programa Vizinho Solidário e da reabertura do posto policial, que foi conseguido através da pressão, principalmente da imprensa, como o Jornal do Meio-Dia, do Hélio Costa. Prosseguindo com sua manifestação, registrou que atitudes como as tomadas pela comunidade fizeram com que em poucos dias conseguissem fazer a devida limpeza no bairro, mas deixou claro que não se pode relaxar, porque quando isso ocorre acontecem os roubos, como o que houve no último sábado na comunidade. Reforçando a posição de que a solução da segurança não está somente nos órgãos públicos, mas principalmente nas mãos da comunidade, disse que era necessário mudar de atitude e ajudar o sistema da segurança pública a trabalhar com mais eficácia, deixando de apenas criticar, e concluiu repetindo seu questionamento sobre o dinheiro da área da segurança: qual o seu montante, onde ele está e para onde é direcionado. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta** disse estar honrada com a presença do ex-Deputado Gilson dos Santos, ex-Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, e convidou-o a integrar a mesa dos trabalhos, que agradeceu o convite e disse que preferia permanecer onde se encontrava. Na sequência, a senhora Presidenta registrou a presença das seguintes pessoas: senhor Tenente-Coronel Araújo Gomes, Comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina; senhor Eduardo Gomes de Azevedo Filho (Pezinho), diretor de Remo, representando o Clube Náutico Riachuelo, de Florianópolis; senhor Aldonézio Ilário da Silva, presidente do Conselho Comunitário da Vila Aparecida; e senhor João Manoel do Nascimento, vice-presidente do Conselho Comunitário do Balneário Daniela. Dito isso, passou a palavra ao **senhor Deputado Estadual Maurício Eskudlark**, que saudou os membros da mesa e os demais presentes e disse que a presença maciça de lideranças e da comunidade demonstrava que o problema era muito grave e que por mais que os policiais se empenhassem, as dificuldades eram grandes, concordando com a manifestação anterior de que não se pode desestimular o policial, pois este ainda tem vontade de evitar o crime. [Taquígrafa-revisora: Siomara G. Videira.] Em seguida, salientou que o número de fugas no sistema prisional é absurdo e que há falta de vagas tanto nos presídios quanto nos centros de internação de menores. Prosseguindo, mencionou que como acompanha quase que diariamente os acontecimentos na Segurança um comandante de uma guarnição lhe contou que ao prender um menor este lhe perguntou se não se lembrava dele, posto que já era a quarta vez que o prendia na semana. Posto isso, desabafou que a sociedade está vivendo quase um caos pela falta de legislação mais rigorosa, menos benevolente com o marginal, até porque quando a Justiça entende que dá para mantê-lo preso não há vaga. Ato contínuo, declarou que é preciso haver mobilização no sentido de levar esse reclamo ao Governador, pois está mais do que na hora de ser criada verba específica para a Segurança, assim como acontece com a Saúde

e a Educação, que têm quociente constitucional definido. Continuando, discorreu sobre a necessidade de mais monitoramento eletrônico, equipamentos e, sobretudo, concurso, haja vista que o efetivo de hoje é igual ao de 1986, 1990, quando a população e a criminalidade eram menores, momento em que avaliou que houve muito descaso ao longo dos governos em relação a contratações. Na sequência, deixou clara a necessidade de se valorizar o policial e de a Polícia Comunitária conhecer o cidadão, a exemplo do que está fazendo a Polícia Militar, que tem procurado manter a mesma guarnição na mesma região, com isso tendo condições de saber quem são os moradores, quem chega e quem sai. Reportando-se ainda à falta de vaga nos presídios, declarou que a alternativa encontrada foi tornar a lei mais benevolente, dando como exemplo a criação de uma lei que beneficia quem recebe pena de até quatro anos a respondê-la em liberdade. Terminou sua manifestação expondo que tem trinta anos de atividade policial e por isso mesmo pode dizer que a situação atual é muito grave. Em seguida, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, registrou a presença do senhor Ezimar Tadeu Pereira Rodrigues, presidente da Associação dos Moradores e Amigos da Praia do Matadeiro (Amapram), e do senhor Edson Guimarães, presidente do Conseg Jurerê, Forte, Daniela e Ratonês. Feito isso, passou a palavra ao **senhor Oziel Jorcelino Leal, morador do Rio Tavares e diretor do Conselho Comunitário da Fazenda Rio Tavares**, que inicialmente saudou a Presidenta e os demais presentes e passou à leitura de um conceito de segurança pública que diz o seguinte: *“A segurança pública não pode ser tratada apenas como medidas de vigilância e repressiva, mas como um sistema integrado e otimizado, envolvendo instrumentos de prevenção, coação, justiça, defesa dos direitos, saúde e social. O processo de segurança pública se inicia pela prevenção e finda na reparação do dano, no tratamento das causas e na reinclusão na sociedade do autor do ilícito. Assim, segurança pública é um processo, ou seja, uma sequência contínua de fato ou operações que apresentam certa unidade ou que se reproduzem com certa regularidade, que compartilha uma visão focada em componentes preventivos, repressivos, judiciais, saúde e sociais. É um processo sistêmico pela necessidade da integração de um conjunto de conhecimentos e ferramentas estatais que devem interagir a mesma visão, compromissos e objetivos. Deve ser também otimizado, pois depende de decisões rápidas, medidas saneadoras e resultados imediatos. Sendo a ordem pública um estado de serenidade, apaziguamento e tranquilidade pública, em consonância com as leis, os preceitos e os costumes que regulam a convivência em sociedade, a preservação desse direito do cidadão só será amplo se o conceito de segurança pública for aplicado”*. Concluída a leitura, falou que segurança pública é um princípio da Constituição de 1998, um direito que tem que ser resguardado em todos os lugares, nas ruas, no trânsito, aproveitando a oportunidade para perguntar quem não xingou um motoqueiro uma vez que seja. No que diz respeito à saúde, disse que queria ter a segurança de chegar a um posto de saúde e ter um médico para atendê-lo, assim como receber um remédio para curar sua enfermidade. Em seguida, como encaminhamento, sugeriu que fosse feito pelos agentes de saúde um levantamento na comunidade sobre as situações de risco a que está submetida. Passando à área da educação, informou que o sul da Ilha conta com apenas duas escolas de ensino médio, o que faz com que a juventude tenha que se deslocar para o centro da cidade para disputar vagas. Também falou sobre as creches, da enorme lista de espera enfrentada pelos pais. No que concerne aos programas de prevenção e conscientização, considerou que o Proerd faz um excelente trabalho e citou uma manifestação de estudantes que ocorreu na cidade no Dia Mundial Sem Carro, quando a polícia abordou cinquenta alunos dizendo que deveriam ir para a calçada. Fez referência, ainda, à parte social, perguntando onde tem área de lazer no sul da Ilha, opinando que os conselhos comunitários devem agir também nesse sentido. Em seguida, contou que é natural da Ilha e que nasceu numa época em que todos os vizinhos se conheciam, diferentemente do que acontece hoje, até porque o turismo traz também pessoas de má índole para a cidade. Ainda, fez outro encaminhamento, qual seja, que bandido de fora, ao ser preso na região, deve ser mandado de volta a seu lugar de origem. Encerrando, expôs que se a sociedade colocar a mão na consciência certamente verá que, de uma forma ou de outra, também contribui para o agravamento da situação, lembrando que para se ter um futuro mais tranquilo é preciso prevenir. Ato contínuo, fez uso da palavra o **senhor Deputado Estadual Jorge Teixeira**, que cumprimentou os presentes, especialmente a Deputada Angela, visto que, ao ouvir os anseios e os temores da comunidade, tomou a iniciativa de convocar a audiência pública, na realidade uma grande mesa redonda. Na sequência, constatou que o diagnóstico da realidade dos funcionários da Segurança Pública do Estado já está colocado, que agora é preciso tomar uma iniciativa, haja vista que todos estão reféns do medo. Posto isso, concordou com a manifestação do senhor Oziel,

momento em que esclareceu que 2% das crianças já nascem com alguma alteração comportamental e que, acima disso, é a sociedade que produz a marginalização. A seguir, registrou que na sua cidade, Rio do Sul, foi adotado o modelo de educação em tempo integral da primeira à nona série, onde os alunos aprendem a se socializar e a ter noções de saúde, por exemplo, diminuindo consideravelmente o número de gravidezes indesejadas e de pequenos delitos. Ato contínuo, pronunciou que acredita que a melhor solução para o Estado é partir para a educação em tempo integral, solução esta de médio a longo prazos. Por fim, quanto ao momento atual, não saberia dizer qual a solução para a guerra civil instalada, mas lembrou que o tratamento é com os órgãos de repressão (Polícia Civil e Polícia Militar) e com a sociedade se ajudando, procurando saber quem é seu vizinho. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, registrou a presença do senhor José da Costa e concedeu a palavra à **senhora Teresinha Zanella, Presidenta do Conseg de Campinas, Kobrasol e parte da Praia Comprida, do Município de São José**, que cumprimentou todos, especialmente os presidentes dos Consags e os voluntários. A seguir, contou que foi convidada a ir até a coordenadoria da Polícia Comunitária para dar explicações do porquê de um *outdoor* chamando a atenção do Governador pela falta de segurança, especialmente em São José, ao que deu como exemplo aos presentes à reunião que um empresário, em menos de noventa dias, teve seus estabelecimentos comerciais assaltados por mais de quinze vezes. Posto isso, disse que tem o hábito de dizer que se por acaso durante um mês conseguir fazer um cidadão realmente entender a realidade da situação da segurança no Estado já se dá por satisfeita. Dito isso, registrou que espera resultados da presente audiência pública, pois que há menos de dois anos esteve na Alesc falando do mesmo assunto com a Deputada Angela Albino e não viu resultado positivo, ao contrário, viu apenas aumentar a criminalidade. Finalizou dizendo que a Alesc, assim como a sociedade, é responsável pelas mudanças. Na sequência, a palavra foi concedida ao **senhor Nivaldo Claudino, diretor de Polícia da Grande Florianópolis**, que saudou os presentes e disse que não poderia deixar de tecer alguns comentários a respeito da situação da segurança pública na região metropolitana da Grande Florianópolis. [*Taquiígrafa-revisora: Dulcinéia Maria Goulart.*] Dito isso, registrou que a situação não é boa e que não é por falta de projetos, de iniciativa das duas corporações, que o Governador não sabe da situação, e que as Polícias Civil e Militar apresentaram projetos de melhorias e solicitação de concurso para novos policiais. A seguir, relatou que atualmente são 3.046 policiais, dos 3.120 que existiam, e que chega perto de trinta o número de exonerações por mês porque os policiais passaram para outros concursos públicos, sendo a opção o Poder Judiciário. Ato contínuo, registrou que há uma academia para ser iniciada a qualquer momento para a admissão de mais seiscentos policiais, quantia essa exigida dentro do edital para que eles sejam formados até 2014, constatando que pouco vai resolver, que é um contrassenso, porque até lá novecentos deles se aposentarão ou pedirão exoneração. Na sequência, contou que agilizaram esse assunto através de documentos para o Governador, que ele deverá autorizar pessoas já concursadas e que existe o remanescente ainda do concurso de 2008, que são 38 delegados para a Acadepol, observando que ocorreu um problema na prova dos escritvões, mas que já está sendo solucionado juridicamente. Em seguida, disse que conseguiram do Governador, a pedido do Secretário, que a academia começasse com quatrocentos novos policiais civis e que espera que até fevereiro esses policiais estejam em atividade, apesar de ainda faltar a nomeação pelo Governador, contando que o concurso já foi homologado e que tudo depende de Sua Excelência. Segundo o senhor Nivaldo, não é diferente com o que ocorre na Polícia Militar. Dito isso, relatou que tem participado de diversas atividades e reuniões e que sempre diz que o povo tem que se reunir e cobrar dos governantes uma solução de verdade para a Polícia Civil, e não soluções paliativas; que estão cansados de ouvir balelas. A seguir, afirmou que os policiais não podem brincar de fazer segurança, que a segurança pública não é só da polícia, mas de todos. Por fim, disse que podem contar com a Corporação e que acredita que com a da Polícia Militar também. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, registrou a presença do Deputado Estadual Jailson Lima e do senhor Jucélio Paladini, e na sequência passou a palavra ao **Vereador Anderson Ajair dos Santos, Presidente da Câmara de Municipal de Governador Celso Ramos**, que cumprimentou todos e relatou o problema da segurança pública naquele Município. Iniciou dizendo que algum tempo atrás dormiam com portas e janelas abertas, mas que agora frequentemente sofrem vandalismos seguidos de furtos. Posto isso, perguntou se o Ministério Público foi convidado, bem como o Poder Judiciário, pois acha importante a presença desses órgãos na audiência. A seguir, contou que no Município de Governador Celso Ramos ocorreu uma prisão há

cerca de um mês, que os assaltantes estão soltos e que a população suspeita que sejam os mesmos elementos que estejam cometendo os furtos atuais. Posto isso, relatou que os policiais de Governador Celso Ramos também estão desestimulados; entregou para a Presidenta da Comissão ofício relatando os problemas daquele Município nessa questão, bem como um jornal da cidade que relata todos os furtos citados; e pediu uma operação força-tarefa para Governador Celso Ramos porque acredita ser de grande importância para o Município. Ato contínuo, disse que o povo nativo daquele Município não está conseguindo admitir que na época da farra do boi a cidade fique cheia de policiais e que o Ministério Público fique abordando e trabalhando no cumprimento da lei federal, mas que atualmente, diante de tantos roubos e furtos, não se vê uma ação eficaz da polícia, e quando isso ocorre a Justiça libera os presos. Na sequência, reforçou seu pedido para que durante quinze dias, vinte dias, façam uma força-tarefa como fizeram no Morro do Alemão, no Rio de Janeiro, e relatou que um prédio na Praia de Palmas foi assaltado e que os elementos escreveram na geladeira o número do artigo 155 do Código Penal, que trata sobre furto, e outras coisas mais, debochando dos policiais. Ao final, pediu o apoio da Polícia Militar e da Polícia Civil na questão da força-tarefa solicitada. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, respondeu ao Vereador Anderson que o Ministério Público e o Poder Judiciário foram convidados para a audiência pública. Dando continuidade à audiência, passou a palavra ao **Coronel Fred Harry Schaufert, representando o Coronel Nazareno Marcineiro, Comandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina**, que cumprimentou todos e disse que falar de segurança pública é vibrante, mas de certa forma complexo. Em seguida, contou que ele e o Tenente-Coronel Araújo Gomes, nos idos de 1995, montaram os Conselhos de Líderes Comunitários (Clics), que hoje são os Conseg, em Joinville, e que naquela época só existia o Conselho Municipal de Segurança (Comseg), que se reunia mensalmente na sala do Colegiado da Prefeitura, do então Prefeito Luiz Henrique da Silveira. Também contou que naquela época era Capitão e já participava desse projeto que agora Florianópolis vem participando. Dito isso, relatou que é membro do Conseg 31, de Coqueiros, e que participa das reuniões como cidadão, afirmando ser esse o caminho e que os Constituintes foram felizes quando incluíram o artigo 144 da Constituição Federal, que diz que segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Ato contínuo, concordou com o Delegado Claudino quando este disse que todos são responsáveis. Sobre a violência, disse que esta está batendo nas portas das famílias, contando que há algumas semanas três rapazes tentaram invadir sua casa, mas que seu filho conseguiu afugentá-los com gás de pimenta, e dizendo que poderia ter perdido seu filho dentro da própria casa, mas que o mesmo logrou êxito. Posto isso, afirmou que o momento atual é sim a oportunidade de unir forças. Prosseguindo sua manifestação, declarou seu contentamento porque todos os presentes têm consciência de que a Polícia Civil e a Polícia Militar estão trabalhando. Em seguida, expôs que o Sistema de Defesa Social brasileiro é composto pela Polícia Militar, pela Polícia Civil, pelo Ministério Público, pelo Poder Judiciário e pelo sistema penitenciário, que em tese deveriam ressocializar e reatualizar a sociedade com esse cidadão já preparado para ser reinserido no contexto social, dizendo que na prática todos sabem que nada disso funciona e que quando isso não funciona só resta ir para a rua e exigir. Ato contínuo, narrou que atualmente comanda a 11ª Região da Polícia Militar, em São José, que compreende doze Municípios da Grande Florianópolis. Na sequência, observou que não podem dizer que estão enxugando gelo, mas que estão se desdobrando dentro do que podem; que é uma tropa antiga em idade, estressada e que vive no limite do serviço, pois os policiais praticamente não têm vida social porque vivem dia e noite no quartel; e que a carga é exaustiva. A seguir, revelou que chefiou a Diretoria de Saúde e Promoção Social; que o Tenente-Coronel Araújo Gomes é o idealizador do Projeto de Gerenciamento do Stresse Profissional (Progesp), sendo ele traumático e pós-traumático; e que para lá direcionaram um grupo de psicólogos porque a cada confronto, a cada morte, a cada pessoa baleada que o policial vivencia, além do risco de vida e das ameaças que sofre, tem repercussão negativa na sua vida pessoal. Dito isso, falou que ousa dizer que o Brasil, em termos de segurança pública, está no fundo do poço, afirmando que ou se recomeça ou se está fadado ao insucesso e reafirmou que a união de esforços é o caminho. Encerrando, argumentou que a Polícia Militar e a Polícia Civil estão se desdobrando para atender a todos; reconheceu que têm falhas e que muitas vezes, ao se discar para o 190, em decorrência da demanda, as viaturas demoram para chegar ao local da chamada; e acrescentou que a Polícia precisa da ajuda de todos para ombrear com a Corporação nessa missão tão árdua. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, registrou a presença do senhor Adronei Milani, representando o gabinete do Vereador Ricardo Vieira, de

Florianópolis, e justificou a ausência do Deputado Estadual Ciro Roza e do Presidente do Tribunal de Justiça. Em seguida, passou a palavra ao **senhor Marcos Pinar, diretor da Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina (Famesc)**, que cumprimentou os presentes e parabenizou todos os Deputados que estavam na audiência. Inicialmente, constatou que existe a vontade dos movimentos sociais em fazer esse debate e que percebe que quem participa dos Conseg, faz quatro anos, cinco anos, [Taquígrafa-revisora: Iwana Lúcia Lentz.] que está participando, gritando e não encontra eco, perguntando por que não se consegue eco. Dito isso, avaliou que talvez ele estivesse sonhando ou criando algumas utopias. Ato contínuo, disse que o Coronel Schaufert deu exemplo em Joinville e lembrou a fala do Deputado Estadual Maurício quando este mencionou por que não se copia outros modelos, como o da saúde, que já tem conselhos municipais, estaduais e nacionais. Na sequência, perguntou qual era o problema dos Conseg hoje, dizendo que eles fazem chororô para a polícia; que não têm poder de decisão, de mudar a política; que os policiais até comparecem nas reuniões, ouvem as pessoas, mas não podem mudar nada; e que a comunidade não tem com quem falar, acrescentando que ela só descarrega todo o seu anseio, toda a sua vontade de ter polícia. Posto isso, manifestou a necessidade de se falar com o Governador, com o Secretário da Segurança ou com alguém que seja responsável pela segurança. Observando que hoje todos os Conseg têm problemas, mas que eles se comunicam apenas com a polícia, contou que para mudar essa situação entraram em contato com o Município e estão tentando fazer uma conferência de emergência sobre segurança pública para que possam criar o Conselho Municipal de Segurança Pública. Em seguida, salientou que as pessoas podem perguntar que se a segurança cabe ao Estado, por que criá-la no Município, respondendo que as pessoas têm anseios de resolver os problemas de Florianópolis, de fazer um debate de maneira que se possa discutir com o Poder Público as coisas que estão acontecendo aqui, já que em outras regiões as coisas andam melhor do que na Capital. Ato contínuo, destacou que se pode estudar se o conselho será municipal ou regional através da realização de uma conferência municipal, cujo pedido já foi encaminhado à Câmara Municipal, sendo que vai participar da conferência a sociedade civil, a polícia e o governo, já que se não tiver esses três órgãos não se consegue fazer encaminhamentos. A seguir, afirmou que percebeu que hoje está aumentando um pouco a sua força porque já tem a sociedade civil, a polícia e a Assembleia Legislativa ao seu lado, e que somente está faltando o governo. Posto isso, informou que na conferência irá se discutir segurança com os programas sociais, de comunicação, com alguma coisa que traga outro horizonte para a segurança pública que não seja o da repressão; e que se tem que discutir com o todo e não só com uma parte, como estão fazendo hoje. Concluindo, desejou o fortalecimento do debate para que ele possa ser levado à Câmara Municipal, à Assembleia Legislativa, a fim de que consigam sair vitoriosos, e que, juntamente com a polícia, tenham a possibilidade de construir um programa com a sociedade civil. Continuando a audiência pública, fez uso da palavra o **Tenente-Coronel Araújo Gomes, Comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina**, que inicialmente saudou todos, em especial a Deputada Estadual Angela Albino pela gentileza de tê-lo convidado para fazer parte da mesa e, depois, por permitir que fizesse uso da palavra. Em seguida, disse que gostaria de fazer da sua manifestação um louvor à iniciativa desta oportunidade, mas principalmente pelo encaminhamento que está sendo dado a essa discussão. Dito isso, contou que teve a oportunidade de assumir o 4º Batalhão, nos últimos meses, e que é responsável pelo centro, pelo sul e pelo leste da Ilha de Santa Catarina, observando que ali havia vários comandantes e que nenhum desafio é maior ou menor do que militar. Prosseguindo, comentou que se tem debatido que a discussão de segurança pública não deve se confundir com a discussão de policiamento, avaliando que são duas discussões importantes, e disse que tratar de segurança pública sob o paradigma da vigilância do policial fardado não é que seja errado, que seja imoral, mas que era inútil, porque nenhuma sociedade se torna segura a partir da vigilância. Continuando, disse que a vigilância formal se constitui em um braço da cidadania, em um braço para lidar com o comportamento considerado antissocial, o qual é uma exceção, quando o tecido social íntegro e saudável permite uma dinâmica social construtiva, sustentável, de convivência. Em seguida, comentou que viu o depoimento do representante da Daniela com louvor, mas que não poderia deixar de registrar que o que se está fazendo artificialmente na comunidade é reconstruir aquilo que deveria ser a característica de qualquer comunidade medianamente saudável, já que se está apontando como soluções milagrosas, quase heroicas, conhecer o vizinho, saber quem mora no nosso bairro e de vez em quando conversar com as pessoas. Ante o exposto, disse que imaginar que isso seja algo que não esteja presente é começar a vislumbrar um

pouco da solução. Ato contínuo, opinou que é impossível falar de segurança pública sem levar em consideração a pandemia do *crack*, que é um problema de saúde e que sempre é reconhecido com abanos de cabeça, mas lembrou que a reunião termina com reclamações porque não tem um posto policial no bairro. A seguir, reiterou que é impossível falar de segurança pública se não se levar em consideração mecanismos de controle social informal, que estão completamente depauperados, desestruturados, e acrescentou que não é mais vergonha ter sido preso, ter a fama de usar drogas no bairro, mostrar arma numa festa social, fazendo com que aquilo que deveria ser o primeiro filtro do comportamento saudável não exista. Posto isso, considerou que jogar para o mecanismo formal de controle o peso de tudo isso que não está funcionando é inútil, avaliando que, quando se discute sob essa perspectiva, se perde tempo. Prosseguindo, disse que na primeira infância os mecanismos de controle de educação e formação de personalidade não estão sendo formados, porque não há famílias cuidadoras, não há escolas integrais e não há comunidades apoiadoras. Continuando, salientou que os mecanismos de controle social formal estão contaminados por princípios éticos e formais, e que ele não iria discutir se estão certos ou errados, mas declarou que pode testemunhar como cidadão, já que este é um direito seu, que o resultado não o agrada. A seguir, considerou que o controle formal das polícias tem sido enfraquecido dia a dia e que é paradoxal que as suas armas se tornem mais poderosas nos últimos vinte anos na medida em que a legislação retira dele toda a capacidade de ação. Dito isso, chamou atenção para as pessoas não se iludirem porque as armas não vão tornar as comunidades seguras, já que o policial não consegue abordar, identificar, prender, orientar, dar exemplo, pois a legislação tem se alterado de forma a fazer com que o policial de ponta esteja com as mãos atadas. Acrescentou que hoje o policial tem viaturas, rádios, armamentos melhores do que no passado, colete para protegê-lo da violência, da qual ele é uma das maiores vítimas, mas que ninguém enfrenta tantos olhares de acusação de vítimas como o policial, e avaliou que eles são mais apropriados para falar sobre vitimização porque são os primeiros, por exemplo, a encontrar a família em pânico depois de ela ter sido amarrada, ou a encontrar uma pessoa sentada na calçada, chorando, porque seu carro desapareceu, ou a encontrar o pai abraçado com o filho, em pânico, porque teve seu único bem roubado. Ato contínuo, manifestou como sua preocupação a necessidade de se mexer nas "vacas sagradas", porque debater isso sem discutir sistema, legislação e o básico é repetir esta audiência daqui a dois anos. Em seguida, lançou um desafio, salientando que muitos companheiros talvez o acompanhassem, para que sejam um pouco mais duros na legislação, um pouco mais abrangentes na inclusão e mais humanos na educação, e com isso todos teriam um Natal seguro. Posto isso, informou que é Comandante de um batalhão e que passa menos de um quinto do seu tempo atendendo ocorrência nas ruas, já que não é o seu trabalho, mas mesmo assim vai para rua até por gosto pessoal, e acrescentou seu depoimento pessoal de ter prendido três vezes o mesmo garoto armado após assaltos. Em seguida, convocou todos para que trilhem o mesmo caminho no que diz respeito à segurança pública e comentou que ouvirá até o final a audiência porque vê que o caminho trilhado na reunião é o de discutir as questões estruturais, o modelo, a convivência cidadã, onde os policiais sejam componentes importantes, mas não exatamente vigilantes. Concluindo, contou que o seu Comandante-Geral, que entende muito de segurança, principalmente de comunitária, diz-lhe que uma sociedade vigiada não é sinônimo de sociedade segura, e opinou que as pessoas têm que escolher o que querem. Prosseguindo a audiência, usou a palavra o **senhor Manoel João da Costa, vice-presidente da Associação de Praças do Estado de Santa Catarina (Aprasc)**, que inicialmente saudou a todos e manifestou sua satisfação por poder encontrar na audiência os presidentes dos Consegs, opinando que, depois de muitos anos, estão no caminho certo, porque a sociedade organizada, com as suas reivindicações, é que vai resolver o problema da segurança pública. Em seguida, leu uma faixa que estava afixada na mesa, na qual estava escrito "Pagamos impostos, exigimos segurança!", avaliando que isso é exatamente o que precisam. Como vice-presidente da Aprasc, declarou ver que este é um momento importante, porque eles vêm gritando desde 2001 que a segurança pública vai mal em Santa Catarina, assim como em todo o Brasil, acrescentando que em Santa Catarina isso já havia sido avisado, que foram para frente dos quartéis, para a imprensa e falaram para a toda sociedade que o problema da segurança pública a cada dia cresce mais. Dito isso, contou que é praça desde 1981 e que quando ocorria um furto, um assalto, eles ficavam o dia inteiro trabalhando até solucionar o problema. Prosseguiu informando que homicídio era um por mês, ou por ano, e que hoje em dia já chegou a ocorrer 835 homicídios em um ano, que no outro ano houve 834 homicídios, perguntando onde vão parar com tanta violência e manifestando a

importância de a sociedade cobrar segurança do Governador do Estado. Na sequência, comentou que ouviu as falas do Deputado Maurício e do Coronel Schaffter, que avaliaram que a segurança pública está fora de controle. Ato contínuo, opinou que a sociedade, através dos seus representantes, dos Consegs, tem que cobrar isso com urgência, sim, do Comandante-Geral da Polícia Militar, do Delegado-Geral da Polícia Civil, do Secretário da Segurança Pública e do governo do Estado, e, acima de tudo, dar prioridade para a segurança pública, já que hoje em dia não se dá prioridade para isso. No entanto, lembrou que quando ocorreu um problema da dengue em uma semana o Brasil inteiro se mobilizou, inclusive tendo verba à vontade para isso, para combater um "mosquitinho". Posto isso, informou que há um dado estatístico que mostra que no Brasil morrem quarenta mil pessoas por ano e que, para o tamanho do problema, não se faz absolutamente nada. A seguir, declarou que cobram salário, dignidade e respeito dentro das suas instituições, e que tem mais de quinhentos policiais e bombeiros que foram presos, sendo que 22, que eram de excepcional comportamento, foram excluídos da Corporação porque reivindicaram salário. Continuando, registrou que o governo do Estado encaminhou uma lei para votação na Assembleia, que depois foi sancionada pelo Governador, mas que não pagou, que os policiais seguiram durante cinco anos sem aumento de salário e depois não aguentaram mais e foram cobrar, sendo que o governo mandou excluí-los. Dito isso, destacou que esses 22 policiais poderiam estar trabalhando hoje inclusive no norte da Ilha, comentando que estão falando na audiência menos de 10% do que acontece lá. Referindo-se ao Coronel Ribeiro, informou que no norte da Ilha, por exemplo, nos Ingleses, existe o toque de recolher, há drogas e os mercados fecham às 20h. Reiterou que violência é um problema seriíssimo e que precisam dar prioridade para a segurança. A seguir, pediu que todos os representantes dos Consegs estejam juntos com a Aprasc no sentido de poderem trazer de volta os seus companheiros que foram excluídos, pois até hoje essa questão não foi resolvida. Finalizando, comentou que o próprio Governador se comprometeu com essa questão, mas disse que há resistência dentro da Instituição e que, segundo informação, seria por parte dos oficiais. Prosseguindo a audiência, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Jailson Lima, 1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**, que inicialmente cumprimentou todos e manifestou valer a pena ter vindo à audiência para ouvir a fala do Tenente-Coronel Araújo, lembrando que no início do ano passado fizeram o mesmo debate e ouviram o mesmo discurso do senhor Manoel João da Costa, da Aprasc. Em seguida, considerou que para administrar tem que se ter generosidade, que há 22 policiais parados por questões políticas ou reivindicatórias, o que faz parte do processo democrático, mas que a lei não foi cumprida porque entende que não há orçamento para cumpri-la, uma vez que foi uma lei apresentada e aprovada eleitoralmente na Casa. Dito isso, comentou que fez questão de esclarecer esse ponto para não enganar ninguém e avaliou que o contexto teria que ser refeito. [*Taquígrafa-revisora: Ana Rita M. de Souza.*] Na sequência, comentou que o que se está vendo no Estado do ponto de vista da segurança é altamente questionável e reconheceu que o governo da Presidenta Dilma, o qual representa, também está deixando a desejar nesse sentido. Ato contínuo, lembrou-se de uma plenária realizada no início de 2010, momento em que ficou sabendo que havia um carro policial para 102 policiais e para aproximadamente 140 mil pessoas. Posto isso, registrou que na região do Alto Vale em breve se aposentarão mais de vinte policiais, reduzindo consideravelmente o batalhão, e onde há veículos com mais de dez anos de uso. A seguir, avaliou ser fundamental discutir a segurança como essência da administração pública, em vez de se ficar discutindo as intrigas de governo para ver quem tem mais poder entre as Secretarias, complementando que os Consegs e a sociedade precisam ser ouvidos. Continuando, parabenizou todos pelo evento e comentou ter chegado atrasado à audiência porque estava vindo da região do Alto Vale, castigada pelas chuvas e ainda com problemas de recuperação, contando que se surpreendeu ao saber que mesmo durante as cheias tinha gente, em barcos, roubando lojas. Despediu-se dizendo esperar que o Governador, que no seu entender tem boa vontade em acertar, tenha sapiência para ouvir as vozes das ruas. Prosseguindo a audiência, a palavra foi passada ao **senhor Carlos Thadeu Lima Pires, presidente da Associação Metropolitana de Conselhos de Segurança da Grande Florianópolis (Amecon)**, que cumprimentou a mesa e as demais autoridades presentes e agradeceu a todos os comandantes pela participação. Comentando que há muito tempo participa de audiências públicas, confessou não acreditar mais na resolutividade das mesmas porque as respostas não são encontradas. Em seguida, disse sentir-se honrado por ter sido convidado e perguntou o motivo pelo qual a população, apesar de pagar muitos impostos, ainda precisa procurar o Estado para mendigar o que lhe é de direito. Dito isso, falou que sua intenção não é a de crucificar o policial militar ou o policial

civil, pois as instituições a que pertencem fazem o que podem para proteger os cidadãos, acrescentando que quem está falhando é o Estado. Ato contínuo, observou ser necessário haver leis mais rígidas, já que elas estão suaves e elásticas demais, e registrou sentir a ausência da Secretária da Justiça e Cidadania do Estado, pois gostaria de lhe perguntar o que pretende fazer com o Pliat e com o São Lucas, comentando saber que os adolescentes precisam ser ressocializados mas que não há lugar onde isso possa ser feito. Assinalando que o São Lucas foi fechado por não apresentar condições de uso e que não se pensou em um local provisório ou em outra forma de abrigar os menores, acrescentou que o Pliat também foi fechado. Posto isso, desabafou tratar-se de um problema, pois o policial atende a ocorrência e, nem bem chega à delegacia, enquanto a vítima preenche o Boletim de Ocorrência, o menor já está dando adeusinho, rindo, debochando e indo embora. Considerou que isso não ocorre por culpa da Polícia Militar ou da Polícia Civil, mas provavelmente por culpa do Governador, e que o apelo por providências estava sendo deixado aos Deputados por serem políticos e fazerem as leis. A seguir, comentou que a comunidade cobra os Consegs com relação aos policiais em desvio de função e reiterou haver 410 policiais militares em desvio de função trabalhando no Tribunal de Justiça, na Assembleia Legislativa, na Câmara Municipal e em outros organismos públicos. Na sequência, avaliou que o problema do baixo efetivo da Polícia Militar e da Polícia Civil não é apenas a falta de concursos, mas também a falta de gestão. Questionando a necessidade de tantos policiais na Assembleia e em outros organismos públicos, acrescentou que os policiais em desvio de função recebem salário em dobro, enquanto os policiais que se arriscam nas ruas ganham um salário apenas, e contou ter sido feito um estudo segundo o qual foi constatado que 19 policiais seriam suficientes para garantir a segurança da Casa, mas que a Assembleia possui 53 policiais em atividade e outros muitos aposentados, somando um contingente de 88 policiais. Tendo isso em vista, pediu aos Deputados que levem ao Presidente a intenção da comunidade e dos Consegs de que a lei seja alterada para limitar o efetivo dentro dos organismos públicos e aumentar o policiamento nas ruas. Ainda citou o problema da disparidade dos salários dos policiais e pediu que seja feita uma votação para que tais servidores recebam a remuneração que lhes é devida, advertindo para que não ocorra com eles o que aconteceu com a Educação, que recebeu o piso salarial mas teve todos os seus direitos anteriores cortados. Acrescentou duvidar que os Parlamentares tomem esse tipo de atitude com relação aos próprios salários, sendo aplaudido. Continuando, mencionou que a Guarda Municipal também enfrenta sérios problemas com relação ao seu efetivo, tendo iniciado com 150 guardas e possuindo atualmente somente 80 nas ruas, e perguntou se há alguma previsão de concurso público e para quando. Dirigindo-se ao senhor Marcos Pinar, disse que o Conselho de Segurança Municipal existe desde 2008, que a lei foi aprovada, que os Consegs de Florianópolis foram convidados a compor uma comissão para em 25 dias redigir o estatuto, o qual foi finalizado, e que a lei está em vigor, mas que o senhor Prefeito esqueceu-se de nomear a diretoria que vai compor o Conselho de Segurança Municipal. Questionando o motivo de se criar um segundo conselho, se não é para fazê-lo atuar, pediu que ele realmente venha a vigorar. Ato contínuo, registrou a necessidade de se criar um distrito policial no sul da Ilha, o que já vem sendo prometido desde 2002, e que foram informados de que seriam premiados, mas que o Governador preferiu contemplar Canasvieiras e o posto do sul da Ilha acabou ficando para abril. Por fim, com relação às câmeras de monitoramento, que demoraram três anos e meio para chegar e somente agora começaram a ser instaladas no posto da Armação, perguntou se haverá efetivo para monitorá-las, pois foram instaladas sete câmeras em Coqueiros e duas já foram roubadas, sendo que até hoje a polícia não sabe quem fez isso. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, agradeceu pela participação ao senhor Carlos Thadeu e disse ter sido ele o articulador da audiência pública. Prosseguindo com a audiência, passou a palavra ao **senhor Flávio Souza, presidente da Associação Comunitária Amigos do Continente**, que saudou a todos e perguntou se havia algum representante do Poder Público municipal, tendo um senhor se manifestado na condição de representante da Prefeitura de Florianópolis. Na sequência, contou ser morador de Capoeiras e que há cerca de um mês e meio o senhor Tonho, muito conhecido no bairro, foi assassinado exatamente no local onde havia um posto da Polícia Militar, acrescentando que a colocação efetiva de um posto da Polícia Militar traz sensação de segurança a todos. Posto isso, avaliou ser muito importante, além do aparelhamento e do aumento do efetivo da polícia, que haja aumento também dos salários dos policiais militares e civis, tornando-os atraentes para que o policial não precise, no seu descanso, fazer bico em postos de combustível, já que esse é o comércio mais afetado em Santa Catarina por conta da banditagem, contando o caso de um dono de posto recentemente

assassinado em seu local de trabalho. Parabenizando os policiais militares pelo exemplo que é o Proerd, afirmou que o Estado de Santa Catarina nada criou em matéria de projetos sociais de inclusão social de jovens e adolescentes, complementando haver apenas um projeto do Ministério do Esporte, o Programa Segundo Tempo, realizado por algumas Prefeituras, e concluindo que só dar armas e viaturas para a polícia não resolve o problema da segurança. Mencionando a pedreira do Abraão e o Parque Aventura, um espaço público criado pela administração anterior de Florianópolis, que deveria ter sido usado pela comunidade para projetos de inclusão social, shows, arte, cultura e esporte, contou que a pedreira faz divisa entre a área nobre de Coqueiros e a favela da Vila Aparecida, um dos maiores focos de violência da cidade, e que durante a gestão atual a área foi trancada com cadeado, tendo sido recentemente doada para que a Polícia Ambiental faça lá o seu batalhão. Ato contínuo, avaliou haver poucos espaços públicos que possam ser aproveitados para fazer essa junção da sociedade com as áreas carentes e que, ainda assim, tais espaços não são usados e são simplesmente doados, citando os exemplos do Parque da Luz, no centro de Florianópolis, e também do Parque Náutico Walter Lange, dois espaços públicos que poderiam ser usados não para uso de drogas e prostituição, mas como áreas de lazer e cultura. [Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato.] Na sequência, explanou que é preciso otimizar os espaços públicos para que a sociedade, através do esporte, da arte e da cultura, possa combater a violência. Ao final, citou novamente o Parque Náutico Walter Lange, comentando que o mesmo, de costas para o mar, não possui faixa de pedestre, mas que agora estão construindo um elevado e tudo isso vai acabar sendo usado para lugar de violência e consumo de droga. Prosseguindo a audiência, a palavra foi concedida ao **senhor Hélio Leite, gestor de Negócios, representando a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Florianópolis**, que cumprimentou todos os presentes e afirmou que todos estão preocupados com a segurança pública, e quando o problema é público é importante a participação de todos na solução dos problemas. A seguir, solicitou que as entidades representativas participem dos Consegs para os ajudarem em relação à segurança preventiva e considerou importante sair da audiência pública com a possibilidade de encaminhamento da criação de um pacto para que a segurança pública, a educação, a assistência social, o sistema judiciário e o sistema penitenciário integrem o comitê trabalhando segurança de forma preventiva, levando à juventude e às crianças, talvez também incluindo na grade curricular, valores morais. Finalizando, reafirmou a importância de a legislação mudar e enalteceu os valorosos profissionais das Polícias, porque fazem muito mais do que podem para atender a população. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, registrou a presença da senhora Adriana Carvalho, representando o gabinete do Deputado Estadual Sargento Amauri Soares, e passou a palavra ao **senhor Tony Eduardo de Lima e Silva, da Escola de Tiro.38**, que desejou boa-noite a todos e avaliou que o tema é sério, mas que os governantes têm se mostrado ineficientes. Ato contínuo, informou que é proprietário e membro de uma escola de tiros há vinte anos, a qual presta serviço voluntário tentando sanar a falha do Estado na preparação dos policiais. Em relação à questão da segurança, falou que não se resolve segurança do dia para noite, que há medidas paliativas e medidas mentirosas, pois os governantes têm se mostrado ou ineficientes, ou com interesses escusos, ou sem vontade de fazer com que a segurança funcione. Participando que deu aulas no mundo inteiro, analisou que a polícia comunitária só funciona em países onde a comunidade confia na polícia e que fazer esse tipo de trabalho no Brasil é uma falácia. Posto isso, disse que o cidadão que ligar para o número 190 sabe como vai ser atendido; se a pessoa estiver em uma emergência noturna e depender dos policiais, morre, porque no período noturno são apenas duas viaturas para atender toda a Ilha, acrescentando que não culpa os policiais, mas crítica o sistema mentiroso que todos vivem. Na sequência, ressaltou que as câmeras ajudam, mas não é a solução, pois Londres tem muitas câmeras e é a cidade mais violenta da Europa. Continuando, elucidou que o Brasil tem problemas sérios porque o cargo de chefe do alto comando da polícia é político e não podem dizer a verdade; que as medidas tomadas devem ser verdadeiras e que os especialistas devem ser procurados. A seguir, afirmou que a responsabilidade de segurança pública não é do cidadão, que pagam altos impostos para terem segurança pública descente. Lembrando que as pessoas de comunidades carentes sempre foram as mais atingidas, seja por droga, assalto ou outra coisa, registrou que hoje o problema atingiu a todos, e por isso segurança está sendo tão falada, cientificando que tem medo de que a realidade não mude, mas que a violência aumente. Finalizando, observou que o sistema penitenciário no Brasil não funciona porque rico não fica preso e que as novas leis do governo federal só servirão para soltar os presos, e colocou-se à disposição de todos. Prosseguindo a audiência, o **senhor**

Luiz Ângelo Sombrio, presidente do Sindicato de Revendedores Varejistas de Combustíveis de São José e Região (Sindicomb), representando o Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis Minerais de Florianópolis, cumprimentou todos e relatou que está apavorado e que vai pedir para entrar no programa do Tenente-Coronel. Ato contínuo, disse que apenas em 120 dias a empresa dele foi assaltada nove vezes, com quatro furtos de cofres, e que não mataram os funcionários porque pediram clemência. Na sequência, falou que todos na audiência reclamaram da lei e observou que as leis podem ser alteradas. A seguir, avaliou que a polícia tem que ser enérgica e respeitada e que o problema está no comando. Informando que 25% das empresas da Grande Florianópolis são assaltadas todos os meses e que existe uma quadrilha especializada em furtar cofres de postos de combustíveis, perguntou o que deveriam fazer, se devem contratar segurança privada ou devem se armar? Dito isso, esclareceu que é preciso colocar o dedo na ferida e denunciar as barbaridades que ocorrem em todos os setores do Estado, como a descentralização do Estado, que está gastando mais de R\$ 70 milhões com todos esses empregos, as aposentadorias por invalidez concedidas pela Assembleia Legislativa e tantas outras coisas que acontecem. Continuando, lamentou a ausência na audiência do Secretário da Segurança Pública, porque é quem manda e quem tem o poder para responder e discutir o assunto, pois a falta de segurança está em todo o Estado e em todas as atividades do comércio, nas residências, na rua, no dia a dia da sociedade. Registrando que, se falta presidio, libera-se os presos, perguntou onde está a lei, o Judiciário e o Supremo Tribunal, que tem, segundo reportagem, 211 funcionários para cada Juiz. [Taquígrafa-*Revisora: Jacqueline de O. V. Bitencourt.*] Em seguida, reafirmou ser necessário colocar o dedo na ferida, pois a sociedade não pode ficar calada diante do que vem acontecendo, e como cidadãos honestos, trabalhadores, que dão emprego e pagam seus impostos, reivindicam seus direitos. Também registrou que há dois anos o Sindicato foi exitoso na luta para coibir a sonegação fiscal do sistema de comercialização de combustível no Estado, já que atualmente a Secretaria da Fazenda tem apenas em torno de 150 mil entre inadimplências e sonegação de impostos no segmento, e afirmou que a bandeira atual é sobre segurança pública. Prosseguindo, disse que apesar de a Presidenta ter sinalizado que seu tempo tinha acabado, fazia questão de registrar que aquele era um desabafo dos 240 donos de postos da Grande Florianópolis, se estivessem ali, tendo em vista que o problema do trauma pós-assalto tem afetado muitos deles, funcionários e donos de postos, e falou que quando o telefone toca na madrugada, às vezes por causa de um alarme que disparou acidentalmente, tem a impressão que vai ter um infarto, atendendo já com a pergunta de quem morreu. Finalizou questionando o que fazer diante dos relatos dos funcionários dos postos que dizem sofrer constantes ameaças de assaltantes, que falam que irão matá-los. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino,** reiterou o seu pedido de desculpas por não prorrogar o tempo das falas e disse que, em função do tempo já decorrido de audiência e do grande número de inscrições, há necessidade de reduzir ainda mais o tempo de manifestação, bem como pediu àqueles que já se sentem contemplados que declinem de falar, sob pena de não conseguirem traçar os encaminhamentos da audiência. Feitas essas considerações, passou a palavra ao **senhor Edu Caldeira Antunes, do Conseg de Coqueiros,** que iniciou perguntando quanto valia a vida de cada uma das pessoas que ali se encontrava, pedindo que todos pensassem a respeito. Prosseguindo, através de leitura, disse que cada vez que acontecia uma tragédia resultante de uma ação criminosa levantava-se a necessidade de colocar um guarda em cada esquina, em cada escola, em cada casa; quando não, perdia-se um tempo enorme na tentativa de achar o culpado para depois justificar a atitude do criminoso, caso ele fosse apenas um cidadão comum, vítima de alguma coisa. Na sequência, observou que as pessoas ficam admiradas com atitudes de povos esclarecidos e civilizados diante de tragédias, que de maneira ordeira enfrentam as desgraças que os atingem, afirmando que para isso basta ter atitude e respeito às leis. Dito isso, ressaltou que todo grupamento social possui um ordenamento jurídico que regula suas relações, responsável pela boa convivência entre os membros de uma sociedade, e que o Brasil não é diferente, mas que, apesar das suas leis, dos seus costumes, das suas tradições e da sua história, não consegue conter o crescimento da violência, ponderando que o Brasil, no aspecto relativo à segurança, não cumpre suas responsabilidades plenamente. A seguir, pediu que todos imaginassem um triângulo equilátero, tendo no seu interior a lei e nos vértices os três elementos responsáveis pela segurança, que são Poder Público, forças policiais e povo, todos interligados e sujeitos à lei, ressaltando a necessidade de haver uma perfeita harmonia entre eles para se viver em segurança. Posto isso, mencionou que o Poder Público, composto pelo Executivo, Legislativo e Judiciário, deve se preocupar com a elaboração de leis e

normas e com a execução de planejamentos adequados que busquem o bem comum, aliados aos bons exemplos que devem ser emanados, abrindo um parêntese para dizer que nos últimos vinte anos foram criadas no Brasil 4,2 milhões de leis. Salientando que a sociedade tende a tratar a polícia como uma instituição independente, esclareceu que ela é o braço armado da lei e tem como missão prevenir o crime e a desordem, realizando seu trabalho através de procedimentos de inteligência, para os quais é preciso estar preparada, material e intelectualmente e com efetivo adequado, pois age em situações de risco através de ações preventivas e repressivas, além das atividades básicas, atuando ainda como polícia comunitária, que em sua opinião não é uma atividade fundamental. Em seguida, afirmou também que o povo, outrora pacífico, apresentava características que favoreciam o aumento da criminalidade, salientando que a formação das pessoas se dava numa sociedade violenta, com baixo índice de educação e civilidade, na qual as boas maneiras e a urbanidade estavam sendo esquecidas, havendo necessidade de melhorar as relações interpessoais, de valorizar a família, as crenças religiosas, e deixando de transferir as responsabilidades e obrigações para terceiros, e salientou que a pouca preocupação em fiscalizar as autoridades constituídas expressava, infelizmente, o desinteresse e a alienação da maioria da população. Continuando, falou que a insegurança gerada em virtude do aumento dos crimes violentos, dos furtos, das fugas em presídio, dos drogados, aliada ao pequeno policiamento ostensivo, estava proporcionando um clima de intranquilidade, e citou os principais fatores geradores da criminalidade, como a desestruturação familiar, a falta de políticas públicas voltadas aos jovens, a precariedade da educação, as desigualdades sociais, o desemprego provocado pela falta de mão de obra qualificada, o tráfico e uso de drogas, a impunidade, a ausência de valores espirituais e os maus exemplos dados por quem deveria ser o sustentáculo da lei, ressaltando que esses eram problemas de difícil resolução, mas que se cada um realizasse a sua parte a situação ficaria melhor. Encerrando a participação, mencionou sua indignação à afirmação do Ministro da Justiça, que quando esteve em Florianópolis disse que não seriam distribuídos recursos para a segurança em Florianópolis em função de ser pequeno o índice de criminalidade em Santa Catarina, a qual considerou um absurdo, e que procurou saber como eram distribuídos os recursos do governo federal, tomando conhecimento de que anualmente Santa Catarina entrega ao governo federal em torno de R\$ 12 bilhões e recebe R\$ 5 bilhões, e o Maranhão entrega perto de R\$ 2 bilhões e recebe R\$ 8 bilhões, pedindo que todos pensassem a respeito dessa informação. Dando seguimento à audiência, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino,** alertou que havia recebido mais uma inscrição e que era necessário estipular um limite, inclusive para a audiência, a fim de que a mesma fosse concluída antes do seu esvaziamento, e novamente apelou aos que já se sentiam contemplados por outras falas que declinassem da palavra, a fim de que ao final houvesse tempo para se fazer os encaminhamentos. Dito isso, passou a palavra ao **senhor João Maria Agostinho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Postos de Serviços e Venda de Combustíveis e no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo da Grande Florianópolis (Sinfren),** que cumprimentou os presentes, especialmente os trabalhadores frentistas, afirmando que a presença deles significava um gesto de apoio, já que sem o trabalhador não eram ninguém, e parabenizou a Deputada Angela Albino pela iniciativa. Na sequência, observou que depois de tudo o que havia sido dito tinha a impressão que nada mais restava a fazer a não ser rezar, tendo em vista o grau de dificuldade em que se encontravam frente à situação da segurança, e disse que nas suas visitas aos postos de combustíveis conversava com os trabalhadores, que são as grandes vítimas, juntamente com seus familiares, que lhes relatavam a dificuldade que era voltar ao seu local de trabalho depois de ter sido assaltado, constatando que ser assaltado em qualquer outro local já é uma situação difícil, mas no local onde se ganha o seu sustento e o da sua família ficava pior ainda. Dito isso, afirmou estar indignado com o governo, que só se preocupa em excluir em vez de incluir, e que se os projetos existentes para essa área fossem para criar Secretarias no interior do Estado, transformando-as em cabide de emprego, os projetos já teriam sido executados, porque davam voto, mas como era para incluir policial, que não dava voto, permaneciam parados. Em seguida, considerou que a Polícia Militar fazia o que podia, pois não tinha efetivo suficiente, e que a população se encontrava encurralada, classificando a situação como gravíssima, porque enquanto não existisse policial nas ruas fazendo policiamento preventivo e ostensivo a criminalidade não diminuiria. Concluiu agradecendo pela oportunidade e colocando o Sindicato à disposição do que fosse necessário. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino,** disse que uma das inscrições era do senhor Paulo Vitorino Silva, presidente da Associação dos Moradores e Amigos do

Kobrasol (Amakobrasol), que havia feito por escrito o seu questionamento: mencionou a presença de 410 policiais em órgãos públicos, número maior que o efetivo do 4º Batalhão, e solicitou aos Deputados presentes à audiência que fizessem um projeto de lei acabando com a lei que os favorecia a terem seus apadrinhados junto a si. Ato contínuo, a **senhora Presidenta** disse que a solicitação havia sido registrada, para que ao final fossem feitos os encaminhamentos. Feito o registro, a palavra foi concedida ao **senhor João Manoel do Nascimento, vice-presidente do Conselho Comunitário Pontal do Jurerê (Balneário Daniela)**, que cumprimentou os presentes e disse que era preciso coragem do Poder Executivo para reverter o quadro atual, não havendo dúvida quanto ao heroísmo dos policiais militares e civis, quanto à necessidade de a sociedade civil melhorar seus mecanismos de autoproteção, como o programa Vizinho Solidário, e até de investimentos em segurança privada, mas que era muito importante contextualizar que aquela audiência pública estava ocorrendo porque a criminalidade havia atingido níveis inéditos e de forma muito rápida. A seguir, afirmou que um aspecto importante a ser destacado era o fato de que os números oficiais não refletiam o tamanho do problema, porque nem todas as ocorrências eram registradas, e exemplificou dizendo que no seu bairro estava havendo um controle grande, mas percebeu-se que menos de 15% dos furtos eram registrados. Finalizando, propôs imediatamente o aumento significativo do número de policiais militares e civis, afirmando que esta era uma decisão que o Governador precisava tomar urgentemente, e investimentos em tecnologia. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta** agradeceu ao senhor Derli Muzzo, do Sinfren, pela gentileza de abrir mão da sua inscrição, e passou a palavra ao **senhor Carlos Umberto Pereira, presidente do Conseg do Carianos**, que desejou boa-noite a todos e disse que há dois dias tinha sido furtado, tendo comprado naquele dia uma cerca de concertina para proteção. Mas afirmou que esse não era o foco da sua participação, que queria mencionar uma conversa que teve recentemente com uma pessoa que havia sido assaltada, registrando que na conversa a pessoa dizia que o Estado não fazia nada, sendo questionado pelo fato de nunca ter aparecido numa reunião do Conseg, que tinha lido que não funcionava. Na sequência, contou que respondeu que não era palhaço e que frequentava o Conseg há cinco anos, sendo atualmente seu presidente, afirmando que era necessário entender que todos eram Estado, sendo preciso separar governo de Estado, Polícia Civil de Polícia Militar e a atuação de cada uma. [Taquígrafa-revisora: Siomara G. Videira.] Ato contínuo, disse a todos que estão na audiência para conversarem com outras pessoas interessadas na segurança para reconhecer em si o Estado, porque todos são o Estado e não se deve estar na audiência reclamando do caso pessoal e sim pensar que se hoje há uma emergência de segurança é porque a emergência deixou de se fazer quando deveria ter sido feita, e que não interessa quem não fez, pois todos somos o Estado. Em seguida, explicou que o cidadão possui um instrumento muito forte que é o voto e que se precisa separar os bons dos maus. Ao final, sugeriu como encaminhamento que os Deputados atuem no seu âmbito e influenciem em nível federal quem pode mudar as leis, e que elas sejam cumpridas. Prosseguindo a audiência, o **senhor Eduardo Gomes de Azevedo Filho (Pezinho), diretor de Remo, representando o Clube Náutico Riachuelo, de Florianópolis**, saudou a todos e comentou que sentia saudades da época em que se dormia com as janelas abertas. A seguir, comunicou que o clube do remo náutico desenvolve durante muito tempo um projeto social com crianças, sem ajuda de ninguém ou de algum órgão público; e que desde 1992 o processo vem se arrastando e atualmente conseguiu fazer uma parceria com a Eletrosul e 35 crianças estão sendo atendidas. Encerrando, sugeriu cobrar do Estado a implantação do horário integral nas escolas, porque, se num período as crianças e os jovens estudarem e no outro praticarem esportes, não ficarão ociosos e, por consequência, não terão tempo para se ocuparem com outras coisas como crimes, drogas ou roubo. Continuando a audiência, o **senhor Adronei Milani, representando o gabinete do Vereador Ricardo Vieira, de Florianópolis**, desejou boa-noite aos integrantes da mesa e a todos os demais presentes. Ato contínuo, comunicou que o Vereador Ricardo já solicitou uma audiência para implementar o Conselho Municipal de Segurança, mas que por falta de vontade política não foi implantado, acrescentando que espera que o Poder Público municipal assumira o que lhe é devido porque a população está cansada de ver situações perigosas na cidade. Na sequência, alegando a necessidade de encarar a luta contra a violência, sugeriu como encaminhamento a criação do Conselho Municipal de Segurança, que só depende do Prefeito para nomear os conselheiros e destinar os recursos. Por fim, relatou que, como representante e morador do Saco Grande, em Florianópolis, existe uma luta na SC-401, no pedágio, em conjunto com várias comunidades, a fim de chamar a atenção das autoridades para o

problema da segurança, porque a comunidade está cansada das violências ocorridas e já não aguenta mais a falta de segurança. Prosseguindo a audiência, o **senhor Pedro Jayme dos Santos, presidente do Conseg de Alfredo Wagner**, agradeceu à Deputada Angela Albino pelo convite e cumprimentou todos os presentes. Ato contínuo, relatou que iria dar um depoimento e que esperava que servisse como lição a todos, comentando que em 2007 a Polícia Militar de Palhoça esteve em Alfredo Wagner por conta de que naquela região, por quarenta dias, aconteceram cinco assaltos com cárcere privado, coisa inédita para a região. Em seguida, explicou que isso aconteceu porque a TV Globo do Rio esteve em Alfredo Wagner e fez uma reportagem colocando o Município como o melhor local para se viver, e depois dessa reportagem as coisas mudaram, e se a polícia não se fizesse presente hoje estariam em grandes apuros, porque apesar de a cidade ser pequena ela enfrenta os mesmos problemas das cidades grandes. Dito isso, comunicou que o Município desenvolveu o projeto Segurança Solidária, semelhante ao Vizinho Solidário, que tem como parceiro a Câmara de Vereadores, as Polícias Militar e Civil, as igrejas e o DCL, porém o Poder Executivo não participa. Na sequência, expôs que em 2010 foram realizadas várias reuniões, que conseguiram 104 líderes de rua, que o Conseg tem força de pessoa jurídica e que o Município não mede forças quando se trata de segurança, citando o artigo 144, que diz que a segurança é feita para todos. Concluiu parabenizando a Alesc, a Deputada Angela Albino, os Deputados presentes e os que ficam até o final da audiência pela reunião. [Taquígrafa-Revisora: Sabrina Roberta Schmitz.] Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, concordou que Alfredo Wagner é um local muito bom de morar e, ato contínuo, passou a palavra ao **senhor Celso Ramos Neto, do Conseg de Coqueiros**, que cumprimentou todos e todas. Na sequência, expôs que se perdeu qualidade de vida e que na sua rua, em Itaguaçu, já houve vários assaltos, relatando que hoje ou amanhã irão até a sua residência porque sabem que frequenta a reunião do Conseg. A seguir, disse que espera que o Poder Público faça alguma coisa e avaliou que a Polícia Militar vive sobre pressão porque o número de efetivos é pouco e as ocorrências são muitas. Ao final, avaliou que da audiência pública, com presença da comunidade, das autoridades, dos Conselhos e dos Deputados, poderá ser criado um documento retratando a realidade da falta de segurança e ser entregue ao Governador e ao Secretário de Segurança do Estado. Prosseguindo a audiência, o **senhor Tenente-Coronel Luiz Ricardo Duarte, coordenador Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança e diretor de Segurança Cidadã da Secretaria de Estado da Segurança Pública**, saudou todos e todas e expôs que essa é a oportunidade de amadurecimento para a democracia em Santa Catarina, momento que num passado não tão distante era impensável a comunidade ter um local para se manifestar, mesmo se opondo à opinião dos próprios membros da mesa e mesmo se opondo a cargos e à postura, sendo que isso faz parte do processo democrático. A seguir, comunicou que já trabalham com os Conselhos Comunitários há algum tempo e que acompanham a luta dessas pessoas pela melhoria da qualidade de vida, o que tem funcionado, esclarecendo que segurança pública, quando é encarada por todos como problema de todos, tem a tendência de funcionar e sempre melhorar, mas é preciso que a população e a sociedade civil se conscientizem de que segurança pública não pode ser terceirizada; não se pode terceirizar responsabilidades, o que se pode terceirizar são ações. Dito isso, falou que devem acordar para essa responsabilidade, assumindo parte dela e compartilhando isso com a sociedade e com os órgãos da Segurança Pública. Na sequência, observou que a maioria das manifestações foi para aumentar a estrutura do Estado, aumentar o número de efetivos das Polícias Civil e Militar, os postos, as delegacias, as viaturas, os armamentos, os presídios etc., avaliando que é necessário fazer tudo isso, mas que não basta apenas colocar na cadeia e se restringir a isso porque não se resolverá o problema, pois o necessário é desenvolver projetos de prevenção e arrumar mecanismos para detectar a raiz dos problemas e tratar isso, o que não é realizado. Encerrando, falou que o crime não é uma causa, é um efeito, e deve-se parar de olhar para isso como a causa de todos os problemas e olhar mais para a sociedade, para os valores, para a família, para a escola, para a religião, enfim, para tudo aquilo que acabou sendo esquecido ao longo das gerações, pois se não se retomar essa questão se perderá o controle. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, comunicou que se está fazendo esta audiência no âmbito da Comissão de Legislação Participativa porque se acha que daqui poderá sair várias iniciativas legais a serem propostas. Ato contínuo registrou os encaminhamentos, com a concordância de todos, quais sejam, enviar a ata da audiência pública aos integrantes da mesa a fim de que seja distribuída aos demais participantes; solicitar a reativação do Conselho Municipal de Segurança de Florianópolis; realizar audiência pública para discutir a

experiência de Rio do Sul, que propõe educação em período integral; desdobrar as várias sugestões apresentadas na audiência, através da Comissão de Legislação Participativa, em projetos de lei, moções, indicações, a serem encaminhadas também à Câmara Federal; solicitar audiência com o Governador do Estado, com representantes dos Conselhos, da CDL e dos postos de combustíveis; e enviar ofício ao Ministério Público, ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina e ao Secretário de Estado da Segurança Pública registrando insatisfação pela ausência na audiência. Na sequência, consultou o plenário se os encaminhamentos contemplam todos, obtendo a aquiescência geral. Finalizando, saudou às Polícias Civil e Militar por prestarem um grande serviço à sociedade; realçou o trabalho executado pelos servidores da Alesc, dizendo que é necessário separar o joio do trigo (referindo-se às matérias nos jornais); e agradeceu a todos pela presença. Não havendo mais nada a tratar, encerrou a audiência pública. [Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos.]

DEPUTADA ESTADUAL ANGELA ALBINO
PRESIDENTA DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

*** X X X ***

**ATAS DE COMISSÕES
PERMANENTES**

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA NA DATA DE 16 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 16 HORAS, NA SALA DE IMPRENSA.

Às dezesseis horas, do dia dezesseis do mês de novembro do ano de dois mil e onze, reuniram-se, sob a Presidência da *Deputada Luciane Carminatti*, os *Deputados: Dirce Heiderscheidt, Luiz Eduardo Cherem, Ismael dos Santos, Romildo Titon, Angela Albino e o Deputado Sílvio Dreveck*, justificou a Presidente agradeceu a presença dos Deputados e colocou em votação Ata da quarta Reunião Extraordinária, de vinte e um de setembro de dois mil e onze, que foi aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento a *Presidente*, relatou o **OF./0609.2/2011**, aprovado por unanimidade e relatou os projetos do *Deputado Kennedy Nunes*, **OF./0027.8/2011**, **OF./0050.7/2011**, **OF./0606.0/2011** e **OF./0585.0/2011**, todos aprovados por unanimidade; a *Deputada Angela Albino*, relatou o **PL./0030.7/2011**, aprovado por unanimidade; a *Deputada Dirce Heiderscheidt*, relatou os **OF./0326.5/2011**, **OF./0620.8/2011**, **OF./0358.2/2011** e **./0362.2/2011**, todos aprovados por unanimidade; o *Deputado Luiz Eduardo Cherem*, relatou o **OF./0565.7/2011**, aprovado por unanimidade; o *Deputado Ismael dos Santos*, relatou o **OF./0112.4/2011**, aprovado por unanimidade; o *Deputado Romildo Titon*, relatou os **OF./0595.2/2011** e **OF.0591.9/2011**, aprovados por unanimidade. Dando continuidade, a Presidente deu prosseguimento as deliberações: Moção de apelo, recebida da VIII Conferência Estadual de Assistência Social de SC; OF.Circ./005/2011, solicitando atenção aprovação Plano Plurianual Assistência Social; Requerimento recebido em (11/11/11), da Coordenadoria das Taquígrafas pedindo previsão agendamento Audiências Públicas; Requerimento *Deputado Sargento Amauri Soares*, solicitando Audiência Pública "sobre os Filhos de Hanseníase", para o dia 28/11/11.; todos aprovados. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião, da qual eu,.....Mª de Lourdes Nasário, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 16 de novembro de 2011.

Luciane Carminatti

Presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais

*** X X X ***

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA 1ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA

Às dezessete horas do dia dezoito de outubro do ano de dois mil e onze, reuniram-se na sala de reuniões das Comissões, sob Presidência do Senhor Deputado Valmir Comin, os Senhores Deputados: Padre Pedro Baldissera, Mauro de Nadal, Marcos Vieira, Ciro Rosa, em substituição, ao Deputado Jean Kuhlmann, a Deputada Angela Albino justificou sua ausência. Aberto os trabalhos o senhor Presidente

Deputado Valmir Comin leu as Atas da 4ª reunião ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Calendário das Audiências Públicas, elaborado com a participação das assessorias dos respectivos Deputados requerentes, sendo aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente leu também os requerimentos dos Senhores Deputados: Do Deputado José Nei Ascari e do Deputado Valmir Comin, para discutir a Implantação da Rodovia/Corvo Branco, e do Deputado Valmir Comin, para discussão do Andamento e Cronograma de Execução da Rodovia SC 439 (Treviso/Lauro Muller) e Alteração do Projeto em Função da Implantação da Usina Termoelétrica, colocado em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião da qual eu, Eraldo Kfour, Chefe de Comissão, em exercício, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e posteriormente será publicada no Diário desta Assembleia.

Deputado Valmir Comin

Presidente da Comissão

*** X X X ***

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA 1ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA

Às dezessete horas do dia seis de novembro do ano de dois mil e onze, reuniram-se na sala de reuniões das Comissões, sob Presidência do Senhor Deputado Manoel Mota, os Senhores Deputados: Padre Pedro Baldissera, Mauro de Nadal, Marcos Vieira, Jean Kuhlmann, e a Deputada Angela Albino. Aberto os trabalhos o senhor Presidente Deputado Manoel Mota, leu a Ata da 5ª reunião ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o PL/0500.5/2011, avocado pelo Deputado Manoel Mota, sendo aprovado com emenda modificativa, por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião da qual eu Eraldo Kfour, Chefe de Comissão, em exercício, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e posteriormente será publicada no Diário desta Assembleia.

Deputado Manoel Mota

Presidente da Comissão, em exercício

*** X X X ***

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA 1ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA

Às dezessete horas do dia treze de novembro do ano de dois mil e onze, reuniram-se na sala de reuniões das Comissões, sob Presidência do Senhor Deputado Valmir Comin, os Senhores Deputados: Padre Pedro Baldissera, Mauro de Nadal, Jean Kuhlmann e Manoel Mota. Aberto os trabalhos o senhor Presidente Deputado Valmir Comin, leu a Ata da 6ª reunião ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o PL./05007.1/2011, relatado pelo Deputado Jean Kuhlmann, sendo aprovado, por unanimidade. O PL./0317.8/2011, relatado pelo Deputado Jean Kuhlmann, colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O PL./0439.6/2011, relatado pela Deputada Angela Albino, colocado em discussão e votação, foi provado por unanimidade. Em seguida foi colocado em discussão e votação o PL./0260.8/20011, avocado pelo Deputado Valmir Comin, sendo aprovado por unanimidade. O OF./0211.6/2011, relatado pelo Deputado Mauro de Nadal, foi colocado em discussão e votação, aprovado por unanimidade. Ato contínuo foi colocado em discussão e votação o OF./0518.0/210, avocado pelo Deputado Valmir Comin, sendo aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião da qual eu Eraldo Kfour, Chefe de Comissão, em exercício, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e posteriormente será publicada no Diário desta Assembleia.

Deputado Valmir Comin

Presidente da Comissão

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 3168, de 08 de dezembro de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família o servidor abaixo relacionado:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
620	Sérgio Rogério Furtado Arruda	30	27/11/11	2490/11

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3169, de 08 de dezembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família o servidor abaixo relacionado:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1872	Rosana Pio Silveira	15	07/12/11	2497/11
851	Altamiro Osmar Koerich	21	02/12/11	2493/11

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3170, de 08 de dezembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
599	Maria Saete de Bem Urban	22	01/12/11	2491/2011
732	Maria Saete Voss Rosa	90	01/12/11	2492/2011
1842	Beatriz Campos Elias Acorsi	30	02/12/11	2494/2011
2537	Cíntia Mara Sche Viegas	27	04/12/11	2995/2011
1818	Denise Videira Silva	30	05/12/11	2496/2011

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3171, de 08 de dezembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

NOME SERVIDOR	MATR	PERCENTUAL		VIGÊNCIA	PROCESSO Nº
		Concedido	Total		
Carla Cristina Sché	2536	3%	21%	01/10/11	2095/2011
Carlos Magno Bargaen	5883	3%	3%	01/11/11	2107/2011
Assuero Isoton	5884	3%	3%	01/11/11	2108/2011
Josue Costa	5033	3%	3%	01/11/11	2140/2011
Paulo Roberto Maluche de Braga	6199	6%	6%	02/03/11	2141/2011

Paulo Roberto Maluche de Braga	6199	3%	9%	26/08/11	2141/2011
Jair Antonio Miotto	3094	3%	12%	07/11/11	2164/2011
Jose Filomeno Neto	1166	3%	33%	03/11/11	2165/2011
Fátima Aparecida Bernardi	5847	3%	3%	11/11/11	2184/2011
Vinicius Veiga Garcia Hamagushi	3415	3%	12%	12/11/11	2229/2011
Valmor Natal Cordeiro dos Santos	3309	12%	12%	11/11/11	2230/2011

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 559/11**

Declara de utilidade pública a Associação Vencedores do Amanhã, de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Vencedores do Amanhã - Ava, com sede no município de Florianópolis.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei nº 15.125, de 2010.

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 08/12/11

JUSTIFICATIVA

A Associação Vencedores do Amanhã, com sede no município de Florianópolis, que pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual, tem como missão prestar atendimento biopsicossocial a crianças e adolescentes de família de baixa renda, com a elaboração e execução de projetos de desenvolvimento educacional, desportivo, socioambiental e de saúde.

Para dar continuidade às ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos senhores Deputados a presente proposta.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 560/11

Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a criar o Memorial dos Mortos e Desaparecidos Políticos.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a determinar a criação do Memorial dos Mortos e Desaparecidos Políticos do Estado de Santa Catarina, em homenagem aos atingidos no período de 1964 a 1979, pelo Regime Militar.

Parágrafo único - o Memorial de que dispõe o "caput" deverá reunir informações bibliográficas, fotográficas e, se possível, pertences e objetos de uso pessoal dos mortos e desaparecidos políticos do Estado de Santa Catarina, no período de 1964 a 1979.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a abrir créditos necessários para cumprir o disposto nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputado Volnei Morastoni

Lido no Expediente

Sessão de 08/12/11

JUSTIFICATIVA**"A pior opressão é a supressão das lembranças"**

Desde a década de 70, catarinenses procuram informações sobre seus mortos e desaparecidos políticos. Famílias de Timbó, Florianópolis, Criciúma, Porto União, Balneário Camboriú e Joaçaba vivem a angústia e a esperança de um dia, saber o que aconteceu e poderem velar e enterrar com dignidade, seus mortos.

Esta é uma causa que interessa a toda a sociedade e não apenas aos familiares e expostos políticos. A ditadura militar que

perdurou em nosso país de 1964 até 1985, ofendeu e prejudicou todos os que lutam por um mundo justo e acreditam na democracia como a melhor forma de governar. Este é um assunto presente em todos os países que buscam consolidar suas democracias.

O governo precisa dar uma resposta a essas famílias, a todos os presos, banidos, torturados, exilados e sobreviventes da ditadura militar, reconhecer publicamente as arbitrariedades e os crimes cometidos, e pedir perdão aos que sofreram.

A luta pelo Estado de Direito torna-se cada vez mais necessária, pois ainda hoje vemos prisões e assassinatos praticados por agentes do estado. Precisamos formar a Memória Nacional e catarinense sobre a resistência à ditadura militar. A proposta de criação da Comissão da Verdade nos dá esperanças! O BRASIL merece entrar numa era de democracia e prosperidade.

É preciso contar a história do país e do estado!

A história dos vencidos, não apenas dos vencedores!

É preciso formar a memória nacional e catarinense!

O governo do Estado de São Paulo criou o Memorial e viabilizou o antigo prédio do DOPS, onde as escolas estaduais podem comparecer, ver fotos, assistir palestras e conhecer esta parte da história.

Desta forma, solicitamos aos Excelentíssimos Senhores Deputados e Senhoras Deputadas a aprovação desta proposição, "Para que jamais se esqueça! Pra que nunca mais aconteça!".

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 561/11

Institui o Dia Estadual em Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual de Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos, a ser celebrado anualmente no dia 04 de setembro no Estado de Santa Catarina.

I - foi no dia 04 de setembro de 1973 que marcou a prisão e o desaparecimento Paulo Stuart. Wright;

II - foi também no dia 04 de setembro de 1990 em que foi aberta a vala de Perus, no cemitério clandestino localizada no Cemitério Dom Bosco, no Bairro de Perus, em São Paulo, onde foram encontrados os restos mortais de Frederico Eduardo Mayr, catarinense, nascido em Timbó, assassinado em 1972.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Dirceu Dresch

Deputada Luciane Carminatti

Deputada Angela Albino

Deputado Sargento Amauri Soares

Lido no Expediente

Sessão de 08/12/11

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Instituir o Dia Estadual de Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos é reconhecer e lançar luz no período de sombras. É a oportunidade que esta Casa tem para colaborar com o debate da abertura de todas as informações sobre violações de Direitos Humanos ocorridas no último ciclo ditatorial, que sem dúvida alguma são imperativos urgentes de uma nação que pretende ser verdadeiramente democrática.

A escolha do dia 04 de setembro, marca a prisão e o desaparecimento de Paulo Stuart. Wright no ano de 1973 e ainda, no mesmo dia, porém do ano de 1990 a data em que foi aberta a vala de Perus, no cemitério clandestino localizada no Cemitério Dom Bosco, no Bairro de Perus, em São Paulo, onde foram encontrados os restos mortais de Frederico Eduardo Mayr, catarinense, nascido em Timbó, assassinado em 1972.

Um desaparecimento forçado consiste em um sequestro conduzido por agentes do Estado, ou por grupos organizados que agem com o apoio ou a tolerância do Estado, em que a vítima "desaparece".

Desaparecimentos forçados foram usados primeiramente como forma covarde e violenta de repressão política na América Latina durante os anos 1960.

Estima-se que mais de 90.000 pessoas tenham desaparecido nessa região. No Brasil, durante o período da ditadura militar, o número chega a mais de 400 pessoas, dentre as mortas e as desaparecidas.

Este Projeto de Lei tem como objetivo contribuir para que o Estado de Santa Catarina avance na consolidação do respeito aos Direitos Humanos, sem medo de conhecer a sua história recente. É um direito à memória e à verdade como ação indispensável para sabermos que tivemos um período de violência nos sentidos político, ético, filosófico e histórico, que não devemos esquecer e que não queremos de volta.

Considerando a relevância da matéria e a possibilidade de reflexão da sociedade catarinense sobre a divulgação das investigações sobre as mortes, a localização dos restos mortais das vítimas da ditadura e identificar os responsáveis pelos crimes de tortura, homicídio e ocultação dos cadáveres de dezenas de pessoas durante o período da ditadura militar no Brasil (1964/85), submetemos à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 562/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 393

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no montante de US\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de dólares), para atender ao Programa de Integração Viária do Planalto Norte do Estado de Santa Catarina (PROVIAS-SC)".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Comissão do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 07 de dezembro de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 08/12/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

GABINETE DO SECRETÁRIO

Florianópolis, 01 de novembro de 2011.

Ao

Sr. Governador do Estado

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Exposição de Motivos SEF Nº 372/2011

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado,

Com os meus cumprimentos, venho submeter à apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com a Corporação Andina de Fomento - CAF, no montante de US\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de dólares), para atender ao Programa de Integração Viária do Planalto Norte do Estado de Santa Catarina (PROVIAS-SC)", cuja edição justifica-se pelos motivos expostos a seguir.

A referida operação visa integração do Planalto Norte com o Vale do Itajaí por meio das vias catarinenses SC 477 e SC 114. O programa prevê: a) a pavimentação da SC 477, em Papanduva (no Planalto Norte) a Doutor Pedrinho (Vale do Itajaí), a qual irá integrar-se à rodovia SC 422 em Rio Negrinho, e b) a restauração da SC 114 até o entroncamento com a SC 477, em Itaiópolis.

Assim, constata-se que o Programa é de fundamental importância para o desenvolvimento econômico e social da Região, uma vez que viabilizará o escoamento da produção ao Porto de Itajaí, principal porto catarinense, com maior segurança e rapidez, o que refletirá significativamente na economia do Estado.

São essas, Senhor Governador, as breves razões que me levam a submeter a Vossa Excelência o projeto de lei, em anexo, à luz dos benefícios que seguramente a medida trará à Administração Pública Estadual.

Respeitosamente,

NELSON ANTONIO SERPA

Secretário de Estado da Fazenda

PROJETO DE LEI Nº 0562.8/11

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no montante de US\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de dólares), para atender ao Programa de Integração Viária do Planalto Norte do Estado de Santa Catarina (PROVIAS-SC).

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de empréstimo externo junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), sediada em Caracas - Venezuela, no valor de US\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de dólares), previsto no Anexo V do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF), no montante de R\$ 91.641.000,00 (noventa e um milhões, seiscentos e quarenta e um mil reais), na cotação de 31 de dezembro de 2010, com garantia da União, com a finalidade de atender ao Programa de Integração Viária do Planalto Norte do Estado de Santa Catarina (PROVIAS-SC).

Art. 2º Em cumprimento ao disposto no art. 115, § 2º, da Constituição do Estado, o Anexo Único desta Lei apresenta a projeção dos valores a serem considerados nos orçamentos anuais, durante o prazo para liquidação da operação de crédito, os quais estarão sujeitos às alterações das taxas de juros, às atualizações monetárias e a outros ajustes previstos contratualmente.

Parágrafo único. Além dos valores previstos no *caput*, o Orçamento do Estado consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do Programa.

Art. 3º Para a garantia do principal e acessórios, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer cotas das receitas próprias a que se refere o art. 155 da Constituição Federal e das transferências constitucionais previstas nos arts. 157 e 159, incisos I, alínea "a", e II, da mesma Carta, e os créditos previstos na Lei Complementar federal nº 87, de 13 de setembro de 1996, devendo o banco centralizador das receitas estaduais anuir à sistemática de débito automático das prestações à conta dos recursos vinculados em garantia.

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a inclusão da programação das dotações orçamentárias no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual, contendo o detalhamento das ações necessárias ao atendimento do PROVIAS.

Art. 5º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento de que trata esta Lei serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

ANEXO ÚNICO

Cronograma Financeiro da Operação de Crédito

(Art. 115, § 2º da Constituição do Estado)

Finalidade: Programa de Integração Viária do Planalto Norte do Estado de Santa Catarina (PROVIAS-SC).

Em US\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEBIMENTOS	JUROS	AMORTIZAÇÕES
2012	20.000.000,00	376.931,60	-
2013	20.000.000,00	1.130.794,80	-
2014	15.000.000,00	1.790.425,10	-
2015	-	2.029.933,72	4.583.333,33
2016	-	1.857.173,40	4.583.333,33
2017	-	1.684.413,09	4.583.333,33
2018	-	1.511.652,77	4.583.333,33
2019	-	1.338.892,45	4.583.333,33
2020	-	1.166.132,14	4.583.333,33
2021	-	993.371,82	4.583.333,33
2022	-	820.611,50	4.583.333,33
2023	-	647.851,19	4.583.333,33
2024	-	475.090,87	4.583.333,33
2025	-	302.330,55	4.583.333,33
2026	-	129.570,24	4.583.333,33
2027			
2028			
2029			
2030			
TOTAL	55.000.000,00	16.255.175,25	55.000.000,00

Observação: Os valores serão convertidos para Real pela cotação do dólar das datas dos efetivos ingressos ou dos desembolsos dos recursos.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 563/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 396

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto a elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Casa Civil em conjunto com o Ministério Público de Santa Catarina, o projeto de lei

que "Dispõe sobre o Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL) e estabelece outras providências".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 07 de dezembro de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 08/12/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Exposição de Motivos nº 012/2011

Florianópolis, 07 de dezembro de 2011

Excelentíssimos Senhores Deputados,

O presente Projeto de Lei, que dispõe sobre o Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), pretende imprimir uma nova dinâmica no modelo operacional da estrutura estatal, contemplando sistemas de atuação integrada e cooperativa dos diversos órgãos que a compõem, com vistas à melhoria dos respectivos níveis de eficiência, reduzindo custos, oferecendo respostas mais rápidas e eficazes as demandas decorrentes do regular prestação de serviços públicos e contribuindo para a ampliação de resultados úteis a sociedade.

É perceptível que os métodos tradicionais de operação da máquina pública, assentados na atuação estanque dos órgãos que a integram, já não são suficientes para impulsionar, com o grau de excelência desejado, o funcionamento dos serviços que ao Estado incumbe prestar. O implemento de um novo modelo operacional é medida, portanto, que se faz imperiosa, sob pena de conviver-se com o risco de os recursos públicos continuarem a se esvaír na manutenção de estruturas isoladas, muitas vezes inadequadas e inaptas ao efetivo resgate de seus compromissos funcionais, aprofundando o desconforto da sociedade gerado pelo descompasso entre o cenário que se vislumbra a partir do leque de atribuições legalmente confiadas aos órgãos públicos e aquele que é aferido concretamente a partir dos serviços e resultados por eles produzidos.

Em razão desse descompasso, tem sido comum o surgimento de estruturas paralelas, custeadas pelo erário, criadas no afã de melhorar, isoladamente, o desempenho de órgãos e instituições. O Ministério Público estadual, por exemplo, na sua determinação de dar maior rapidez e efetividade a algumas de suas ações estratégicas, como o combate ao crime organizado, a corrupção, a degradação ambiental e à violação dos direitos do consumidor, tem sido obrigado a replicar, dentro de sua estrutura, vários mecanismos de caráter multidisciplinar, cujas atribuições, a rigor, poderiam e deveriam estar sendo exercidas com eficiência e presteza por outros, órgãos integrantes da Administração Pública estadual.

O presente Projeto de Lei procura, senão eliminar, pelo menos reduzir sensivelmente essas discrepâncias, estabelecendo liames que permitam sustentar racionalmente a conectividade orgânica e a integração dos respectivos recursos, oriundos das várias áreas de conhecimento, com a conseqüente potencialização dos resultados.

Além disso, a par de corrigir uma anomalia jurídica que está na própria gênese do Fundo, posto que sua criação se deu através do Decreto governamental n. 1.047, de 10 de dezembro de 1987, transforma-o em instrumento hábil e eficaz à prevenção de lesividades difusas que afetam a sociedade, tal como preconiza a norma original que o previu (o art. 1º da Lei federal n. 7.347/85 - Lei da Ação Civil Pública), cujo escopo é a disciplina das ações destinadas à proteção do meio ambiente, do consumidor, das ordens urbanística e econômica, da economia popular, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, assim como de qualquer outro interesse coletivo ou difuso. Isto porque, consoante o Projeto de Lei em apreço, haverá a repartição dos recursos arrecadados entre os órgãos públicos integrantes de um sistema capacitado técnica e institucionalmente a gerar produtos e serviços públicos de garantir, com maior amplitude e eficiência, a proteção daqueles bens, interesses e valores.

Boa parte dos recursos arrecadados, conforme estabelecido no Projeto, será destinada ao aparelhamento e aperfeiçoamento dos serviços afetos ao Instituto Geral de Perícias (IGP), Fundação do Meio Ambiente - FATMA, Vigilância Sanitária Estadual de Santa Catarina, Polícia Militar Ambiental, Órgão Estadual de Defesa dos Consumidores e Procuradoria Geral do Estado, sem prejuízo de outras destinações por ele viabilizadas.

De destacar-se ainda que os recursos não sujeitos a repartição estabelecida no Projeto poderão ser canalizados, mediante convênio ou instrumento similar, para órgãos ou entidades que tenham entre suas finalidades institucionais a proteção de bens, direitos e

valores referidos no art. 10 da Lei n. 7.847/85, depois de aprovadas as respectivas propostas ou projetos pelo Conselho de Administração do Fundo. Apenas à guisa de informação, o Fundo a que alude o Projeto está previsto no art. 13 da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985, assim redigido:

“Art. 13. Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados a reconstituição dos bens lesados.”

Estas, em suma, as razões que me levam a propor a essa augusta Assembleia Legislativa a apreciação e aprovação do Projeto que segue em anexo.

Raimundo Colombo

Governador do Estado

Lio Marcos Marin

Procurador Geral de Justiça

PROJETO DE LEI Nº 0563.9/2011

Dispõe sobre o Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL) e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído, no Estado de Santa Catarina, o Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), previsto no art. 13 da Lei federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Parágrafo único. O FRBL fica vinculado ao Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e será gerido por um Conselho Gestor, constituído na forma estabelecida nesta Lei.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS DO FUNDO

Art. 2º O FRBL destina-se a ressarcir a coletividade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, à economia popular, a bens e direitos de valor artístico, histórico, estético, turístico e paisagístico, à ordem urbanística, à ordem econômica, ao patrimônio público ou a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.

CAPÍTULO III

DAS RECEITAS

Art. 3º Constituem receitas do Fundo:

I - as indenizações decorrentes de condenações e acordos judiciais por danos causados aos bens e direitos descritos no artigo anterior e as multas aplicadas em razão do descumprimento de ordens ou de cláusulas naqueles atos estabelecidas;

II - os valores decorrentes de medidas compensatórias estabelecidas em acordo extrajudicial ou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e de multas pelo descumprimento de cláusulas estabelecidas nesses instrumentos;

III - as doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras;

IV - os valores decorrentes de sanções administrativas aplicadas pelo órgão estadual de defesa do consumidor;

V - os rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais pertinentes;

VI - o valor dos honorários advocatícios fixados em ações civis públicas interpostas e vencidas pelo Ministério Público; e

VII - as transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas.

§ 1º Os recursos referidos no inciso I deste artigo serão destinados integralmente ao FRBL, nos termos do art. 13 da Lei federal nº 7.347, de 1985, assim como aqueles previstos nos incisos III, IV, V, VI e VII.

§ 2º Os recursos referidos no inciso II deste artigo poderão ser destinados, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor da medida compensatória, ao Município onde o dano tenha ocorrido, desde que este mantenha fundo específico, instituído por lei municipal, destinado à proteção do bem ou interesse lesado, em regular funcionamento.

CAPÍTULO IV

DA ARRECAÇÃO E REPARTIÇÃO DAS RECEITAS

Art. 4º As receitas do Fundo serão centralizadas em conta única denominada “Ministério Público de Santa Catarina - Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL)”.

§ 1º Fica autorizada a aplicação financeira das disponibilidades do Fundo em operações ativas, de modo a preservá-las contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.

§ 2º Os recursos deverão ser recolhidos ao Fundo por meio de guia própria, a ser emitida através do sítio eletrônico oficial do

MPSC, de forma a identificar a sua origem, ou por intermédio de cooperação técnica com outro órgão estatal.

§ 3º O saldo credor do Fundo, apurado em balanço no término de cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte.

§ 4º As informações pertinentes às receitas, às despesas, aos contratos e aos convênios do Fundo serão publicadas mensalmente no portal transparência do MPSC.

Art. 5º Os recursos arrecadados pelo FRBL, nos termos do art. 3º desta Lei, serão destinados:

I - 10% (dez por cento) para o Instituto Geral de Perícias;

II - 10% (dez por cento) para a Fundação do Meio Ambiente;

III - 10% (dez por cento) para a Polícia Militar Ambiental;

IV - 10% (dez por cento) para a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania;

V - 10% (dez por cento) para a Secretaria de Estado da Saúde;

VI - 5% (cinco por cento) para a Procuradoria-Geral do Estado;

VII - 30% (trinta por cento) para projetos submetidos à análise do Conselho Gestor do FRBL; e

VIII - 15% (quinze por cento) para o MPSC.

§ 1º Os projetos cuja origem e execução sejam de responsabilidade de órgãos e entidades públicas, estaduais ou municipais, terão preferência na aplicação dos recursos a que se refere o inciso VII deste artigo.

§ 2º Os recursos previstos nos incisos I, II e III deste artigo deverão ser aplicados exclusivamente em projetos de aparelhamento e modernização da atuação finalística de cada órgão, inclusive para atendimento em tempo hábil da demanda resultante da atuação funcional do MPSC.

§ 3º Os recursos previstos nos incisos IV e V deste artigo deverão ser aplicados, respectivamente, em ações relacionadas à defesa do consumidor e à vigilância sanitária e direcionados exclusivamente para projetos de aparelhamento e modernização da atuação finalística de cada órgão estadual com competência sobre as matérias, inclusive para atendimento em tempo hábil da demanda resultante da atuação funcional do MPSC.

§ 4º Os recursos previstos nos incisos I, II, III, IV, V e VI deste artigo serão repassados por transferência financeira.

§ 5º Os recursos repassados aos órgãos mencionados nos incisos I, II, III, IV, V e VI deste artigo que não forem utilizados serão, ao final do exercício, devolvidos ao FRBL.

CAPÍTULO V

DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 6º Os recursos arrecadados pelo FRBL serão aplicados:

I - em projetos relativos à reconstituição, reparação, preservação e prevenção dos bens, interesses e valores mencionados no art. 2º desta Lei;

II - na promoção de eventos educativos e científicos, bem como, a juízo do Conselho Gestor, na edição de material informativo de cunho pedagógico, cuja finalidade seja o fomento de cultura ou práticas protetivas dos bens, interesses e valores mencionados no art. 2º desta Lei;

III - no custeio de honorários decorrentes da realização de perícias solicitadas pelos órgãos de execução do Ministério Público, para fins de instrução de inquéritos civis, procedimentos preparatórios ou outros instrumentos para cuja instauração esteja legalmente legitimado, ou para efeito de prova na instrução de ações civis públicas e ações penais correlatas cujo objeto seja a tutela de bens, interesses ou valores referidos no art. 2º desta Lei, desde que não possam ser executadas por órgãos oficiais do Estado de Santa Catarina com atribuição legal para realizá-las;

IV - no custeio de honorários decorrentes da realização de perícias para efeito de prova em ações civis públicas em que o Estado de Santa Catarina figure como parte, assistente ou terceiro interessado e cujo objeto seja a tutela de bens, interesses ou valores referidos no art. 2º desta Lei, desde que não possam ser executadas por órgãos oficiais do Estado com atribuição legal para realizá-las; e

V - em investimentos necessários à modernização tecnológica, capacitação e aparelhamento finalístico dos órgãos referidos nos incisos I, II, III, IV e V do art. 5º desta Lei.

Parágrafo único. Poderão pleitear recursos do Fundo, para fins de execução de projetos voltados à tutela e preservação dos bens, interesses e valores mencionados no art. 2º desta Lei, os órgãos da Administração Direta ou Indireta do Estado e dos Municípios, assim como as organizações não governamentais sem fins lucrativos regularmente constituídas e em funcionamento há mais de 2 (dois) anos, cujas finalidades institucionais e atuação, comprovadamente, estiverem harmonizadas com as finalidades do Fundo.

CAPÍTULO VI

DO CONSELHO GESTOR

Art. 7º O Fundo será gerido por um Conselho Gestor, com sede na Capital do Estado, com a seguinte composição:

I - 1 (um) representante do MPSC de 2º (segundo) grau, que o presidirá;

II - o Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente do MPSC;

III - 1 (um) representante da Polícia Militar Ambiental do Estado de Santa Catarina;

IV - 1 (um) representante da Fundação do Meio Ambiente;

V - 1 (um) representante do Instituto Geral de Perícias;

VI - 1 (um) representante da Secretaria de Estado da Saúde;

VII - 1 (um) representante da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania;

VIII - 1 (um) representante da Procuradoria-Geral do Estado; e

IX - 3 (três) representantes de entidades civis que atendam aos pressupostos do inciso V da Lei federal nº 7.347, de 1985.

§ 1º O Conselho disporá de uma Secretaria Executiva diretamente subordinada ao seu Presidente.

§ 2º Os representantes do MPSC serão designados pelo Procurador-Geral de Justiça e os representantes dos demais órgãos estaduais pelos seus respectivos titulares.

§ 3º As entidades referidas no inciso IX deste artigo serão escolhidas pelo Presidente do Conselho dentre aquelas previamente cadastradas junto à Secretaria Executiva e se revezarão a cada 2 (dois) anos de exercício.

§ 4º Havendo mais de 3 (três) entidades cadastradas, a escolha será feita mediante sorteio público pelo Presidente do Conselho.

§ 5º No processo de renovação do Conselho serão excluídas as entidades sorteadas na composição anterior e caso não haja número suficiente, terão preferência para novo mandato os representantes das entidades que reunirem, comprovadamente, maior número de integrantes.

§ 6º Os representantes das entidades civis referidas no inciso IX deste artigo terão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução.

§ 7º É vedada a remuneração, a qualquer título, pela participação no Conselho Gestor, sendo esta considerada como serviço público relevante.

§ 8º Nas hipóteses de impedimento os membros do Conselho poderão se fazer representar por quem vier a ser expressa e formalmente designado pelo dirigente do órgão ou da entidade que esteja representando.

§ 9º O Conselho Gestor reunir-se-á na forma fixada em seu regimento interno.

§ 10. O Conselho Gestor integrará a estrutura organizacional do Fundo, cabendo ao MPSC prestar o apoio necessário ao seu regular funcionamento, inclusive espaço físico para as reuniões, recursos humanos e materiais.

Art. 8º Ao Conselho Gestor compete:

I - zelar pela boa e regular aplicação dos recursos do FRBL, velando para a consecução dos fins previstos no art. 2º desta Lei;

II - examinar e decidir acerca dos pedidos de recursos para execução de projetos, nos moldes previstos nesta Lei;

III - aprovar convênios e contratos firmados com o objetivo de elaborar, acompanhar e executar projetos compatíveis com as finalidades do Fundo;

IV - estimular, por intermédio dos órgãos da Administração Pública do Estado e dos Municípios e de entidades civis interessadas, a promoção de eventos educativos ou científicos cuja temática tenha pertinência com as finalidades do Fundo;

V - fazer editar, inclusive com a colaboração de órgãos oficiais ou de entidades civis, material informativo sobre matérias compreendidas no campo temático aludido no art. 2º desta Lei;

VI - acompanhar junto ao Poder Judiciário e ao Ministério Público as ações e os procedimentos a que se refere a Lei federal nº 7.347, de 1985, especialmente no que tange ao correto recolhimento dos valores destinados ao FRBL;

VII - firmar convênios e termos de cooperação com órgãos oficiais do Estado quando necessário, inclusive visando à realização de fiscalizações e perícias nas áreas de abrangência do FRBL;

VIII - prestar contas aos órgãos competentes, na forma legal;

IX - aprovar o projeto de orçamento anual e o plano plurianual do Fundo;

X - aprovar a liberação de recursos dos projetos submetidos para análise; e

XI - elaborar seu regimento interno no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei.

CAPÍTULO VII

DA CONTABILIDADE E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 9º O FRBL terá escrituração contábil própria, atendidas às legislações federal e estadual pertinentes e às normas emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado e pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 10. Os recursos destinados à execução de projetos deverão atender, para efeito de liberação, a critérios objetivos e a compromisso prévio e expresso de prestação de contas, consoantes as regras usuais de auditoria e contabilidade pública, os quais deverão ser previstos em regulamento próprio, a ser aprovado pelo Conselho Gestor.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 051/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 394

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA Legislativa DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos do Grupo Gestor de Governo, o projeto de lei que "Altera a Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei complementar nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 07 de dezembro de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 08/12/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

GRUPO GESTOR DE GOVERNO

Exposição de Motivos nº 315/2011

Florianópolis, 6 de dezembro de 2011.

Senhor Governador

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência minuta de Projeto de Lei Complementar que "Altera a Lei nº 6.218, de 1983, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina".

O presente de Lei Complementar modifica artigo 62, da Lei nº 6.218, de 1983, ao instituir a promoção dos militares estaduais de forma requerida, com transferência automática para reserva remunerada na data de sua promoção.

Nos termos da proposta, será promovido ao Posto de Coronel o Tenente-Coronel da ativa das Instituições Militares do Estado pertencente ao QOPM ou QOBM, que requerer promoção à Comissão de Promoção de Oficiais PM ou BM, desde que conte no mínimo 30 de anos de serviço se for do sexo masculino e vinte cinco anos de serviço se for do sexo feminino, prescindindo de vagas e não sendo exigidas outras condições e requisitos previstos na legislação em vigor com exceção de ter cumprido o interstício previsto para a referida promoção.

No que concerne a promoção de Tenente-Coronel, com imediata passagem para reserva, e conseqüentemente a perda da percepção dos valores referentes, sobretudo, ao Estímulo Operacional e ao Adicional Noturno, constata-se que não haverá acréscimo remuneratório, razão pela qual a presente proposta não apresenta impacto financeiro,

Respeitosamente,

NELSON ANTONIO CERPA

Secretário de Estado da Fazenda

DERLY MASSAUD DE ANUNCIÇÃO

Secretário de Estado da Comunicação

MILTON MARTINI

Secretário de Estado da Administração

JOÃO DOS PASSOS MARTINS NETO

Procurador Geral do Estado

LUCIANO VELOSO LIMA

Secretário de Estado da Casa Civil, e.e.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0051.7/2011

Altera a Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 62.

VI - requerida, com transferência automática para a reserva remunerada.

§ 8º Será promovido ao Posto de Coronel o Tenente-Coronel da ativa das Instituições Militares do Estado pertencente ao QOPM ou QOBM que requerer promoção à Comissão de Promoção de Oficiais PM ou BM, desde que conte com, no mínimo, 30 (trinta) anos de serviço se for do sexo masculino e 25 (vinte e cinco) anos de serviço se for do sexo feminino, prescindindo de vagas e não sendo exigidas outras condições e requisitos previstos na legislação em vigor, com exceção de ter cumprido o interstício previsto para a referida promoção.

§ 9º O Militar Estadual promovido com base no inciso VI deste artigo passará automaticamente para a reserva remunerada na data de sua promoção.

.....” (NR)

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias da Fonte 0111 - Taxas da Segurança Pública.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 052/11**ESTADO DE SANTA CATARINA****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 395**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos do Grupo Gestor de Governo, o projeto de lei complementar que “Altera a Lei Complementar nº 318, de 17 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a carreira e a promoção das praças militares do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências”.

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei complementar nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 07 de dezembro de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 08/12/11

ESTADO DE SANTA CATARINA**GRUPO GESTOR DE GOVERNO**

Exposicao de Motivos nº 314/2011

Florianópolis, 6 de dezembro de 2011.

Senhor Governador,

Submetemos a elevada consideração de Vossa Excelência minuta de Projeto de Lei Complementar que “Altera a Lei Complementar nº 318, de 17 de janeiro de 2006 e estabelece outras providências”.

O presente Projeto de Lei Complementar modifica as exigências de ingresso nos Cursos de Formação de Cabo e de Formação de Sargento ao estabelecer a exigência de curso de ensino médio para os cursos iniciados até 2016 e de curso de ensino superior a partir de 2017.

Além disso, a proposta visa alterar o acesso às vagas aos Cursos de Formação de Cabo e de Formação de Sargento, nos seguintes termos:

I - Para o Curso de Formação de Cabo:

a - 30% (trinta por cento) das vagas ofertadas preenchidas por antiguidade na graduação de Soldados com no mínimo dois anos na categoria de 1ª classe, no limite de 03 (três) Soldados para cada vaga oferecida, dentro deste percentual;

b - 70% (setenta por cento) das vagas ofertadas preenchidas por Soldados na categoria de 1ª classe, que inscritos e submetidos a processo seletivo de provas, classifiquem-se por mérito intelectual, dentro deste percentual, observada a ordem decrescente do conceito numérico final obtido.

II - Para o Curso de Formação de Sargentos:

a - 30% (trinta por cento) das vagas ofertadas preenchidas por antiguidade na graduação de Cabos com no mínimo dois anos nesta graduação, no limite de 03 (três) Cabos para cada vaga oferecida, dentro deste percentual; e,

b - 70% (setenta por cento) das vagas ofertadas preenchidas por Cabos com no mínimo 2 (dois anos) na graduação, que inscritos e submetidos a processo seletivo de provas, classifiquem-se por mérito intelectual, dentro deste percentual, observada a ordem decrescente do conceito numérico final obtido.

Conforme dados repassados pelo Comando da Polícia Militar, somente poderão requerer a promoção os Soldados de 1ª Classe que possuírem no mínimo 23 anos de serviço, sendo que a grande maioria já possui mais de 20 anos de efetivo serviço. Neste sentido, a Polícia Militar possui 1.026 vagas para serem preenchidas e o Corpo de Bombeiros Militar possui 190 vagas.

Assim, o presente Projeto de Lei Complementar provocará o seguinte impacto financeiro:

- impacto mensal estimado = R\$ 228.307,64;

- impacto do acréscimo para o exercício de 2012 = R\$ 2.467.062,89; - impacto do acréscimo para o exercício de 2013 = R\$ 2.628.459,52; e,

- impacto do acréscimo para o exercício de 2014 = R\$ 2.628.459,52.

Por fim, importante ressaltar que, conforme preconiza o artigo 16, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a proposta guarda compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Diante do exposto, submetemos à apreciação de Vossa Excelência a minuta de Projeto de Lei Complementar que “Altera a Lei Complementar nº 318, de 17 de janeiro de 2006 e estabelece outras providências”.

Respeitosamente,

NELSON ANTONIO SERPA

Secretário de Estado da Fazenda

DERLY MASSAUD DE ANUNCIACÃO

Secretário de Estado da Comunicação

MILTON MARTINI

Secretário de Estado da Administração

JOÃO DOS PASSOS MARTINS NETO

Procurador Geral do Estado

LUCIANO VELOSO LIMA

Secretário de Estado da Casa Civil, e.e.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0052.8/2011

Altera a Lei Complementar nº 318, de 17 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a carreira e a promoção das praças militares do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar nº 318, de 17 de janeiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O Militar estadual aprovado no Curso de Formação de Cabo ou de Sargento será promovido à respectiva graduação.

§ 1º Para ser matriculado no Curso de Formação de Cabo e de Sargento, além de atender a outros critérios estabelecidos na presente Lei Complementar, será exigida:

I - conclusão do ensino médio, para os cursos de formação iniciados até o ano de 2016; e

II - formação em curso universitário superior de graduação em qualquer área de conhecimento, desde que reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) ou por órgão com delegação, para os cursos de formação iniciados a partir de 2017.

§ 3º O acesso às vagas dos Cursos de Formação de Cabo e de Sargento se dará nos seguintes termos:

I - para o Curso de Formação de Cabo:

a) 30% (trinta por cento) das vagas ofertadas serão preenchidas por antiguidade na graduação de Soldados com no mínimo 02 (dois) anos na categoria de 1ª classe, no limite de 03 (três) Soldados para cada vaga oferecida, dentro deste percentual; e

b) 70% (setenta por cento) das vagas ofertadas serão preenchidas por Soldados na categoria de 1ª classe que, inscritos e submetidos a processo seletivo de provas, classifiquem-se por mérito

intelectual, dentro deste percentual, observada a ordem decrescente do conceito numérico final obtido; e

II - para o Curso de Formação de Sargento:

a) 30% (trinta por cento) das vagas ofertadas serão preenchidas por antiguidade na graduação de Cabos com no mínimo 02 (dois) anos nesta graduação, no limite de 03 (três) Cabos para cada vaga oferecida, dentro deste percentual; e

b) 70% (setenta por cento) das vagas ofertadas serão preenchidas por Cabos com no mínimo 02 (dois) anos na graduação que, inscritos e submetidos a processo seletivo de provas, classifiquem-se por mérito intelectual, dentro deste percentual, observada a ordem decrescente do conceito numérico final obtido.

§ 6º Na situação de que trata o § 5º deste artigo, são requisitos para a promoção ao próximo grau hierárquico:

I -

b) conclusão do ensino médio para as promoções efetivadas até final de 2016; e

c) conclusão de curso universitário superior de graduação em qualquer área de conhecimento, reconhecido pelo MEC ou por órgão oficial com delegação, para as promoções efetivadas a partir de 2017; e

Art. 7º

IV - graduação de Cabo e 3º Sargento, mediante conclusão com aproveitamento do respectivo curso de formação; e

Art. 22. O militar estadual, durante o Curso de Formação de Cabo (CFC), será denominado Aluno-Cabo (Al Cb) e, durante o Curso de Formação de Sargento (CFS), Aluno-Sargento (Al Sgt).

Art. 25. As praças militares estaduais da ativa poderão prestar concurso público para ingresso no Curso de Formação de Oficiais das corporações militares estaduais independentemente de idade, devendo permanecer na condição de oficial pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos.

....." (NR)

Art. 2º Especificamente para a promoção do dia 31 de janeiro de 2012, as vagas de Cabo das corporações militares estaduais ativas e não preenchidas serão destinadas exclusivamente aos Soldados na categoria de 1ª classe que, por ordem de antiguidade, poderão requerer à Comissão de Promoção de Praças respectiva a promoção à graduação de Cabo, com matrícula automática no Curso de Formação de Cabo, desde que preenchidos os demais requisitos previstos na legislação.

Art. 3º O interstício previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso II do § 3º do art. 3º da Lei Complementar nº 318, de 2006, com a redação proporcionada por esta Lei Complementar, será exigido a partir do ano de 2015.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias da Fonte 0111 - Taxas da Segurança Pública.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N. 001/11

Autoriza os representantes do Estado no Conselho Administrativo da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC, a votarem na proposta de alteração do Estatuto Social, contida no Ofício nº 0635.4/2011, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Ficam os representantes do Estado de Santa Catarina membros do Conselho Administrativo da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC, autorizados a votar a alteração do Estatuto Social, conforme proposta constante no Ofício nº 0635.4/2011, desta Assembleia Legislativa.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 103/2011

Institui o Dia Estadual do Assistente de Educação.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Assistente de Educação, a ser comemorado, anualmente, no dia 10 de março.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 127/2011

Declara de utilidade pública a Associação Espaço Cultural Aberto - ESCUA, de Bom Retiro.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Espaço Cultural Aberto - ESCUA, com sede no Município de Bom Retiro.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 133/2010

Institui a Semana Estadual de Estudo e Conscientização sobre o Autismo no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituída no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina a Semana Estadual de Estudo e Conscientização sobre o Autismo no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A Semana Estadual de Estudo e Conscientização sobre o Autismo no Estado de Santa Catarina será comemorada, anualmente, na primeira semana do mês de abril.

Art. 2º A presente Lei tem por finalidade:

I - conscientizar a sociedade acerca das necessidades dos portadores de autismo;

II - incentivar a inclusão social dos portadores de autismo;

III - realizar ações educativas visando incluir os autistas nos sistemas de atendimento ao cidadão, tais como a educação, a saúde, a assistência social, o transporte, o acesso a medicamentos e outros;

IV - promover o encontro de especialistas na área para debater o assunto;

V - elaborar e distribuir cartilhas didáticas para ficarem à disposição do público em órgãos públicos, apontando os sintomas relacionados ao autismo e os mitos que envolvem a doença, objetivando esclarecer o cidadão a respeito.

Art. 3º Na Semana Estadual de Estudo e Conscientização sobre o Autismo serão observadas as seguintes diretrizes:

I - facilitar o acesso à informação e à orientação;

II - realizar debates sobre o autismo com o fim de erradicar o preconceito e de criar meios de inclusão social, compreendendo a divulgação de estudos e experiências nas áreas de saúde, educação e cidadania, bem como estudos acerca da possibilidade de profissionalização dos portadores da doença.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 138/2011

Declara de utilidade pública o Instituto de Ação Cultural, Assistencial e Desportivo do Brasil - AÇÃO BRASIL, de Jaraguá do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto de Ação Cultural, Assistencial e Desportivo do Brasil - AÇÃO BRASIL, com sede no Município de Jaraguá do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 192/2011

Denomina Vereador Oscar Manoel da Conceição a Escola Jovem do Sul da Ilha, localizada no Bairro Rio Tavares, no Município de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominada Vereador Oscar Manoel da Conceição a Escola Jovem do Sul da Ilha, localizada no Bairro Rio Tavares, no Município de Florianópolis.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 232/2011

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Anchieta.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Senhor Jacir Antonio Nervis e outros, no Município de Anchieta, o imóvel constituído por uma área de 4.247,00 m² (quatro mil, duzentos e quarenta e sete metros quadrados), sem benfeitoria, a ser desmembrado de uma área maior, matriculado sob o nº 2.781 no Registro de Imóveis da Comarca de Anchieta.

Art. 2º A aquisição de que trata esta Lei tem por objetivo regularizar a ocupação da EEB Padre Reinaldo Stein e Ginásio Poliesportivo.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira.

Art. 4º O Estado será representado no ato da transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 299/2009

No inciso II do art. 4º da Redação Final do Projeto de Lei nº 0299/2009

Onde se lê:

"II - segunda infração: multa de R\$ 2.000,00 (mil reais);"

Leia-se

"II - segunda infração: multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);"

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta visa adequar a redação final ao que pretendia o autor, conforme art. 190 do Regimento Interno desta Casa, que visa sanar vício de linguagem, correção de técnica legislativa ou lapso manifesto

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 299/09

Torna obrigatória a disponibilidade de fio ou fita dental nos banheiros dos estabelecimentos comerciais onde haja consumo de alimentos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais do Estado de Santa Catarina onde haja consumo de alimentos deverão disponibilizar nos banheiros fio ou fita dental em quantidade suficiente para o uso de sua clientela.

Art. 2º O fio ou fita dental deverá estar regulamentado e dentro dos padrões exigidos pelos órgãos competentes.

Art. 3º O fio ou fita dental deverá estar em embalagem adequada e higiênica, com prazo de validade e especificações técnicas visíveis.

Art. 4º O estabelecimento comercial omissor ficará sujeito às seguintes sanções, em ordem progressiva, por reincidência:

I - primeira infração: notificação para se adequar à Lei em 15 (quinze) dias;

II - segunda infração: multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

III - terceira infração: multa de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais); e

IV - quarta infração: multa de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e suspensão do alvará de localização e funcionamento por 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. O estabelecimento comercial que tiver seu alvará de localização e funcionamento suspenso de acordo com o inciso IV deste artigo poderá ter suas atividades restabelecidas antes do prazo previsto mediante pagamento de todas as multas previstas nesta Lei e regularização da infração, que deverá ser comprovada por vistoria do órgão competente.

Art. 5º Os estabelecimentos comerciais deverão estar adequados no prazo máximo de noventa dias, a contar da publicação desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 343/2011

Institui o Dia Estadual do Samurai no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Samurai no Estado de Santa Catarina, a ser comemorado, anualmente, no dia 24 de abril.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 345/2010

Autoriza a abertura dos ginásios de esportes anexos às escolas estaduais para o uso da comunidade fora do horário letivo, e adota outras disposições.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam autorizadas as escolas estaduais que possuem ginásios de esportes a disponibilizá-los para o uso da comunidade em geral, em horários que não coincidam com a atividade escolar.

Art. 2º Fica autorizado o diretor da unidade escolar a firmar convênio com a Associação de Pais e Professores da unidade para que esta coordene as autorizações de uso do espaço público e promova a sua devida manutenção e limpeza.

Parágrafo único. Visando promover a manutenção e limpeza do espaço público está autorizada a cobrança de contraprestação a título de ressarcimento.

Art. 3º O convênio de que trata o art. 2º poderá ser extinto a qualquer momento pelo diretor da escola e, nos casos de desacordo das contas apresentadas, deverá ser extinto sob pena de responsabilização conjunta.

Parágrafo único. Em ambas as hipóteses, não há a necessidade de aviso prévio nem direito à indenização.

Art. 4º A Associação de Pais e Professores se obriga a manter registro contábil da entrada e saída de valores e formalizar o recebimento de valores dos cidadãos interessados, apresentando relatórios mensais à direção da unidade escolar, em data fixa a ser combinada entre as partes.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 349/2011

Declara de utilidade pública a Associação Abraço Fraternal, do Município de Garopaba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Abraço Fraternal, com sede no Município de Garopaba.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
 II - atestado de funcionamento atualizado;
 III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
 IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 07 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon
 Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
 *** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI

PL/0362.2/2011

Dispõe sobre a inclusão, no calendário oficial do Estado de Santa Catarina, o "Dia da Preservação dos direitos da Gestante e do Nascituro" e dá outras providências.

Autor: Deputado Kennedy Nunes

Relator: Deputado Sargento Amauri Soares

O Projeto de Lei nº PL/0362.2/2011, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído, no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina, o Dia da Preservação dos Direitos da Gestante e do Nascituro, a ser comemorado anualmente no dia 8 de outubro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após sua publicação."
 Sala das Comissões, 20 de setembro de 2011.

Deputado Sargento Amauri Soares

Líder da Bancada do PDT

APROVADO EM 1º TURNO

EM Sessão DE 23/11/11

APROVADO EM 2º TURNO

EM Sessão DE 29/11/11

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 362/2011

Dispõe sobre a inclusão, no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina, do Dia da Preservação dos Direitos da Gestante e do Nascituro.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído, no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina, o Dia da Preservação dos Direitos da Gestante e do Nascituro, a ser comemorado, anualmente, no dia 8 de outubro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 367/2011

Estabelece mensagens educativas sobre o uso indevido de drogas em shows, eventos culturais e esportivos voltados para o público infantojuvenil, e nos respectivos ingressos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Os promotores de shows, eventos culturais e esportivos voltados para o público infantojuvenil no Estado de Santa Catarina deverão inserir, no decorrer do espetáculo, assim como nos respectivos ingressos, mensagens educativas sobre os malefícios das drogas e informações sobre as penalidades aplicáveis aos traficantes e usuários.

Parágrafo único. As mensagens educativas deverão ser impressas em ingressos e durante o evento deverão constar em painéis ou, alternativamente, em faixas, cartazes, meios audiovisuais ou, ainda, transmitidas a viva voz.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita os infratores às penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor, Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 3º Esta Lei poderá ser regulamentada para garantir sua fiel execução.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 374/2011

Institui a planta medicinal símbolo do Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica a Espinheira Santa, *Maytenus ilicifolia* Mart, instituída a planta medicinal símbolo, representativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0392.8/2011

A Ementa e o art. 3º do Projeto de Lei nº 0392.8/2011 passam a ter a seguinte redação:

"Autoriza a doação de imóveis de propriedade do Estado para a Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

Art. 1º

Art. 3º A doação de que trata esta Lei visa a atribuir o domínio dos bens à Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC."

Sala da Comissão

Deputado Joares Ponticelli

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 07/12/11

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 392/2011

Autoriza a doação de imóveis de propriedade do Estado para a Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir por doação à Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC os seguintes imóveis:

a) uma área de terra contendo 117.513,70 m² (cento e dezessete mil, quinhentos e treze metros e setenta decímetros quadrados), com benfeitorias, matriculada sob os nºs 1.600, 1.910, 1.911, 4.388, 4.390, 35.266 e 35.267 no 2º Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrada sob o nº 02777 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração;

b) uma área de terra contendo 11.596,25 m² (onze mil, quinhentos e noventa e seis metros e vinte e cinco decímetros quadrados), com benfeitorias, a ser desmembrada de uma área maior registrada sob os nºs 5.230 e 40.351 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Capital e Certidão do Registro de Imóveis da Comarca de São José, expedida em conformidade com o Decreto nº 218, de 18 de outubro de 1943, e cadastrada sob o nº 01399 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração;

c) uma área de terra contendo 791,30 m² (setecentos e noventa e um metros e trinta decímetros quadrados), com benfeitorias, matriculada sob o nº 39.677 no 1º Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrada sob o nº 01053 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração;

d) uma área de terra contendo 1.046,70 m² (um mil e quarenta e seis metros e setenta decímetros quadrados), com benfeitorias, matriculada sob o nº 68.171 no 1º Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrada sob o nº 03346 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração;

e) uma área de terra contendo 852,36 m² (oitocentos e cinquenta e dois metros e trinta e seis decímetros quadrados), com benfeitorias, matriculada sob o nº 6.124 no 2º Registro de Imóveis da Comarca de Joinville e cadastrada sob o nº 00563 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração;

f) uma área de terra contendo 60.293,00 m² (sessenta mil, duzentos e noventa e três metros quadrados), com benfeitorias, matriculada sob o nº 4.177 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Joinville e cadastrada sob o nº 00668 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º Fica o Poder Público autorizado a transferir à Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, devido à transformação da Fundação Educacional de Santa Catarina pela Lei nº 8.092, de 1º de outubro de 1990, uma área de terra contendo 1.251,60 m² (um mil, duzentos e cinquenta e um metros e sessenta decímetros quadrados), com benfeitorias, matriculada sob os nºs 10.986 e 29.411 no 2º Registro de Imóveis da Comarca de Joinville e cadastrada sob o nº 00563 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 3º A doação de que trata esta Lei visa a atribuir o domínio dos bens à Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

Art. 4º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 5º O Estado será representado no ato de transmissão pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 393/2011

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Entre Rios.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Entre Rios, pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso gratuito compartilhado do Ginásio de Esportes Wilson Biasi, anexo à EEB Pio XII, parte do imóvel matriculado sob o nº 7.492 no Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim e cadastrado sob o nº 4247 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente cessão de uso tem por finalidade viabilizar a prática de atividades desportivas por parte dos alunos da rede municipal de ensino.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao cessionário, em face da gratuidade da cessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 6º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do cedente e do cessionário, inclusive quanto aos dias e horários de utilização.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Xanxerê.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 396/2011

Autoriza a doação de imóvel no Município de Sul Brasil.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Sul Brasil o lote urbano nº 5, com área de 1.180,00 m² (um mil, cento e oitenta metros quadrados), sem benfeitorias, pertencente ao imóvel matriculado sob o nº 4.587 no Registro de Imóveis da Comarca de Pinhalzinho e cadastrado sob o nº 4156 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade a construção de um anfiteatro, uma biblioteca e um museu por parte do Município de Sul Brasil.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Chapecó.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 07 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 411/2011

Declara de utilidade pública a Associação de Reabilitação da Criança Deficiente - ARCD, de Joinville.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Reabilitação da Criança Deficiente - ARCD, com sede no Município de Joinville.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 07 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 426/2011

Denomina Elza Teles o ginásio de esportes anexo à E.E.B. Frei Caneca da rede pública estadual situada à Rua Arthur Barth, no Município de Lebon Régis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado Ginásio de Esportes Elza Teles o ginásio de esportes anexo à Escola de Educação Básica Frei Caneca da rede pública estadual situada à Rua Arthur Barth, no Município de Lebon Régis.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 0433/2011

No art. 1º da Redação Final do projeto de Lei nº 0433/2011,

Onde se lê:

“Art. 1º Ficam instituídos o Dia e a Semana Estadual da Conscientização sobre a Síndrome da Alienação Parental, a ser realizada, anualmente, entre os dias 24 e 30 de abril.”

Leia-se:

“Art. 1º Ficam instituídos o Dia e a Semana Estadual Conscientização sobre a Síndrome da Alienação Parental no calendário escolar do Estado de Santa Catarina, a ser realizada, anualmente, entre os dias 24 e 30 de abril.”

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta adequa a redação final ao que pretendia o autor, conforme art.190 do Regimento Interno desta Casa, que visa sanar vício de linguagem, correção de técnica legislativa ou lapso manifesto.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 433/2011

Institui a Semana e o Dia da Conscientização sobre a Síndrome da Alienação Parental no calendário escolar do Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam instituídos o Dia e a Semana Estadual da Conscientização sobre a Síndrome da Alienação Parental no calendário escolar do Estado de Santa Catarina, a ser realizada, anualmente, entre os dias 24 e 30 de abril.

Parágrafo único. A Semana Estadual da Conscientização sobre a Síndrome da Alienação Parental tem o objetivo de apoiar e valorizar a realização de encontros, estudos e debates, realizar eventos e todas as demais atividades relacionadas à conscientização sobre a Síndrome da Alienação Parental.

Art. 2º O Dia Estadual da Conscientização sobre a Síndrome da Alienação Parental será comemorado no dia 25 de abril de cada ano.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 07 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 438/2011

Declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina, a Festa do Divino Espírito Santo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina, a Festa do Divino Espírito Santo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 07 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 441/2011

Institui o Dia Estadual do Tecnólogo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Tecnólogo a ser comemorado, anualmente, no dia 24 de novembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 07 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 456/2011

Denomina José Righes o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Solon Rosa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado José Righes o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Solon Rosa, do Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA REDACIONAL AO PROJETO DE LEI 458.9/2011

A ementa e ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 0458.9/2011 passam a vigorar com a seguinte redação:

Concede o título de Cidadão Catarinense ao Senhor Dom Irineu Roque Scherer.

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Catarinense ao Senhor Dom Irineu Roque Scherer.

Sala das Sessões, em
Deputado Elizeu Mattos
Líder do Governo

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 23/11/11

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 29/11/11

JUSTIFICATIVA

Correção de erro da grafia no nome do homenageado

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 458/2011

Concede o Título de Cidadão Catarinense ao Senhor Dom Irineu Roque Scherer.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Catarinense ao Senhor Dom Irineu Roque Scherer.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 461/2011

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Rio Negrinho.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Rio Negrinho, pelo prazo de 5 (cinco) anos, o uso gratuito de uma área de 2.575,20 m² (dois mil, quinhentos e setenta e cinco metros e

vinte decímetros quadrados), com benfeitorias, matriculada sob os nºs 568 e 569 no Registro de Imóveis da Comarca de Rio Negrinho e cadastrada sob o nº 01098 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente cessão de uso tem por finalidade a instalação de serviços essenciais à comunidade, tais como o Centro de Acompanhamento Psicossocial - CAPS I, o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU por parte do Município de Rio Negrinho.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao cessionário, em face da gratuidade da cessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 6º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do cedente e do cessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 462/2011

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Presidente Getúlio.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Presidente Getúlio, o imóvel com área de 1.169,63 m² (um mil, cento e sessenta e nove metros e sessenta e três decímetros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 17.383 no Registro de Imóveis da Comarca de Ibirama.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como finalidade viabilizar a instalação do Quartel da Polícia Militar de Presidente Getúlio, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 2.241, de 16 de novembro de 2004.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 4º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Ibirama.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 464/2011

Autoriza a doação de imóvel no Município de Canelinha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Canelinha o imóvel com área de 1.261,00 m² (um mil, duzentos e sessenta e um metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 532 no Registro de Imóveis da Comarca de Tijucas e cadastrado sob o nº 00242 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade a construção da nova unidade de saúde por parte do Município de Canelinha.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Brusque.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 07 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 466/2011

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Cocal do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Cocal do Sul, o imóvel com área de 1.398,54 m² (um mil, trezentos e noventa e oito metros e cinquenta e quatro decímetros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 26.846 no Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como finalidade viabilizar a instalação do Quartel da Polícia Militar de Cocal do Sul, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 1.069, de 10 de agosto de 2011.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 4º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 07 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 468/2011

Autoriza a cessão de uso de espaços físicos de imóveis pertencentes ao Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder gratuitamente ao Banco do Brasil S.A., pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso de espaços físicos de imóveis do Estado.

§ 1º Os espaços físicos contemplados pelas disposições contidas neste diploma legal, com especificação de sua área e destinação, são os constantes no Anexo Único desta Lei.

§ 2º A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente cessão de uso de que trata esta Lei visa à instalação de postos de atendimento bancário e postos de atendimento eletrônico do Banco do Brasil S.A.

Art. 3º Findas as razões que justifiquem qualquer cessão de uso referida no Anexo Único desta Lei, bem como vindo o Estado a necessitar de qualquer imóvel para uso próprio, a cessão será revogada e o imóvel reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao cessionário, em face da gratuitidade da cessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 6º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do cedente e do cessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional à qual o imóvel estiver vinculado.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO

Relação dos Pontos de Atendimento do Banco do Brasil no Estado de Santa Catarina

Nome	Tipologia	Endereço	m²
Centro Administrativo do Governo do Estado de Santa Catarina	PAB	Rod. José Carlos Daux, 4.600 - Saco Grande - Florianópolis - CEP 88032-900	103,28
Hospital Celso Ramos	PAB	Rua Irmã Benwarda, 297 - Centro - Florianópolis - CEP 88015-270	28,97
IEE - Instituto Estadual de Educação	PAB	Avenida Mauro Ramos, 275 - Centro - Florianópolis - CEP 88020-301	76,48
Secretaria de Estado da Infraestrutura	PAB	Rua Tenente Silveira, 162 - Centro - Florianópolis - CEP 88010-300	31,08
Secretaria de Estado da Saúde	PAB	Rua Esteves Junior, 160 - Centro - Florianópolis - CEP 88015-130	27,53
2º Batalhão de Polícia Militar	PAE	Avenida Getúlio Dorneles Vargas, 1.841 - Centro - Chapecó - CEP 89801-001	3,00
Hospital Regional de São José	PAB	Rua Domingos Filomeno, 99 - Praia Comprida - São José - CEP 88103-430	37,17
Instituto de Psiquiatria de São José	PAE	Rua Engelberto Koerich, 333 - Colônia Santana - São José - CEP 88123-300	3,00
Lacen - Laboratório Central de Saúde Pública de Santa Catarina	PAE	Avenida Rio Branco, 152 - Centro - Florianópolis - CEP 88015-200	3,00
Quartel General da Polícia Militar de Santa Catarina	PAB	Avenida Rio Branco, 1064 - Centro - Florianópolis - CEP 88015-204	46,25
Secretaria de Estado da Educação	PAB	Rua Antonio Luz, 111 - Centro - Florianópolis - CEP 88010-410	22,42
Academia da Polícia Militar de Santa Catarina	PAB	Avenida Madre Benvenuta, 265 - Trindade - Florianópolis - CEP 88036-500	28,95
Hospital Joana de Gusmão	PAB	Rua Rui Barbosa, 152 - Agrônômica - Florianópolis - CEP 88025-300	29,01

Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca	PAB	Rodovia Admar Gonzaga, 1.486 - Itacorubi - Florianópolis - CEP 88034-000	99,48
UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina	PAB	Avenida Madre Benvenuta, 2.007 - Santa Mônica - Florianópolis - CEP 88035-001	65,52
2ª Delegacia Regional de Polícia	PAE	Rua Blumenau, 2.103 - América - Joinville - CEP 89204-251	3,00
Hospital Regional de Joinville	PAE	Rua Xavier Arp, 01 - Iririu - Joinville - CEP 89227-680	3,00

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 473.8/2011

A Ementa, o art. 1º e o inciso II do art.3º do Projeto de Lei nº 0473.8/2011, passam a ter a seguinte redação:

Declara de utilidade pública o Instituto do Desenvolvimento Social - BOM PRATO (Restaurantes Populares), de Palhoça.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto do Desenvolvimento Social - BOM PRATO (Restaurantes Populares), com sede no Município de Palhoça.

(...)

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010;

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 473/2011

Declara de utilidade pública o Instituto do Desenvolvimento Social - BOM PRATO (Restaurantes Populares), de Palhoça.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto do Desenvolvimento Social - BOM PRATO (Restaurantes Populares), com sede no Município de Palhoça.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 07 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 0478/2011

Na Redação Final do projeto de Lei nº 478/2011

Onde se lê:

"Altera a Lei nº 5.035, de 1974, que declara de utilidade pública a Sociedade Assistencial e Hospitalar de Palmitos, de Palmitos

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Hospital Regional de Palmitos, com sede no Município de Palmitos"

Leia-se:

"Altera a Lei nº 5.035, de 1974, que declara de utilidade pública a Sociedade Assistencial e Hospitalar de Palmitos.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Hospital Regional de Palmitos, com sede no Município de Palmitos."

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta visa adequar a redação final ao que pretendia o autor

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 478/2011

Altera a Lei nº 5.035, de 1974, que declara de utilidade pública a Sociedade Assistencial e Hospitalar de Palmitos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A Lei nº 5.035, de 02 de julho de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública o Hospital Regional de Palmitos.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Hospital Regional de Palmitos, com sede no Município de Palmitos.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 488.4/2011

O Inciso II do art.3º do Projeto de Lei nº 0488.4/2011 passa a ter a seguinte redação:

" Art. 3º... .."

II - atestado de funcionamento utilizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei nº 15.125, de 2010."

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 07/12/11

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 488/2011

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Amigos de Joinville e Região Norte Catarinense, com sede no Município de Joinville.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Amigos de Joinville e Região Norte Catarinense, com sede no Município de Joinville.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 497/2011

Declara de utilidade pública o Hospital Beneficente São José, de Caibi.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Hospital Beneficente São José, com sede no Município de Caibi.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 07 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 500.5/2011

A ementa e o artigo 1º do Projeto de Lei nº 0500.5/2011 passam ter a seguinte redação:

"Denomina Rodovia Prefeito Antonio David o trecho da Rodovia SC-108 compreendido entre os Municípios de Rancho Queimado, a partir da BR-282, e o centro urbano de Anitápolis.

Art. 1º Fica denominada Rodovia Prefeito Antonio David o trecho da Rodovia SC-108 compreendido entre os Municípios de Rancho Queimado, a partir da BR-282, e o centro urbano de Anitápolis."

Sala da Comissão em Deputado Dado Cherem

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 07/12/11

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 07/12/11

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 500/2011

Denomina Rodovia Prefeito Antonio David o trecho da Rodovia SC-108 compreendido entre os Municípios de Rancho Queimado, a partir da BR-282, e o centro urbano de Anitápolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominada Rodovia Prefeito Antonio David o trecho da Rodovia SC-108 compreendido entre os Municípios de Rancho Queimado, a partir da BR-282, e o centro urbano de Anitápolis.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 513/2011

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Semeando Vida, de Criciúma.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Semeando Vida, com sede no Município de Criciúma.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 07 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 546/2011

Dispõe sobre abono de faltas dos membros do Magistério Público Estadual que participaram de movimento grevista e estabelece outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam abonadas as faltas ao serviço, em decorrência de movimentos grevistas ou paralisações, dos membros do Magistério Público Estadual relativas aos exercícios de 2008 a 2010.

Parágrafo único. O abono de faltas de que trata o *caput* deste artigo torna nulo seu registro nos assentamentos funcionais para efeito de concessão de licença-prêmio, promoção, progressão funcional, adicional por tempo de serviço, aposentadoria, disponibilidade e contagem por tempo de serviço.

Art. 2º Aplica-se o disposto no artigo anterior às faltas ocorridas no exercício de 2011, em decorrência de movimentos grevistas ou paralisações, desde que comprovada a reposição das aulas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 07 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0015.3/2011

O art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº PLC/0015.3/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º[...] Institui a Fundação Escola de Governo - ENA, e estabelece outras providências

[...]

Art. 10. As demais competências do Conselho Estratégico serão definidas em decreto do Chefe do Poder Executivo até sessenta dias após a publicação desta Lei Complementar.

[...]

Art. 12. As despesas para viabilizar a infraestrutura física necessária à instalação e ao funcionamento da Fundação Escola de Governo - ENA, especificamente quanto à locação, manutenção, construção do imóvel, aquisição e manutenção de materiais mobiliários e equipamento correrão por conta das dotações consignadas no orçamento da Secretaria de Estado da Administração.

[...]

Art. 15. Aplica-se à Fundação Escola de Governo - ENA as disposições contidas na Seção VII - Das Disposições Comuns às Fundações Públicas, do Capítulo III - Das Fundações Públicas do Título V - Da Administração Indireta Estadual, especialmente o 104 da Lei Complementar nº 381, de 2007."

Sala da Comissão,

Deputado **Elizeu Mattos**

Lider do Governo

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 07/12/11

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 07/12/11

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 015/2011

Altera a Lei Complementar nº 446, de 2009, que instituiu a Fundação de Amparo à Escola Nacional de Administração - ENA Brasil.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A Lei Complementar nº 446, de 24 de junho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Institui a Fundação Escola de Governo - ENA, e adota outras providências.

Art. 1º Fica instituída a Fundação Escola de Governo - ENA, entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com sede e foro no Município de Florianópolis, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, com patrimônio e receitas próprias, que possui como diretriz básica para o seu funcionamento a busca do autofinanciamento, tendo para tanto autonomia técnico-científica, operacional, administrativa e financeira.

Parágrafo único. A Fundação Escola de Governo - ENA será regida na forma de seu estatuto, aprovado por decreto do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO II**DA FINALIDADE**

Art. 2º À Fundação Escola de Governo - ENA compete:

Art. 3º Para a consecução de suas finalidades, a Fundação Escola de Governo - ENA terá sob o seu encargo a elaboração, promoção, organização e desenvolvimento de trabalhos e pesquisas e a prestação de serviços técnicos especializados a órgãos, entidades e instituições públicas municipais, estaduais e da União, bem como a empresas públicas e sociedades de economia mista, organizações não governamentais e entidades privadas.

Parágrafo único. A Fundação Escola de Governo - ENA poderá, ainda, desenvolver as seguintes atividades:

I - realização de concursos públicos de provas ou de provas e títulos para seleção dos candidatos a ingresso nas carreiras dos entes, órgãos, entidades e instituições públicas, conforme exigência do art. 37 da Constituição Federal e da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

II - organização e administração de cursos especiais de formação continuada, presenciais e a distância, bem como disponibilização de treinamentos específicos com a posterior aplicação de provas que definam a aprovação em caráter final dos candidatos selecionados nos concursos a que se refere o inciso anterior; e

III - promoção, organização e desenvolvimento de simpósios, seminários, trabalhos e outros projetos de interesse da administração pública e da iniciativa privada.

Art. 4º À Fundação Escola de Governo - ENA caberá firmar e rescindir contratos, ajustes, convênios e outros instrumentos legais e respectivos aditamentos, com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, com vistas ao cumprimento das suas finalidades e obrigações.

Parágrafo único. Poderão ser utilizados recursos oriundos de linhas de financiamento internas e externas para fins de capacitação, no âmbito da Fundação Escola de Governo - ENA, aos servidores públicos nos três níveis de governo.

Art. 5º Os recursos financeiros da Fundação Escola de Governo - ENA constituem-se de:

.....
CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 6º A estrutura organizacional da Fundação Escola de Governo - ENA será constituída de:

I -

a) Presidente; e

b) Diretor Técnico-Científico;

II -

c) Gerente de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica;

.....

e) Gerente de Gestão de Pessoas; e

.....
Art. 7º Fica autorizada a cessão de servidores de outros órgãos e entidades do Poder Executivo para atuar na Fundação Escola de Governo - ENA, assegurados os benefícios remuneratórios do vínculo originário.

Art. 8º A Fundação Escola de Governo - ENA será integrada por um Conselho Estratégico, órgão autônomo responsável pelo zelo das suas finalidades, bem como pelo acompanhamento e fiscalização da sua gestão.

Parágrafo único. Os Poderes e órgãos das três esferas de governo poderão firmar termo de cooperação técnica para disponibilização de materiais, equipamentos e recursos humanos com vistas a possibilitar o pleno funcionamento da Fundação Escola de Governo - ENA.

Art. 9º O Conselho Estratégico da Fundação Escola de Governo - ENA será composto pelos seguintes membros:

.....
VI - o Secretário Executivo de Assuntos Internacionais;

.....
VIII - o Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - FAPESC;

.....
X - o Presidente da Fundação Escola de Governo - ENA, sem direito a voto.

.....
Art. 10. As demais competências do Conselho Estratégico serão definidas em decreto do Chefe do Poder Executivo até 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei Complementar.

.....
Art. 12. As despesas para viabilizar a infraestrutura física necessária à instalação e ao funcionamento da Fundação Escola de Governo - ENA, especificamente quanto à locação, manutenção, construção do imóvel, aquisição e manutenção de materiais mobiliários e equipamentos, correrão por conta das dotações consignadas no orçamento da Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. Todos os bens adquiridos e disponibilizados pela Secretaria de Estado da Administração à Fundação Escola de Governo - ENA deverão, após o seu uso ou em caso de extinção da instituição, retornar ao patrimônio do Estado de Santa Catarina.

Art. 13. Integram também o patrimônio da Fundação Escola de Governo - ENA os bens e direitos de sua propriedade, além dos que possam ser incorporados de forma gratuita ou onerosa.

Parágrafo único. Os bens e direitos da Fundação Escola de Governo - ENA deverão ser utilizados exclusivamente no cumprimento de suas finalidades.

.....
Art. 15. Aplica-se à Fundação Escola de Governo - ENA as disposições contidas na Seção VII - Das Disposições Comuns às Fundações Públicas, do Capítulo III - Das Fundações Públicas, do Título V - Da Administração Indireta Estadual, especialmente o art. 104 da Lei Complementar nº 381, de 2007.

..... " (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 043/2011

Altera a redação do art. 120 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 120 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 120. O benefício do auxílio-funeral consiste no ressarcimento das despesas relativas ao funeral de servidor público, ativo ou inativo, devidamente comprovadas, realizadas pelo dependente ou por terceiro que as tenha custeado, no valor correspondente a 1 (um) mês de remuneração ou proventos, até o limite equivalente a 3 (três) vezes o menor vencimento fixado para o quadro único da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado.

§ 1º Ocorrendo acúmulo legal de cargos no Estado, o valor do auxílio-funeral será o de maior remuneração ou proventos do servidor público falecido, observado o limite estabelecido no *caput* deste artigo.

.....
§ 3º O pagamento de auxílio-funeral obedecerá a procedimento sumaríssimo e será concluído no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da apresentação do atestado de óbito e dos comprovantes das despesas com o funeral." (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o § 2º do art. 120 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0047.0/2011

EMENDA MODIFICATIVA

Fica alterada a redação do artigo 2º do Projeto de Lei Complementar nº 0268.5/2011:

"Art. 2º O policial militar ou bombeiro militar excluído ou licenciado em razão do fato descrito no art. 1º desta Lei Complementar deverá, no prazo de até 60 (sessenta) dias, formular petição ao respectivo Comandante-Geral solicitando seu retorno às fileiras da Corporação."

JUSTIFICATIVA

A Emenda Modificativa ora apresentada possui cunho eminentemente redacional, pois visa adequar a redação do projeto a terminologia utilizada no Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina

Florianópolis,

DEPUTADO ELIZEU MATTOS

Lider do Governo

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 07/12/11

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 07/12/11

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 047/2011

Concede anistia das penalidades administrativas impostas aos policiais militares e bombeiros militares.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica concedida anistia aos policiais militares e bombeiros militares das punições disciplinares administrativas impostas em decorrência da participação no movimento reivindicatório ocorrido no período de 22 a 27 de dezembro de 2008.

Art. 2º O policial militar ou bombeiro militar excluído ou licenciado em razão do fato descrito no art. 1º desta Lei Complementar deverá, no prazo de até 60 (sessenta) dias, formular petição ao respectivo Comandante-Geral solicitando seu retorno às fileiras da Corporação.

Art. 3º Fica determinado o arquivamento dos procedimentos de apuração instaurados relativos ao fato descrito no art. 1º desta Lei Complementar.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de dezembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***